



ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL DA GRATER
(2023-2027)

AGOSTO DE 2023



ÍNDICE

1. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE PARTIDA.....	5
1.1. Descrição do âmbito geográfico de atuação.....	5
1.2. Descrição do âmbito socioeconómico de atuação.....	7
a) População (densidade populacional por concelho e freguesia – tendências; níveis de educação e de formação profissional).....	7
b) Mercado de trabalho (emprego, desemprego)	12
c) Economia	16
d) Qualidade de vida (serviços de proximidade, tipologia das populações carenciadas)	26
e) Cultura regional (património histórico e cultural, artesanato, gastronomia, tradições, feiras, romarias e festividades)	31
1.3. Descrição do âmbito ambiental de atuação	35
1.4. Transição energética e digital	38
1.5. Caracterização aspetos relevantes às áreas temáticas objeto de intervenção.....	40
2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO: ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO E DO POTENCIAL DA ZONA CONSIDERADA, INCLUINDO UMA ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS E DAS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.	42
3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	48
3.1. Descrição da estratégia de desenvolvimento local	48
3.2. Estrutura da estratégia local	50
3.3. Articulação com outros instrumentos de política	53
3.4. Impacto esperado.....	59
4. Processo de envolvimento das comunidades no desenvolvimento da estratégia.....	62
4.1. Envolvimento de entidades parceiras na conceção e preparação da EDL.....	62
O envolvimento das entidades parceiras está integrado no envolvimento de toda a sociedade civil descrita no ponto seguinte com as seguintes especificidades.....	62
4.2. Descrição da metodologia e resultados de participação dos cidadãos e outros agentes socioeconómicos no território na conceção e elaboração da EDL.....	68
4.3. Métodos previstos de participação dos cidadãos e outros agentes socioeconómicos na fase de implementação da EDL.....	75
4.4. Descrição do Plano de Divulgação estabelecido na fase de execução da EDL	75
4.5. Métodos previstos de avaliação da EDL.....	78
5. Plano de Ação e de Investimento	81
5.1. Plano de ação.....	81
A. Ficha de caracterização da tipologia E.16.1.1 - Prémio à instalação de empresas rurais ..	82

B.	Ficha de caracterização da tipologia E.16.1.2 – Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural	82
C.	Ficha de caracterização da tipologia E.16.1.3 - Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base	90
D.	Ficha de caracterização da tipologia E.16.1.4 - Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social	95
E.	Ficha de caracterização da tipologia E.16.1.5 – Preservação, valorização e/ou dinamização do património	99
F.	Ficha de caracterização da tipologia E.16.1.1 - Transição para uma sociedade mais verde	103
5.2.	Plano de financiamento	108
5.3.	Disposições para gestão, acompanhamento e avaliação da EDL	117
6.	Procedimentos de gestão de avisos.....	125
6.1.	Sistema de priorização de projetos.....	125
6.2.	Procedimentos para resolução de potenciais conflitos de interesse e combates a fraudes na seleção de projetos.....	127
7.	Estratégia de Cooperação.....	128
Anexos	130
Anexo 1.	Detalhes sobre a população residente no Território de Intervenção	131
Anexo 2.	Detalhes sobre o emprego.....	133

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1. Arquipélago dos Açores	5
Figura 2. Fontes de energia renováveis e endógenas dos Açores	39
Gráfico 1. População residente de acordo com o nível de escolaridade	11
Gráfico 2. Taxa de desemprego da RAA	13
Gráfico 3. Ganho médio mensal de trabalhadores do setor primário.....	136
Gráfico 4. Empresas por setor de atividade na Região autónoma dos Açores em 2020.....	17
Gráfico 5. Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	25
Gráfico 6. Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica e Sectores de atividade económica.....	25
Gráfico 7. Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica e Sexo s	30
Gráfico 8. Ligação á internet(%), comparação Açores - Portugal	39
Quadro 1. Delimitação geográfica do território de intervenção	6
Quadro 2. Identificação das Freguesias das ilhas Terceira e Graciosa	6
Quadro 3. População residente, em 2011 e 2021	7
Quadro 4. Estrutura etária, em 2011 e 2021	8
Quadro 5. Principais indicadores demográficos	8
Quadro 6. Índice de Envelhecimento 2011 - 2021	9
Quadro 7. Outros indicadores demográficos por concelho	10
Quadro 8. Variação do Nº de Estabelecimentos de Ensino 2012/2013 e 2020/2021.....	11
Quadro 9. Taxas de Desemprego e de Atividade.....	13
Quadro 10. População empregada (n.º) nos concelhos intervencionados por setor de atividade (Nº)	14
Quadro 11. Estrutura da economia (VAB) (ICC 11), em 2021	16
Quadro 12. PIB por ilha	17
Quadro 13. Empresas (n.º) por setor de atividade económica na RAA e nos concelhos intervencionados.....	18
Quadro 14. Comércio Internacional de Mercadorias	18
Quadro 15. Evolução do número de explorações e da SAU, entre 2009 e 2019 (ICC 18).....	19
Quadro 16. Nº de Explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas.....	23
Quadro 17. Empresas (n.º) por atividade económica pertencente ao setor secundário na Região Autónoma dos Açores e nos concelhos intervencionados	23
Quadro 18. Indicadores de empresas, 2012 e 2018	23
Quadro 19. Infraestruturas turísticas: número de camas no Território de Intervenção (ICC 30).....	24
Quadro 20. Nº Respostas sociais e capacidade instalada, por área de intervenção social	27
Quadro 21. Indicadores de saúde por município	28
Quadro 22. Distribuição das instalações desportivas artificiais	29
Quadro 23. Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o género e idade (n.º)	30
Quadro 24. Indicadores de Cultura	32
Quadro 25. Produtos artesanais do Território de Intervenção.....	33
Quadro 26. Área da Rede Natura 2000 (ICC 34)	37
Quadro 27. Áreas Protegidas da RAA	37
Quadro 28. Plano Financeiro por Intervenções, Anos e Fontes de Financiamento, período de 2023 -2027	108
Quadro 29. PLANO DE FINANCIAMENTO - Previsão de despesa pública necessária por intervenções e anos.....	109
Quadro 30. PLANO DE AÇÃO DA EDL – Objetivos.....	111
Quadro 31. PLANO DE AÇÃO – Indicadores obrigatórios	115
Quadro 32. Tabela previsão PEPAC RAA LEADER	116

1. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE PARTIDA

1.1. Descrição do âmbito geográfico de atuação

A Região Autónoma dos Açores (RAA), parte integrante do Estado Português, situada na zona central do Atlântico Nordeste, é gerida por um governo e um estatuto político e administrativo próprio, é constituída por nove ilhas e um conjunto significativo de ilhéus, e situa-se a cerca de 1.500 km (930milhas) de Lisboa e a 3.900km (2.420milhas) da América do Norte. A sua localização geográfica determina, assim, um forte isolamento geográfico, sendo considerada uma Região Ultraperiférica.

O território da RAA tem 2.322 Km², sendo que a área se encontra desigualmente dispersa por 9 ilhas, distribuídas por 3 Grupos (Occidental, com as ilhas de Santa Maria e São Miguel e os ilhéus; Central com as ilhas da Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial; e Oriental com as ilhas das Flores e Corvo).

Figura 1. Arquipélago dos Açores



Fonte: <http://geotourazores.pt/>

O Território de intervenção da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa, representa 19,85% da RAA (17,24% ocupados pela ilha Terceira e 2,61% pela ilha Graciosa), tendo sido considerado *rural* em toda a sua extensão.

A ilha Terceira é a terceira maior ilha do arquipélago, apresentando uma forma arredondada com cerca de 29 km de comprimento por 18 km de largura. No que respeita à sua geomorfologia, a ilha é atravessada pelo rifte da Terceira, uma estrutura geológica associada à junção tripla entre as placas tectónicas euroasiática, africana e americana.

A ilha Graciosa também situada na estrutura tectónica designada por rifte da Terceira, é a ilha mais a norte do Grupo Central. Com uma configuração alongada ao longo do eixo do rifte, o seu formato assemelha-se a

um ovóide com cerca 12,5 km de comprimento e 7,5 km de largura máxima, destacando-se como a segunda ilha mais pequena de todo o arquipélago.

Quadro 1. Delimitação geográfica do território de intervenção

RAA e ilhas	Área (Km ²)	Perímetro (Km ²)	Comprimento máximo		Altitude máxima
			Norte-Sul	Este-Oeste	
RAA	2.332,7	943	311	557	2.351
Terceira	400,30	126	18	29	1.021
Graciosa	60,70	44	10	11	402

Fonte: <http://ot.azores.gov.pt/Default.aspx>

No quadro seguinte estão sistematizadas as Freguesias de cada um dos Concelhos.

Quadro 2. Identificação das Freguesias das ilhas Terceira e Graciosa

ilhas	Terceira		Graciosa
Freguesias	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória	Santa Cruz Graciosa
	Altares	Aqualva	Santa Cruz
	N. Sra. da Conceição	Biscoitos	Guadalupe
	Santa Luzia	Cabo da Praia	Luz
	São Pedro	Fonte do Bastardo	Praia (São Mateus)
	Sé	Fontinhas	
	Cinco Ribeiras	Lajes	
	Doze Ribeiras	Santa Cruz	
	Feteira	Quatro Ribeiras	
	Porto Judeu	São Brás	
	Posto Santo	Vila Nova	
	Raminho	Porto Martins	
	Ribeirinha		
	Santa Bárbara		
	São Bartolomeu		
	São Bento		
	S. Mateus da Calheta		
	Serreta		
	Terra-Chã		
São Sebastião			

No que respeita à população residente nas 9 ilhas, o Arquipélago apresenta uma distribuição diferenciada, estando mais de metade concentrada na ilha de São Miguel, seguida da ilha Terceira, a qual concentra cerca 22,5% da população. A ilha Graciosa contribui com apenas 1,7% da população da RAA.

Relativamente ao número de residentes de cada uma das freguesias que compõem o território de intervenção, a distribuição é igualmente heterogénea (cf. Anexo 1. População residente por Concelho e Freguesia).

Segundo dados dos últimos censos realizados à população, em 2021 o território intervencionado pelo Grupo de Ação Local GRATER totalizava 57.324 habitantes, traduzindo uma diminuição de 5,8% em relação à população residente em 2011, variação superior à média da Região Autónoma dos Açores, onde se registou uma quebra populacional de 4,20%. De um total de 34 freguesias com realidades bastante heterogéneas, 29 contribuíram para a diminuição verificada, destacando-se a freguesia das Quatro Ribeiras, do concelho da Praia da Vitória, com uma quebra de 18,27% da população residente. Em contrapartida, 5 freguesias apresentaram crescimentos neste período, realçando-se a subida de 17,18% observada no Porto Martins.

No que respeita à densidade populacional, é nas freguesias que constituem o concelho de Angra do Heroísmo que se verificam as maiores densidades populacionais. A nível concelhio, o valor mais baixo pertence ao concelho de Santa Cruz da Graciosa, com 67,38 hab/km². O aglomerado de freguesias que compõem a parceria em análise apresentava, em 2021, 124,35 hab/km², superior aos 101,81 hab/km² verificados na Região.

Quadro 3. População residente, em 2011 e 2021 (IC01, IC.02)

Região, ilhas e Concelhos	Habitantes			Densidade Populacional		
	2011 (N.º)	2021 (N.º)	Varição (%)	2011 (hab./km ²)	2021 (hab./km ²)	Varição (%)
RAA	246 772	236 413	-4,2	105,79	101,34	-4,20
Território de Intervenção	60 828	57 324	-5,8	131,95	124,35	-5,76
Terceira	56 437	53 234	-5,7	140,99	132,98	-5,68
Angra do Heroísmo	35 402	33 771	-4,6	148,13	141,30	-4,61
Praia da Vitória	21 035	19 463	-7,5	130,41	120,66	-7,47
Graciosa	4 391	4 090	-6,9	72,33	67,38	-6,85

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011 e 2021

Como se pode verificar pelo quadro apresentado, em 2021, o Território de Intervenção (TI) era composto por 57.324 indivíduos, numa área total de 461 km², resultando numa densidade populacional de 133 hab/Km² para a ilha Terceira e 67,38 hab/km² para a ilha Graciosa (bastante abaixo da ilha de São Miguel (186,2 hab/km²), mas acima da média da RAA (101,34 hab/km²) no caso da ilha Terceira.

1.2. Descrição do âmbito socioeconómico de atuação

Este ponto tem como objetivo fazer a análise de contexto do território de intervenção (TI), traçando a situação de partida e observando a evolução recente registada ao nível da população, economia, mercado de trabalho e qualidade de vida.

a) População (densidade populacional por concelho e freguesia – tendências; níveis de educação e de formação profissional)

O TI pode ser caracterizado por uma **estrutura etária** pouco jovem (Cf. Anexo 1. População residente (nº), por

escalão etário), abaixo da média da região. Em 10 anos a proporção de jovens passou a ser inferior à população mais idosa na ilha Terceira, situação que já se verificava, mas que também agravou na ilha Graciosa. A percentagem de população em idade ativa (15-64 anos) diminuiu em ambas as ilhas e com valores abaixo da média da região.

Quadro 4. Estrutura etária, em 2011 e 2021 (IC.03)

Estrutura etária	% da população total					
	RAA		Terceira		Graciosa	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
< 15 anos	17,91	14,62	16,24	13,39	14,80	14,56
15 - 64 anos	68,97	68,84	69,42	67,67	65,20	63,52
> 64 anos	13,12	16,54	14,34	18,94	20,00	21,92

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011 e 2021

A análise efetuada sobre a dinâmica populacional leva a concluir pelos elementos seguintes:

- 🔴 Tendência de **envelhecimento** da população, mais perceptível na Graciosa, e visível no aumento do índice de envelhecimento e no índice de sustentabilidade potencial que mede a relação entre a população em idade ativa e a população idosa, traduzindo o número de ativos por cada idoso (resultado da diminuição do peso da população mais jovem com menos de 15 anos e, inversamente, do aumento da proporção da população com mais de 65 anos).
- 🔴 Aumento dos Índices de **dependência** (total e de idosos) em todo o território e diminuição do de jovens, com a exceção na ilha Graciosa.
- 🔴 Diminuição da taxa bruta de **natalidade** em todos os concelhos.

Quadro 5. Principais indicadores demográficos

Indicadores	2011			2021		
	RAA	TER	GRA	RAA	TER	GRA
Índice de envelhecimento	73,26	88,27	135,08	113,19	141,50	150,59
Índice de dependência total	44,99	44,05	53,37	45,26	47,77	57,43
Índice de dependência de idosos	19,02	20,65	30,67	24,03	27,99	34,51
Índice de dependência de jovens	25,97	23,40	22,70	21,23	19,78	22,92
Índice de sustentabilidade potencial	5,26	4,84	3,26	4,16	3,57	2,90

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011 e 2021

A baixa natalidade e o conseqüente progressivo envelhecimento da população é uma realidade sentida um pouco por todo o país e também visível no território intervencionado pela GRATER, com a população com mais de 65 anos a representar cerca de 19,15% da população residente em 2021 (14,75% em 2011), valor superior ao verificado na média regional no mesmo período.

Quadro 6. Índice de Envelhecimento¹ 2011 - 2021

Freguesias	Índice de envelhecimento	
	2011	2021
Angra do Heroísmo	89,95	144,88
Altares	79,74	146,55
Angra (N. Sra. da Conceição)	163,56	213,62
Angra (Santa Luzia)	189,03	299,13
Angra (São Pedro)	122,29	197,58
Angra (Sé)	276,92	371,05
Cinco Ribeiras	82,35	182,35
Doze Ribeiras	136,49	180,39
Feteira	60,71	89,91
Porto Judeu	68,48	135,90
Posto Santo	57,95	83,44
Raminho	132,61	191,38
Ribeirinha	75,43	132,64
Santa Bárbara	113,66	125,42
São Bartolomeu de Regatos	54,40	89,32
São Bento	96,39	138,68
São Mateus da Calheta	44,46	78,96
Serreta	120,37	158,00
Terra Chã	40,67	94,68
Vila de São Sebastião	83,68	145,13
Vila da Praia da Vitória	85,39	135,71
Agualva	126,06	220,80
Biscoitos	125,77	142,18
Cabo da Praia	83,96	143,90
Fonte do Bastardo	73,75	123,13
Fontinhas	78,63	140,63
Lajes	63,37	108,58
Praia da Vitória (Santa Cruz)	82,79	135,09
Quatro Ribeiras	118,18	135,56
São Brás	74,57	131,11
Vila Nova	108,37	186,03
Porto Martins	89,61	104,00
Santa Cruz da Graciosa	135,08	150,59
Guadalupe	185,00	164,54
Luz	124,53	136,96
Praia (São Mateus)	136,30	190,00
Santa Cruz da Graciosa	112,64	132,56

Nota: Nível de envelhecimento elevado

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2001- 2011.

É evidente a situação do nosso território, a tendência para o envelhecimento da população foi transversal a todo o TI . Santa Cruz da Graciosa é o concelho do território de intervenção com maior índice de envelhecimento (135,1%), sendo a Praia da Vitória o concelho que apresenta uma população menos envelhecida (135,71%), mas mesmo assim com um nível de envelhecimento elevado. A utilização da cor

¹ Relação entre a população idosa e a população jovem.

laranja para identificar as freguesias com o maior problema destaca-se para um período temporal de 10 anos. É um alerta para a necessidade de apetrechamento/oferta de serviços e soluções integradas no âmbito da rede de apoio aos mais idosos (apoio domiciliário, segurança, combate ao isolamento e ao risco de pobreza e exclusão).

Quadro 7. Outros indicadores demográficos por concelho

Indicadores	2011				2021			
	SCG	PV	AH	RAA	SCG	PV	AH	RAA
Nascimentos	41	229	365	2748	29	168	260	2043
Taxa bruta de natalidade	9,31	10,82	10,32	11,14	7,08	8,62	7,70	8,64
Óbitos	63	195	359	2375	43	204	354	2366
Taxa bruta de mortalidade	14,30	9,22	10,15	9,62	10,50	10,47	10,48	10,01
Saldo Natural	-22	34	6	373	-14	-36	-94	-323
Taxa de crescimento natural	-4,99	1,61	0,17	1,51	-3,42	-1,85	-2,78	-1,37

Fonte: <https://www.pordata.pt/municipios>

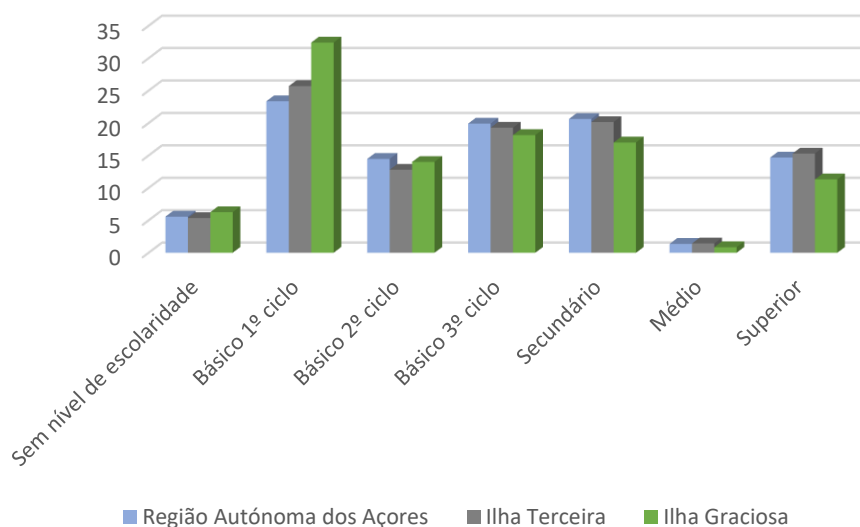
A análise aos indicadores acima expostos demonstra que a necessidade de reforçar políticas de apoio à natalidade. A taxa bruta de natalidade encontra-se abaixo da média da região, a taxa bruta de mortalidade no sentido inverso encontra-se acima da média a região e a taxa de crescimento natural apresenta-se, ao contrário de há uma década, negativa em todos os concelhos do território de intervenção.

No que respeita ao **nível de escolaridade**, analisando a população residente com 15 e mais anos segundo os censos, e embora tenha ocorrido uma melhoria substancial nas últimas três décadas, em 2021, 5,4% da população do território de intervenção ainda não tinha qualquer nível de escolaridade completo e 39% não tinha mais do que o 9º ano de escolaridade (ligeiramente acima da média regional, respetivamente). Por outro lado, 16% detinha um nível de escolaridade pós-secundário, um fator positivo e ligeiramente acima da média regional.

A nível regional, em 2021, constata-se que existe uma menor proporção de pessoas com pelo menos o Ensino Secundário em relação aos que detêm até ao 1º Ciclo do Ensino Básico, facto para o qual contribuem os municípios de Angra do Heroísmo, da Praia da Vitória e de Santa Cruz da Graciosa. Relativamente a Angra do Heroísmo, tanto em 2011 como em 2021, há uma maior escolarização face ao global da Região, com uma maior proporção de pessoas com Ensino Superior e uma menor proporção de pessoas sem qualquer escolaridade. Para este maior grau de escolaridade pode contribuir a presença de um polo da Universidade dos Açores no município. Entre 2011 e 2021, observa-se uma acentuada melhoria do nível de escolaridade da população a nível regional, observando-se um crescimento de cerca de 14 pontos percentuais na proporção da população com habilitações iguais ou superiores ao 3º Ciclo do Ensino Básico. A maior subida verificada registou-se no município de Santa Cruz da Graciosa, embora este valor permaneça abaixo da média regional. A Praia da Vitória mantém-se como o município onde se regista a menor proporção da população

com pelo menos o 3.º Ciclo do Ensino Básico.

Gráfico 1. População residente de acordo com o nível de escolaridade



Fonte: <https://www.pordata.pt/db/municipios/> e INE - X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População

A oferta do número de estabelecimentos de ensino, entre 2007/2008 e 2012/2013 verificou um decréscimo com incidência no ensino pré-escolar e do 1º Ciclo e um ligeiro aumento para a oferta nos estabelecimentos de ensino dos restantes níveis. Este ajustamento deve-se ao esforço na reestruturação da rede de ensino e na melhoria dos equipamentos existentes que passou, nomeadamente, pela concentração das atividades escolares do 1.º ciclo e da Educação Pré-escolar num único edifício em cada freguesia ou conjunto de freguesias (centros educativos) e pela expansão do ensino secundário, através da ampliação de infraestruturas e/ou dotação de equipamentos mais atuais.

Neste momento os estabelecimentos de ensino presentes nas duas ilhas em análise, são os seguintes:

Na ilha Terceira:

- Escola Básica e Secundária Tomás de Borba;
- Escola Básica Integrada da Praia da Vitória;
- Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo;
- Escola Básica Integrada dos Biscoitos;
- Escola Básica Integrada Francisco Ferreira Drummond;
- Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade; e
- Escola Secundária Vitorino Nemésio.

Na ilha Graciosa:

- Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Concomitantemente, à oferta formativa pública ainda estão presentes em ambas as ilhas iniciativas privadas, que contribuem para a melhoria da qualificação da população através de escolas profissionais.

Quadro 8. Variação do Nº de Estabelecimentos de Ensino 2012/2013 e 2020/2021

	2012/2013					2020/2021				
	Pré-Escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Pré-Escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
RAA	199	155	34	41	40	187	146	36	35	40
Terceira	49	34	6	8	6	47	33	6	7	6
<i>Angra do Heroísmo</i>	30	19	4	4	4	29	19	4	4	4
<i>Praia da Vitória</i>	19	15	2	4	2	18	14	2	3	2
Graciosa	5	4	1	1	1	5	4	1	1	1

Fonte: DGEEC/ME-MCTES, PORDATA

Esta é uma área onde é necessário continuar a investir, sobretudo numa lógica de promoção dos níveis de escolaridade e instrução da população. Os dados dos últimos censos, continuam a apresentar um nível ligeiramente mais baixo do Território de Intervenção face à média regional. Os indicadores disponíveis apontam para uma necessidade de se apostar, sobretudo, na redução do abandono e do insucesso escolar. Estes indicadores, registaram comportamentos bastante negativos, principalmente na ilha Graciosa onde a matéria do insucesso e abandono escolar representa uma grande preocupação.

A taxa de analfabetismo apesar de bastante diminuta ainda é ligeiramente superior à média da região (2,8%). Angra do Heroísmo apresenta-se em linha, mas a Praia da Vitória apresenta uma taxa de 3,2%. A mais elevada do nosso território está na Graciosa com 3,5%.

A este quadro não é alheia a situação geral da RAA. Com efeito, em 2020, a RAA apresentou o nível mais elevado de abandono escolar precoce do País (27%); muito superior à média do país de 8,9%.

A abordagem da GRATER também é, e sempre foi, centrada nas pessoas. Dadas as circunstâncias, torna-se necessário começar um processo que promova a sensibilização dos alunos para o facto do baixo nível de escolaridade condicionar a empregabilidade e o empreendedorismo e assim a criação de micro empresas que contribuam o desenvolvimento local.

b) Mercado de trabalho (emprego, desemprego)

A Região Autónoma dos Açores e o território de intervenção da GRATER registaram um aumento da taxa de atividade na última década e, até 2021, a taxa de desemprego era a mais baixa a nível nacional (os dados relativos a cada uma das Freguesias e outros dados sobre o desemprego por situação face ao trabalho, por grupo etário e por nível de escolaridade encontram-se no Anexo 2.).

Quadro 9. Taxas de Desemprego e de Atividade

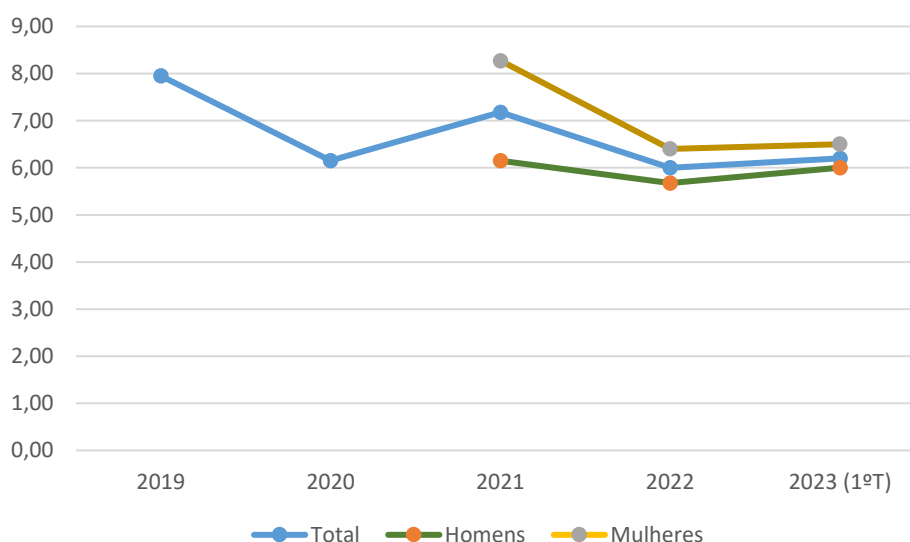
Concelho/ Freguesia	Taxa de Desemprego		Taxa de Atividade	
	2011	2021	2011	2021
RAA	11,1	6,87	46,6	47,87
Angra do Heroísmo	9,3	6,06	47,7	48,64
Vila da Praia da Vitória	10,2	6,03	47,6	46,76
Santa Cruz da Graciosa	9,6	5,68	43,8	47,78

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2011- 2021.

Desde 2021, verifica-se que a taxa de desemprego continua a descer, sendo que a taxa no território de intervenção encontra-se ainda abaixo da média da R.A.A.

A taxa de atividade que consiste na percentagem da população ativa (população empregada e desempregada com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos) por cada 100 indivíduos da população total tem verificado um ligeiro aumento em quase todas as freguesias.

Gráfico 2. Taxa de desemprego da RAA



Fonte: SREA.

A população desempregada no território de intervenção é sobretudo do sexo feminino e do grupo etário dos 20 aos 24 anos. A maior parte apenas tem o ensino básico.

A **composição sectorial do emprego**, de acordo com dados do setor estruturado da economia, evidencia uma dinâmica centrada no setor terciário, o qual na última década continuou a absorver emprego, ao contrário dos sectores primário e secundário que registaram decréscimos consideráveis.

Quadro 10. População empregada (n.º) nos concelhos intervencionados por setor de atividade (C.08)

	2011			2021		
	Ilha Terceira		Ilha Graciosa	Ilha Terceira		Ilha Graciosa
	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória	Santa Cruz da Graciosa	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória	Santa Cruz da Graciosa
Setor Primário	1 234	652	241	1 069	515	224
Setor Secundário	2 945	1 923	386	2 184	1 480	337
Setor Terciário	11 132	6 418	1 111	12 177	6 556	1 282
Total	15 311	8 993	1 738	15 430	8 551	1 843

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2011- 2021.

Em termos globais, a distribuição sectorial do emprego do território de intervenção da GRATER apresenta como principais traços de caracterização os seguintes:

- **Importância do setor primário, embora com diminuição acentuada na última década, ainda que inferior à média regional. Neste segmento, destaca-se a ilha Graciosa** (porventura por força das atividades também relacionadas com a pesca). Em 2021, no TI, 7% dos ativos estava empregado no setor primário (6,61% na Terceira e 12,15% na Graciosa). De destacar que este setor tem uma elevada importância social, em virtude de parte substancial da mão-de-obra utilizada nas atividades agrícolas não ser contabilizada na medida em que assume uma condição familiar não remunerada; e tem uma grande importância no rendimento familiar ao funcionar como complemento a outras atividades económicas/profissionais exercidas.
- **A base produtiva industrial teve uma diminuição também acentuada no período em análise.** Este setor é relativamente pouco diversificado, mas representa um peso ainda relevante no emprego do território de intervenção, concentrando 15,5% dos ativos, em 2021. Neste âmbito não há uma ilha que se destaque, com a Terceira a ter 15,28% dos ativos nesse setor e a Graciosa 18,29%. Em termos de atividades destacam-se as indústrias alimentares e a construção.
- **Crescente terciarização da economia regional, tendo sido o único setor a aumentar a sua representatividade em termos de emprego.** Neste segmento encontra-se alguma diferenciação da percentagem de população empregada, com a Terceira a contar com 78,11% dos seus ativos no setor terciário e a Graciosa 69,56%, destacando-se os estabelecimentos ligados às atividades comerciais (comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos e outros bens), mas também o sector dos serviços de apoio social (atividades de saúde humana e apoio social).

No que se refere à postura perante o mercado de trabalho, a **Taxa de autoemprego**² no território de intervenção é de 19% (esta proporção é semelhante na RAA e nos três concelhos). O autoemprego manteve-se estável entre 2011 e 2021.

² Considerou-se o número de empregadores e o número de trabalhadores por conta própria.

O autoemprego pode ter duas leituras: uma com base na estrutura do emprego debilitada, onde o autoemprego pode ser apontado como uma das soluções para a falta de oportunidades no mercado de trabalho; outra com base no empreendedorismo, onde o autoemprego pode ser apontado como um elemento positivo porque evidencia uma dinâmica de criação de microempresas.

O mercado de trabalho do território de intervenção tem **algumas ameaças** gerais e outras específicas:

- A **crise económica global** que pode reduzir a procura por produtos e serviços produzidos nas ilhas.
- Mudanças tecnológicas como automação e digitalização, que podem reduzir a necessidade de mão de obra em certas áreas.
- A **abolição do sistema de quotas leiteiras**. O novo contexto de produção de leite sem restrições às quantidades produzidas pode levar a um aumento da concorrência de leite oriundo dos países grandes produtores de leite (Polónia, Holanda, França), a uma baixa do preço do leite no produtor e, conseqüentemente, a um decréscimo, que pode ser mais ou menos acentuado, no rendimento dos produtores de leite. Esta quebra dos rendimentos pode provocar a insustentabilidade económica e financeira das unidades produtivas e, no limite, empurrar alguns produtores para o desemprego.
- Aa **estagnação/diminuição dos fluxos turísticos**. A estagnação/diminuição do número de turistas, decorrente das insuficientes ligações aéreas às ilhas do território de intervenção, tem uma grande influência em todos os serviços de apoio a esses mesmos turistas, desde logo, ao nível do alojamento, da restauração e da animação turística. O menor volume de empregos associado a este tipo de atividades é, assim, inevitável. Esta ameaça é muito evidente nas duas ilhas do território de intervenção, embora na ilha Graciosa assumam uma circunspeção acrescida dado o facto de a ilha depender desta dinâmica para o seu desenvolvimento económico.

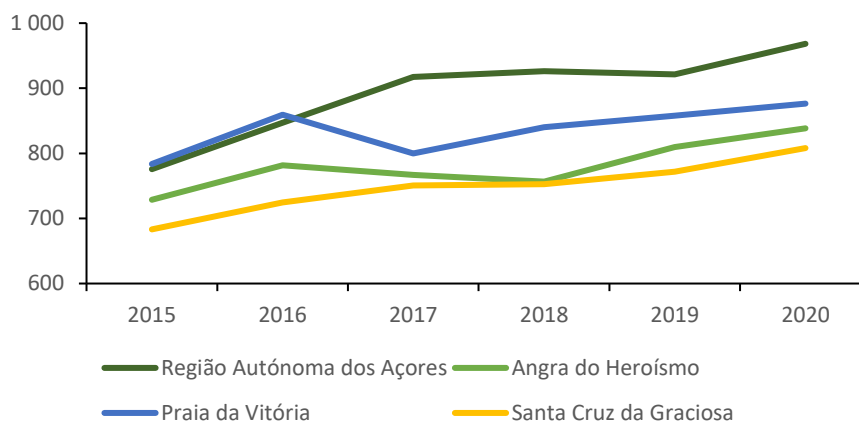
Estas ameaças, aliadas à falta de oportunidades de emprego em todos os sectores de atividade económica prenuncia um enquadramento com implicações graves ao nível do rendimento das famílias e representa um dos grandes desafios/necessidades para este período de programação, nomeadamente, através do incentivo à criação de pequenas e microempresas, desejavelmente, com efeitos de arrastamento ao nível do estímulo da economia e da empregabilidade.

Quanto aos dados do INE (2021) para o Ganho Médio Mensal (€) por Localização geográfica, temos Angra do Heroísmo com 1.133,90€; Santa Cruz da Graciosa com 1.103,9€ e Praia da Vitória com 1.094,4€. Este valor médio para a R.A.A. é de 1.126,10€, inferior ao do país que se situa nos 1.289,5€.

Verificou-se, entre 2015 e 2020, uma variação positiva, superior à média regional (14,7%) nos municípios alvo de intervenção, destacando-se o município de Santa Cruz da Graciosa com um aumento médio de 27,5%. No setor primário constata-se que, em 2020, o valor regional, em média, era de 968,24€. Nos

municípios analisados, é na Praia da Vitória que se observa o valor médio mais elevado, no período em análise. Os salários deste setor nos municípios analisados encontram-se abaixo da média regional.

Gráfico 3 - Ganho médio mensal de trabalhadores do setor primário



c) Economia

i. Indicadores macroeconómicos

A análise da estrutura da economia do TI recorreu aos dados disponíveis, bastante recuados no tempo, do ano 2018. Embora a estrutura não tenha sofrido alterações apreciáveis (nesse ano a estrutura económica era caracterizada pela prevalência do setor terciário), não é rigoroso referir que o contributo para o VAB continue a manter-se. De qualquer forma, e de acordo com os dados disponíveis, no ano 2018 o sector terciário contribuiu com mais de 79% do **Valor Acrescentado Bruto (VAB)**.

Quadro 11. Estrutura da economia (VAB), em 2021 (IC.11)

Região e ilhas	Setores Primário	Secundário	Terciário
RAA	8,98%	11,45%	79,56%
Terceira	9,26%	7,70%	83,04%
Graciosa	13,60%	8,75%	77,65%

Fonte: Apresentação PIB regional dos Açores – ventilação por ilha. S. P. Estatísticas Económicas (CSE). Serviço Regional de Estatística dos Açores.

A análise detalhada deste indicador não é segura porque a informação disponível tem várias lacunas no VAB por sectores; de qualquer forma, há uma constante independentemente da fonte dos dados: a crescente terciarização da economia regional, com as atividades do comércio e serviços a representarem cerca de 3/4 do VAB do território de intervenção. Este sector é, atualmente, o sector que maior dinamismo tem demonstrado, e aquele com maiores níveis de crescimento nos últimos anos. Os serviços com maior concentração são os seguintes: comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; atividades de saúde humana e apoio social; e transportes e armazenagem.

Não obstante, o território de intervenção tem tido um desempenho favorável em termos de **Produto Interno Bruto** (PIB), que cresceu até 2021, e manteve relativamente constante o seu contributo para o PIB regional.

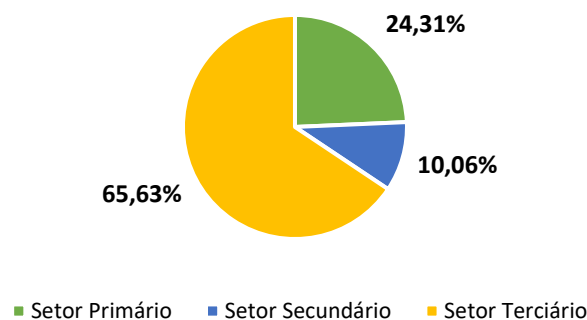
Quadro 12. PIB por ilha (IC.09)

	2009		2021		Var.
	Euros (1.000)	% Região	Euros (1.000)	% Região	
RAA	3.650.408	100,0	4.261.984	100,0	16%
Terceira	799.231	21,9	935.404	21,95	17%
Graciosa	44.829	1,2	61.320	1,44	36%

Fonte: SREA.

Ao longo dos últimos anos assistiu-se a um progressivo desenvolvimento económico, apenas interrompido pelo advento da pandemia de COVID-19, verificando-se um processo de terciarização da economia. Entre 2011 e 2020, verificou-se um aumento de 12,67% das empresas existente nos Açores, correspondendo a uma variação de 5,89% no VAB gerado na Região. Em 2020, o tecido empresarial açoriano era composto por 65,63% de empresas ligadas ao setor terciário, 10,06% de empresas pertencentes ao setor secundário e somente 24,31% de entidades integrantes no setor primário.

Gráfico 4 - Empresas por setor de atividade na Região Autónoma dos Açores em 2020



Fonte: PORDATA (2022)

A nível económico, o território abrangido pela GRATER apresenta duas realidades distintas. Por um lado, a Ilha Terceira possui uma economia mais terciarizada. Por outro lado, a ilha da Graciosa apresenta uma realidade mais ruralizada com características próprias.

No período compreendido entre 2011 e 2020, à semelhança do sucedido na Região, verificou-se o crescimento do número de empresas que operam nos territórios abrangidos pelo GAL. O maior crescimento em número de empresas ocorreu no município de Angra do Heroísmo (13,56%), seguindo-se os municípios de Santa Cruz da Graciosa (12,86%) e Praia da Vitória (11,19%). Nestes municípios, o setor primário foi o que registou o maior crescimento do número de empresas em termos relativos, destacando-se o município de Angra do Heroísmo com uma variação positiva de 25,40%. Apenas as empresas ligadas ao setor secundário

registaram uma quebra no período analisado, ficando a dever-se ao encerramento de empresas ligadas à construção civil durante o período da crise económico financeira das dívidas soberanas, que se iniciou em 2008.

Quadro 13. Empresas (n.º) por setor de atividade económica na RAA e nos concelhos intervencionados

	Região Autónoma dos Açores		Ilha Terceira				Ilha Graciosa	
	2011	2020	AH		PV		SCG	
			2011	2020	2011	2020	2011	2020
Primário	6 210	7 286	937	1 175	609	756	233	282
Secundário	3 641	3 017	492	458	298	261	79	65
Terciário	16 754	19 673	2 717	3 075	1 328	1 468	240	276
Total	26 605	29 976	4 146	4 708	2 235	2 485	552	623

Fonte: PORDATA (2022)

Não obstante a oscilação do número de empresas registadas, não se registaram variações significativas no número médio de colaboradores por entidade. Independentemente do setor de atividade, a variação média do número de colaboradores por entidade cifrou-se em 2,50%, na Região Autónoma dos Açores.

Em termos de **comércio internacional de mercadorias** a balança comercial é bastante favorável na ilha Terceira com um valor de exportações bastante superior ao valor das importações. A Graciosa encontra-se na situação oposta. A ilha Graciosa não tem qualquer valor apurado ao nível do comércio intracomunitário, mas não quer dizer que não tenha realizado transações com o mercado comunitário. O critério de seleção da amostra das empresas para responder ao Intrastat é de terem tido no ano anterior um volume mínimo acumulado de aquisições de bens (chegadas) superiores ou iguais a 350 000€ e/ou vendas (expedições) superiores ou iguais a 250 000€. Ora, conhecendo o tecido empresarial da ilha Graciosa facilmente percebemos que nenhuma empresa faça parte da amostra, daí não haver apuramentos.

Os produtos mais importados (75% das importações) são os seguintes: produtos do reino animal, mas principalmente do reino vegetal e produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados.

Quadro 14. Comércio Internacional de Mercadorias

	Exportações			Importações		
	2014	2022	Variação (%)	2014	2022	Variação (%)
RAA	101.961.652	164.196.162	61,04	132.126.983	178.169.9131	34,85
Terceira	21.929.283	29.528.772	529	19.509.464	22.733.689	16,53
Graciosa	4.678	4.678	-	13.324	13.324	-21,1

Nota. O crescimento das exportações na ilha Terceira deve-se, sobretudo, ao tipo de bens ligados a máquinas e aparelhos, material elétrico; aparelhos de gravação ou de reprodução de som ou de imagens e acessórios.

Fonte: SREA - Estatísticas Internacionais de bens 2022.

Neste enquadramento desfavorável a Região apresenta como principal traço de evolução económica a contração do Valor Acrescentado Bruto (VAB) a registar ritmos de crescimento negativos e o PIB com crescimento lento, mas uma nota favorável para o aumento das exportações.

ii. Setores de atividade

↳ Sector primário

No que diz respeito ao setor primário, consideram-se dois principais tipos de atividades: as atividades agrícolas e pecuárias e as atividades relacionadas com as pescas.

O sector primário, embora a sua cada vez menor importância no VAB, continua a ter um grande peso na socioeconómica do TI. Na Terceira, 33 % da superfície territorial constitui reserva agrícola regional e na Graciosa esse volume diminui para 26 %.

As **atividades primárias**, conforme referido, persistem como uma importante atividade económica, assistindo-se, no entanto, e à semelhança do que se passa um pouco por todo o País, à diminuição do número de explorações existentes. De acordo com os dados do último Recenseamento Geral da Agricultura, em 2019, existiam no território de intervenção 2.640 explorações com uma SAU de 27.131 ha, o que representa uma redução significativa da atividade agrícola em dez anos, sendo a ilha Terceira aquela onde se observa uma diminuição mais acentuada. Em termos de representatividade regional, o TI representa 24% do número de explorações agrícolas e 22% da SAU.

Quadro 15. Evolução do número de explorações e da SAU, entre 2009 e 2019 (ICC 18)

ILHA	N.º Explorações			SAU (ha)		
	2009	2019	Varição 2009-2019	2009	2019	Varição 2009-2019
RAA	13.541	10.610	-30%	120.412	120.632	0%
Terceira	2.993	2.300	-23%	23.357	23.715	1%
Graciosa	405	340	-16%	3.175	3.416	8%

Fonte: INE, RGA 2009 e RGA 2019.

A estrutura fundiária é caracterizada pela muito reduzida dimensão da propriedade, sendo que mesmo na Terceira onde a dimensão é ligeiramente superior, a média ronda os 7,8 ha por exploração.

Entre 2009 e 2019, assistiu-se a uma diminuição do número de explorações agrícolas, embora se tenha verificado um aumento ligeiro da superfície agrícola utilizada (SAU).

A análise da evolução da composição da superfície agrícola utilizada não é muito direta, devido à inclusão dos prados temporários nas terras aráveis em 2019, enquanto em 2009 estavam incluídos nas pastagens.

Tendo em consideração este fato, e de forma a ser possível uma comparação direta da composição da SAU entre 2009 e 2019 considerou-se os prados temporários incluídos nas pastagens permanentes. Verifica-se que não houve alterações significativas na composição da SAU, havendo um ligeiro aumento das culturas permanentes e da terra arável em detrimento das pastagens.

Em termos de **perfil de produtores**, observa-se que se trata de explorações de cariz familiar, geridas num contexto muito particular de insularidade e em que a produção dominante é o leite para fornecimento à indústria de leite e laticínios. Nos últimos anos, todavia, tem vindo a observar-se alguma diversificação da produção para atividades hortícolas, frutícolas e florícolas.

Os produtores agrícolas e a mão-de-obra familiar são caracterizados por baixos níveis de instrução e formação profissional, sendo a atividade exercida, sobretudo, com conhecimentos adquiridos exclusivamente da prática. A estrutura destes profissionais é relativamente jovem quando comparada com o resto do país, mas ainda assim, com uma estrutura etária que pende para os níveis mais elevados.

De referir, ainda, a existência de vários projetos de instalação de **jovens agricultores** em áreas com tradição produtiva como a produção de leite, mas também em novas áreas como as hortícolas ou as flores.

Relativamente a **produtos certificados**, as ilhas não têm um produto próprio, mas sim dois agrupamentos gestores de Mel dos Açores e da Carne dos Açores-Indicação Geográfica Protegida (IGP). Muito recentemente, final de junho de 2015, o Burro da Graciosa foi reconhecido como raça portuguesa, um processo que foi liderado pelo Grupo de Biotecnologia da Universidade dos Açores e pela Associação de Criadores e Amigos do Burro da Graciosa. Assim, o Burro da Graciosa passa a ser parte do património nacional e, por isso, o empenho na sua preservação. Este animal já não tem uma funcionalidade agrícola, mas a Associação considera que pode vir a assumir uma grande utilidade turística.

A questão da **valorização dos produtos ligados ao setor do leite e laticínios**, apesar do percurso extraordinário que os produtores de leite fizeram na última década, está muito condicionada pela grande indústria onde persiste uma estratégia de comercialização associada aos produtos de baixo valor acrescentado. Este sector de atividade e esta questão coloca-se sobretudo no caso na ilha Terceira. Neste contexto, e dado que a estrutura fundiária das explorações agrícolas não permite o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações, a estratégia poderá passar pelo estímulo à criação de unidades transformadoras de leite de menores dimensões, mas com escala para competir, que tenham um objetivo claro de valorizar os produtos transformados e de os comercializar sob essa chancela.

No que respeita aos **sectores do grupo da diversificação**, refira-se que, quer a ilha Terceira, quer a ilha Graciosa têm produtos que são comercializados por todo o arquipélago (a maçã, a castanha e a ameixa no caso da terceira; e a meloa e o alho no caso da Graciosa). Não obstante, falta ainda percorrer um caminho que leve à valorização da produção pelas comunidades locais e regionais, o que exigirá uma melhor articulação dos produtores e das suas organizações com os canais de comercialização. Neste contexto refira-se o Programa de Apoio à Restauração e Hotelaria para a Aquisição de Produtos Regionais que tem por objeto a promoção da competitividade e inovação no setor da restauração e hotelaria açoriana, através da utilização predominante de produtos regionais.

Neste grupo de atividades assinala-se o potencial da vinha e do vinho. Este segmento produtivo começou a dar alguns passos na ilha Terceira e apresenta potencial na ilha Graciosa, através da revitalização das áreas de vinha abandonadas.

No que se refere ao nº de explorações agrícolas afeto a outras atividades lucrativas, esse é possível de ser analisado no quadro seguinte:

Quadro 16. Nº de Explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas

Tipo de atividade (lucrativa não agrícola)	Nº Explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas		
	RAA	Terceira	Graciosa
Turismo rural e atividades diretamente relacionadas	52	10	1
Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares	6	1	-
Transformação de produtos agrícolas alimentares	50	17	-
Produção florestal	7	2	-
Prestação de serviços	67	28	7
Transformação de madeira	3	-	-
Produção de energias renováveis	1	-	-
Outras atividades lucrativas	46	22	3
Total	211	76	11

Fonte: INE, RGA 2019

As atividades relacionadas com a fileira da pesca têm registado uma diminuição do interesse por parte da população, apesar da abundância e disponibilidade de recursos marinhos nos mares da Região Autónoma dos Açores. No entanto, estas atividades assumem uma elevada relevância na preservação de valores culturais e na coesão socioeconómica do território, constituindo-se como um elemento de fixação de população nas zonas costeiras e garantindo o sustento das comunidades piscatórias, cuja principal fonte de rendimento provém do mar.

Em termos de infraestruturas, o território de intervenção conta com vários portos, cobrindo as diferentes tipologias existentes, destacando-se o porto comercial com cais de passageiros da Praia da Vitória, os portos comerciais e cais de passageiros em Angra do Heroísmo (Porto das Pipas) e na Graciosa (Porto da Praia) e os diversos portos de pequena dimensão destinados exclusivamente para a pesca local. De referir, ainda, a existência de duas marinas na ilha Terceira, uma no município de Angra do Heroísmo e outra no município da Praia da Vitória.

↳ Sector secundário

Relativamente ao sector secundário, lideram as empresas ligadas à indústria alimentar, à indústria da madeira e suas obras; e à fabricação de produtos metálicos.

Neste sector verifica-se uma **baixa diversificação de atividades** e uma **estrutura empresarial de dimensão muito reduzida**. Não obstante, a evolução das indústrias transformadoras aponta no sentido de um processo de crescimento, acompanhado de uma reestruturação produtiva, nomeadamente, em termos de equipamentos e tecnologias. Apesar desta evolução, a dimensão média das empresas das indústrias transformadoras continua a ser muito pequena (cerca de 10 trabalhadores por empresa). Para além destas limitações, as empresas debatem-se com a sua sustentabilidade económica e financeira pois as margens de lucro estão muito dependentes das manobras que podem ser feitas ao nível da redução de custos ou ao nível das economias de escala, dificultadas pelo contexto de mercado a que estão limitadas.

Nas atividades mais ligadas aos elementos rurais, a ilha Terceira, tem uma indústria transformadora alimentar relativamente dinâmica.

Em 2020, face a 2011 a construção mantém-se como a atividade proeminente, considerando o número de empresas existentes. No entanto, é de realçar que, de um modo geral, a construção foi a única atividade a diminuir a sua representação.

Quadro 17. Empresas (n.º) por atividade económica pertencente ao setor secundário na Região Autónoma dos Açores e nos concelhos intervencionados

	Região Autónoma dos Açores		Ilha Terceira				Ilha Graciosa	
	2011	2020	Angra do Heroísmo		Praia da Vitória		Santa Cruz da Graciosa	
			2011	2020	2011	2020	2011	2020
Indústrias extrativas	19	15	0	1	1	0	0	0
Indústrias transformadoras	1 104	1 151	166	174	89	102	28	31
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	30	47	3	3	2	9	2	3
Captação, tratamento e distribuição de água; etc.	23	41	5	6	3	5	0	1
Construção	2465	1763	318	274	203	145	49	30
Total	3 641	3 017	492	458	298	261	79	65

Fonte: INE (2022)

No que respeita à **energia**, as condições do território de intervenção fazem com que possua bons recursos para a produção de energia a partir de fontes renováveis, tendo ocorrido um crescimento assinalável na produção de eletricidade através desse tipo de energias e existindo o objetivo de continuar a aumentar a produção por vias destas fontes. De entre as várias fontes de energia renovável destaca-se a energia hídrica e eólica.

↳ Sector terciário: Serviços

A **estrutura empresarial** evidencia uma dinâmica socioeconómica recessiva. Embora tenha ocorrido um aumento, entre 2012 e 2018, do número de empresas, no mesmo período observou-se uma diminuição pessoal ao serviço, transversal à Região e às duas ilhas do território de intervenção. (cf. Anexo 4. Detalhe das empresas do sector terciário).

Relativamente ao **perfil de empresas** observa-se o predomínio de micro empresas individuais, com menos de

3 pessoas ao serviço, o que traduz um perfil empresarial fortemente atomizado, frequentemente pouco qualificado e de mero suporte à população local. Mais uma vez a Graciosa destaca-se pela menor densidade de empresas e pelo menor número de pessoas ao serviço por empresa. Pelo contrário, a ilha Terceira apresenta uma densidade de empresas que ultrapassa a média regional, no entanto com um menor número de pessoas ao serviço e menor volume de negócios por empresa.

Quadro 18. Indicadores de empresas, 2012 e 2018

	RAA			Terceira			Graciosa		
	2012	2018	Var. (%)	2012	2018	Var. (%)	2012	2018	Var. (%)
Empresas individuais (Nº)	20060	23002	14,67	5074	5882	15,92	461	519	12,58
Sociedades (Nº)	4371	5385	23,20	925	1102	19,14	48	57	18,75
Pessoas ao serviço nas empresas (Nº)	61049	69895	14,49	12284	14344	16,77	831	917	10,35

Fonte: SREA: Sistema de Contas Integradas das Empresas

De acordo com a informação recolhida, o comércio local apresenta grandes dificuldades dado o cada vez menor poder de compra dos consumidores. Neste sentido, o Governo Regional dos Açores lançou o Programa de Apoio à Revitalização das Lojas nos Centros Urbanos – Loja+, que visa promover a requalificação e revitalização do comércio dos centros urbanos, tendo em vista a ocupação de espaços devolutos, mediante um apoio ao arrendamento e/ou à requalificação do espaço comercial.

Nas zonas de intervenção da GRATER, o comércio/serviços de apoio estão a enfrentar dificuldades que podem colocar em causa a prestação desses serviços pelo mesmo motivo. No entanto, dois cenários diferentes podem ser observados:

- Na ilha Terceira surge a questão da proliferação de pequenos negócios que prestam o mesmo tipo de serviços ou serviços semelhantes, colocando em causa não só a viabilidade do próprio negócio, mas de outros também. Pelo que se torna indispensável o levantamento desses pequenos negócios e analisar o seu grau de saturação e/ou a sua proximidade.
- Na ilha Graciosa, o problema é o oposto. Não há interesse na criação de pequenos negócios pois não há procura para os mesmos.

Neste contexto, a GRATER com as empresas/associações locais (parceiras ou não) deverão trabalhar em conjunto no sentido de estimular o espírito/cultura empreendedora e a recuperação de empresas com dificuldades. Para isto, a Parceria terá de estimular o acesso dos empresários aos apoios e incentivos no âmbito da EDL, sobretudo na Graciosa. Todavia, este dinamismo está muito dependente do turismo. Se o mercado não alargar não faz sentido a Graciosa ter mais espaços comerciais.

Neste ponto é dado um especial destaque ao setor de atividade do Turismo.

➤ **Turismo**

O clima nas nossas ilhas é, em geral, prazenteiro, permitindo manter as visitas turísticas todo o ano. No entanto, o território de intervenção, para além de estar face a uma estagnação ou relativa diminuição dos fluxos turísticos, tem um tipo de turismo associado a fenómenos de sazonalidade muito concentrados nos meses de verão.

A atividade do turismo tem vindo a assumir cada vez maior importância na economia da RAA e do território de intervenção.

Quadro 19. Infraestruturas turísticas: número de estabelecimentos e capacidade de alojamento no Território de Intervenção e na RAA

Tipologia de empreendimento	Graciosa	Terceira	RAA
Número de estabelecimentos	20	380	2.945
Hotelaria Tradicional	3	17	83
Alojamento Local	17	363	2.862
Capacidade de alojamento	237	3.911	25.736
Hotelaria Tradicional	150	1.666	9.325
Alojamento Local	87	2.245	16.411

Fonte: Governo Regional dos Açores - Secretaria Regional do Turismo e Transportes (2021)

Relativamente à oferta turística, verifica-se, nos 3 municípios, um aumento notável quanto ao número de estabelecimentos de alojamento turístico e da capacidade dos mesmos, medida pelo número de camas desses mesmos alojamentos.

A oferta turística teve um aumento bastante notório sobretudo devido ao alojamento local.

De acordo com os dados disponibilizados pelo SREA, a procura turística apresenta uma tendência crescente, observada no número de hóspedes, mas também ao nível das dormidas, sendo este crescimento mais expressivo no município de Angra do Heroísmo, a partir de 2015.

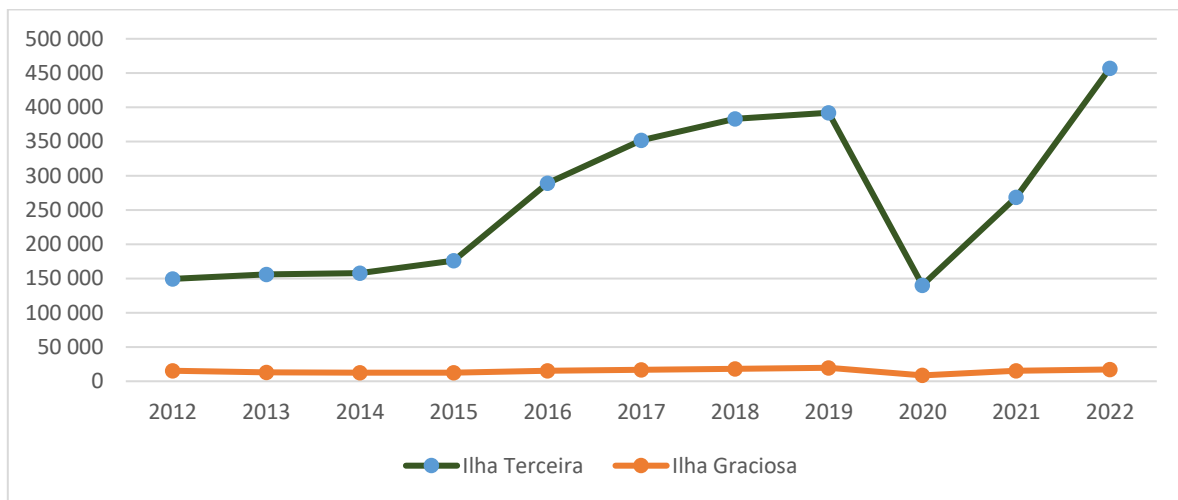
Este crescimento pode estar relacionado com a liberalização parcial do espaço aéreo dos Açores e a consequente escala de um maior número de companhias aéreas na ilha Terceira. O ano de 2020 é marcado por um forte decréscimo do número de hóspedes em resultado da crise pandémica sentida a nível mundial. Em 2021, verifica-se uma retoma da atividade turística nos territórios analisados.

No que respeita à estada média nos municípios analisados, não obstante o crescimento no número de hóspedes e dormidas, o mesmo não se refletiu numa melhoria significativa da estada média, que se manteve quase inalterada em 2022 face a 2012 no território de intervenção. Na lha Terceira passou, na década em análise, de 2,4 dias para 2,8 dias; por sua vez, na Graciosa passou de 2,8 para 2,4 dias.

Todavia, note-se que o Turismo esteve completamente dependente da dinâmica dos voos das companhias aéreas que voavam do Continente (origem Lisboa e Porto) para estas ilhas.

Esta política teve a ainda tem implicações fortes na formação dos preços desses voos (no Verão, o preço de uma viagem ida-volta com origem em Lisboa pode atingir 600 €). Este cenário é agravado no caso da Graciosa, com maiores limitações em termos de captação de turismo. Por um lado, não funciona como local de passagem para outras ilhas, como por exemplo, Horta ou São Jorge; e, por outro lado, a ilha é muito pequena e as suas atrações não são devidamente evidenciadas ou valorizadas (bem como o alojamento). Acresce que a cadência de voos não permite, muitas vezes, a flexibilidade que os turistas requerem para circular entre as ilhas.

Gráfico 5. Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros



Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

Todavia, a abertura ao mercado do espaço aéreo a companhias *low cost* e de charters de empresas turísticas tem vindo a influenciar a motivação de empresários na criação de mais alojamentos, designadamente, o alojamento local e outras atividades de animação turística.

O território de intervenção apresenta uma estrutura de recursos turisticamente relevantes, em qualidade, diversidade e especificidade, incluindo recursos naturais, culturais e também as qualidades ambientais e climáticas, tendo a atividade turística uma importância crescente nas atividades económicas do território.

Os mares azuis profundos, escarpas acentuadas, montes e vales verdejantes, conjunto rico de fauna e flora rico, beleza natural das paisagens, sistema vulcânico, elementos arquitetónicos, oferta cultural, são atributos que funcionam como atrativos, podendo contribuir para suscitar interesse a um leque muito variado de segmentos turísticos e de diversas nacionalidades (chave para contrariar o fenómeno da sazonalidade).

Turismo de negócios: as boas condições dos hotéis, aliadas à serenidade e beleza da região são elementos importantes para atrair grupos empresariais a fazer as suas reuniões. Este segmento de mercado está ainda por explorar. Neste segmento, o Clube de Golfe da Terceira poderia funcionar como um importante atrativo.

Turismo sénior: a serenidade, as boas condições dos hotéis, as boas condições de mobilidade e os pontos de interesse histórico, religioso e arquitetónico, são elementos indispensáveis para atrair um público menos jovem.

Turismo balnear: a Terceira, nomeadamente a Cidade de Praia da Vitória, tem uma das maiores extensões de areia da RAA, bem como zonas de piscinas naturais dotadas de infraestruturas de apoio balnear. Na Graciosa, os turistas podem aproveitar algumas zonas convidativas à prática balnear, como o Carapacho, Praia, Barro Vermelho e Calheta.

Turismo de saúde: a ilha da Graciosa tem uma zona balnear (Carapacho), com um moderno balneário termal, onde as águas são reconhecidas pelas suas propriedades e mais-valias de bem-estar (talassoterapia natural).

Turismo ativo: no território de intervenção é possível praticar pesca de mar, caça submarina, mergulho, *canyoning*, remo, surf, bodyboard, windsurf, esqui aquático e andar de mota de água, passeios pedestres, *trekking* a cavalo, e *trail run*, BTT, jipe 4x4, moto4, bem como passear em barcos à vela, de caiaque de mar e as saídas para observação de baleias e golfinhos. Estas ofertas complementam-se com a presença do Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo.

A escalada desportiva também está em grande desenvolvimento na ilha e a prática do parapente dispõe de vários pontos de possível largada.

Turismo espeleológico, geológico e arqueológico: o território de intervenção tem várias grutas e algares, com rotas instituídas para visitar estes monumentos naturais, bem como oferta de serviços de guia. Neste contexto, refira-se o Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo e o Geoparque Açores.

d) Qualidade de vida (serviços de proximidade, tipologia das populações carenciadas)

Os vários concelhos contam, atualmente, com diversas infraestruturas, que proporcionam uma oferta diversificada aos seus cidadãos, tanto ao nível social, como ao nível cultural ou desportivo.

A ilha Terceira destaca-se pelo maior número de infraestruturas em todas as tipologias, facto facilmente compreensível porque apresenta fortes características urbanas nas cidades de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória e porque concentra grande parte da população do território de intervenção, justificando a maior oferta.

Nos últimos anos o TI tem observado uma evolução positiva em termos de **respostas sociais** que têm como público-alvo quer crianças quer idosos, tendo-se observado uma densificação da rede de entidades e dos equipamentos sociais existentes.

Os dados de 2020 indicam a existência de 170 respostas sociais (mais 5 do que em 2013), com capacidade para 8.6133 utentes. Os equipamentos de apoio à infância e juventude destacam-se na oferta existente,

seguidos dos equipamentos para a terceira idade, sendo igualmente de salientar o forte crescimento recente das respostas sociais dirigidas à família e comunidade.

Quadro 20. Nº Respostas sociais e capacidade instalada, por área de intervenção social

Área de intervenção social/tipologia	Terceira		Graciosa		Açores	
	Nº	Cap.	Nº	Cap.	Nº	Cap.
INFÂNCIA E JUVENTUDE	62	3142	7	325	318	14158
Crianças e Jovens	49	2639	6	245	267	12075
Ama	1	40	0	0	5	224
Creche	16	774	1	52	71	3131
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	13	795	1	48	46	2190
Centro de Atividades de Tempos Livres	18	899	3	85	130	5187
Centro de Atividades de Tempos Livres - Ludoteca Ambulante	1	131	1	60	15	1343
Crianças e Jovens em Situação de Perigo	13	503	1	80	51	2083
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	1	80	0	0	4	440
Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens	2	180	0	0	5	337
Casa de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens	8	113	0	0	30	390
Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ)	2	130	0	0	12	916
POPULAÇÃO ADULTA	75	3321	9	390	301	12238
Pessoas idosas	62	3047	8	380	238	10143
Serviço de Apoio Domiciliário	7	688	2	118	40	3011
Centro de Convívio	39	1823	4	170	132	4947
Centro de Dia	6	115	0	0	26	585
Estrutura Residencial para Idosos: Apartamentos/Moradias	2	52	0	0	3	71
Estrutura Residencial para Idosos Lar de Idosos Quartos	8	369	2	92	34	1473
Pessoas adultas com deficiência	9	217	1	10	54	1764
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social Para Pessoas com Deficiência e Incapacidade	2	37	0	0	14	595
Serviço de Apoio Domiciliário	2	20	0	0	3	39
Centro de Atividades Ocupacionais	2	85	1	10	15	590
Lar Residencial	2	25	0	0	12	144
Transporte de Pessoas com Deficiência	1	50	0	0	10	396
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	4	57	0	0	7	133
FAMÍLIA E COMUNIDADE	17	955	0	0	94	7929
Atendimento/Acompanhamento Social	3	145	0	0	17	2540
Centro Comunitário	7	463	0	0	45	4181
Refeitório/Cantina Social	1	100	0	0	1	100
Centro de Alojamento Temporário	3	52	0	0	16	259
Ajuda Alimentar	1	80	0	0	1	80
Centro de Atendimento - Pessoas vítimas de violência doméstica	1	100	0	0	4	360
Casa de Abrigo - Pessoas vítimas de violência doméstica	1	15	0	0	4	53

Fonte: Governo Regional dos Açores, Carta Social 2020

No entanto, persistem, ainda, debilidades quer ao nível da oferta, quer ao nível da qualidade e ajustamento dos serviços prestados, sendo necessário continuar a apostar na densificação e qualificação deste tipo de equipamentos.

No que respeita aos equipamentos de proximidade ao nível da **saúde**, o território de intervenção conta com 3 hospitais, todos localizados na ilha terceira, um dos quais uma infraestrutura construída recentemente de raiz com o objetivo de colmatar as necessidades da população.

Nos índices de saúde constata-se a grande disparidade entre a ilha Terceira e a ilha Graciosa: a primeira com a cobertura de 2,7 médicos por cada mil habitantes (um valor superior à média regional) e a segunda com a cobertura de 0,2 médicos por mil habitantes (significativamente inferior à média regional e um indicador que piorou nos últimos 7 anos).

A mesma disparidade ocorre quando analisamos o número de profissionais de enfermagem por cada mil habitantes (10,8 no caso da terceira e 4,3 no caso da Graciosa, tendo melhorado ligeiramente nos últimos 7 anos). No que se refere às farmácias e postos farmacêuticos móveis, os indicadores são semelhantes com uma média de cerca de 0,3 por cada mil habitantes (um valor em linha com a média regional).

Quadro 21. Indicadores de saúde por município

	2013			2019		
	RAA	Terceira	Graciosa	RAA	Terceira	Graciosa
Hospitais - Total	8	3	0	8	3	0
Hospitais oficiais	3	1	0	3	1	0
Hospitais privados	5	2	0	5	2	0
Salas de operação	22	3	0	20	9	0
Centros de Saúde - total	17	2	1	17	2	1
Consultas por habitante (*)	2,1	2,1	3,0	2,2	1,9	2,8
Camas por 1.000 habitantes nos estabelecimentos de saúde	7,2	16,2	3,3	7,2	6,7	3,6
Farmácias e postos farmacêuticos móveis	68	15	1	68	16	1
Enfermeiras/os por 1.000 habitantes	6,7	8,9	4,1	7,8	10,8	4,3
Médicos/os por 1.000 habitantes	2,0	2,2	0,6	2,6	2,7	0,2
Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1.000 habitantes	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2

Fonte: INE, INE, I.P., Estatísticas da Saúde, retirado dos anuários estatísticos 2008 e 2013 da RAA.

Os vários concelhos contam, atualmente, com diversas infraestruturas, que proporcionam uma oferta diversificada ao nível desportivo. Com efeito, no território de intervenção verifica-se um número significativo de **instalações desportivas** que têm um público-alvo muito alargado.

Quadro22. Distribuição das instalações desportivas artificiais

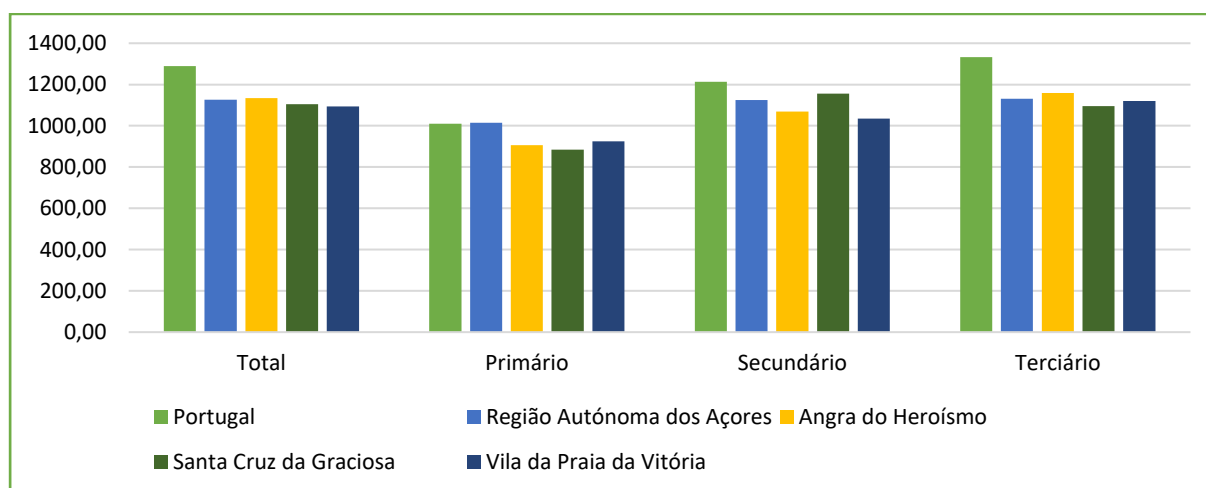
	RAA		Terceira		Graciosa	
	2008	2020	2008	2020	2008	2020
Grandes Campos	94	75	21	20	6	6
Pequenos Campos	324	329	77	79	7	7
Pavilhões	62	91	17	29	2	2
Salas de Desporto	146	154	41	43	2	2
Piscinas Cobertas	25	31	9	10	0	0
Piscinas Descobertas	28	38	5	5	1	1
Pistas de Atletismo	19	26	6	7	1	1
Outros	111	115	33	32	2	2
Total	809	859	209	225	21	21

Fonte: Universidade de Coimbra, Carta das Instalações Desportivas Artificiais da RAA.

A maioria das instalações desportivas artificiais assume uma importância local e municipal, estando algumas integradas em estabelecimentos de ensino (apenas duas no caso da Graciosa), as quais adquirem, sobretudo, uma importância escolar.

Em termos de **rendimentos dos trabalhadores** por conta de outrem a análise dos dados do gráfico seguinte deixa perceber que as maiores fragilidades encontram-se no setor primário, principalmente na Graciosa, em que o nível remuneratório é bastante inferior à média da Região e do Território de Intervenção indicando uma fraca disponibilidade financeira deste segmento da população, colocando-a numa situação vulnerável face a situações de pobreza e exclusão social; o que poderá de alguma forma justificar a informação a ser analisada um pouco mais à frente sobre os beneficiários de RSI.

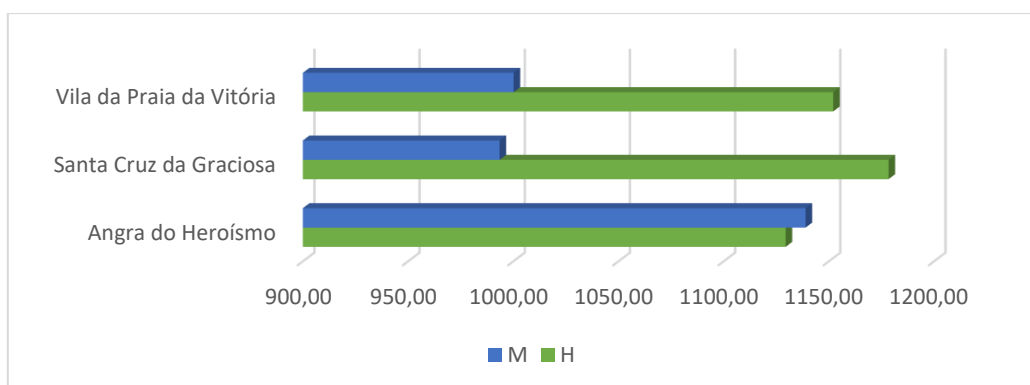
Gráfico 6. Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica e Sectores de atividade económica



Fonte: INE

Outra situação para a qual se deve estar alerta é a diferença de remunerações auferidas entre mulheres e homens que se retiram da análise dos dados de 2021, transversal em todos os setores de atividade

Gráfico 7. Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica e Sexo



Fonte: INE

No que respeita ao Rendimento social de inserção observou-se, nos últimos anos, a uma diminuição do número de beneficiários, à exceção da ilha Graciosa. Esta diminuição pode dever-se à alteração nas regras de atribuição deste subsídio e não à melhoria das condições de vida da população. Esta medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social, abrange 4,7% da população terceirense e 6,9% da população graciosense, volume ligeiramente abaixo da RAA, onde essa medida alcança 7,3% da população.

Quadro 23. Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa

	2015	2021
<i>Portugal</i>	33,29	29,44
RAA	115,92	84,05
Angra do Heroísmo	97,42	50,73
Praia da Vitória	95,56	57,46
Santa Cruz da Graciosa	56,20	78,21

Fonte: INE, Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (%) por Local de residência (NUTS - 2013)

A promoção da coesão social e territorial e a criação de boas condições de vida são elementos-chave para a fixação e atração de população, empresas e emprego.

O investimento considerável em políticas sociais realizado na última década, resultou num capital social que tem demonstrado capacidade de iniciativa no território de intervenção, observando-se uma tendência de crescente diversificação e qualificação das infraestruturas, numa perspetiva de reforço da sua capacidade de resposta social. Todavia, o território de intervenção da GRATER apresenta ainda algumas carências específicas, decorrentes nomeadamente, dos níveis de desemprego elevados e da falta de oportunidades de emprego, dos níveis crescentes de envelhecimento e do crescimento de grupos com carências específicas, excluídos ou em risco de exclusão social.

e) **Cultura regional** (património histórico e cultural, artesanato, gastronomia, tradições, feiras, romarias e festividades)

↳ **Património histórico**

Na Terceira, a cor verde, dominante no interior da ilha, contrasta com o litoral, onde o património edificado tem um grande destaque. Com efeito, a cidade de Angra do Heroísmo está classificada como Património Histórico Mundial pela UNESCO.

Em termos arquitetónicos, a ilha Terceira é igualmente com a fortificação de São João Baptista na cidade de Angra do Heroísmo (arquitetura militar), construída há cerca de 400 anos; com os vários palácios, igrejas e conventos (por ex., Sé Catedral, Palácio dos Capitães-Generais, Paços do Concelho, Igreja de São Gonçalo e Palácio Bettencourt); e com a arquitetura urbana e rural, com características diferenciadas, sendo a urbana constituída por fachadas de pedra de cantaria e pinturas de cores garridas, varandas de ferro forjado e janelas adornadas, e a rural constituída por grandes lajes de pedra e cantaria trabalhada com arte minuciosa. De destacar, também, os *impérios* presentes em diversas localidades da ilha Terceira e as quintas e solares remanescências da aristocracia de séculos passados.

O território de intervenção conta com o seguinte património visitável:	
Religioso	Outros
Conventos (5)	Património militar (10 imóveis)
Impérios do Espírito Santo (55)	Passos e cruzeiros (19)
Igrejas/ermidas (68 na Terceira, 20 na Graciosa)	Fontanários e chafariz

De referir, todavia, que parte deste património encontra-se degradado e/ou adulterado e com dificuldades na sua recuperação. Com efeito, e de acordo com as sensibilidades recolhidas, a quantidade de património ultrapassa a capacidade para a sua gestão.

Neste sentido, a Direção Regional da Cultura decidiu rever a lista de património existente na Região, aplicando princípios rigorosos para a sua classificação. O património deve ser passível de ser vendido como um produto turístico e, por isso, deverá ter atribuído um alto nível de interesse.

Na Graciosa, ao lado das casas brancas típicas e ruas de pavimento empedrado da vila de Santa Cruz, vislumbram-se os moinhos de vento e as formas geométricas dos muros que delimitam as parcelas de vinha. Quanto a património histórico, destaca-se a Igreja Matriz que foi construída no final do século XVI, mas uma reconstrução deu-lhe marcas barrocas.

Uma das curiosidades desta ilha é a sua praça de touros, milimetricamente circular e edificada no interior de uma cratera vulcânica.

↳ **Cultura e lazer**

Nos **equipamentos culturais** a oferta é diversificada, existindo, diversos equipamentos, embora concentrados na ilha Terceira, que conta com um museu de nível regional, casas etnográficas, instituições e associações

culturais, grupos de teatro, ...Estes locais acolhem exposições temporárias ou permanentes que contribuem para a promoção da cultura da ilha, e acolhem inúmeros grupos/associações culturais/associações recreativas, filarmónicas, grupos de teatro, corais, escolas de música, ...

Extenso conjunto de atividades culturais (levantamento aproximado):	
Grupos de teatro (11)	Sociedades filarmónicas (29)
Academias/galerias de arte (3)	Grupos corais (7)
Academia musical (1)	Grupos folclóricos (19)
Associações culturais (25)	Grupos de violas (2)
Escolas de música (26)	Grupos de música popular (6)
Tunas (2).	

Da análise efetuada, é de referir que grande parte destas sociedades recreativas têm problemas graves de mobilização de jovens e outros para suportar a sua atividade, acrescentando as dificuldades na sua sustentabilidade financeira, encontrando-se dependentes dos apoios, nomeadamente, atribuídos pelas Câmaras Municipais e pelo FEADER.

Na cidade da Praia da Vitória, destaca-se, ainda, a Casa Vitorino Nemésio, poeta e escritor de eleição.

O Museu da Graciosa é constituído por seis núcleos expositivos e apresenta um importante repositório da etnografia local, que destaca as atividades tradicionais como a agricultura, a vinha, a produção cerealífera, a baleação e ofícios antigos. Esta ilha tem uma Academia Musical com algum relevo e que anima a maioria das manifestações festivas.

Quadro 24. Indicadores de Cultura (2021)

Equipamentos	Terceira	Graciosa
Museus (n.º)	2	1
Sessões de espetáculos ao vivo (n.º)	179	36
Écrans de cinema	2	1

Fonte: PORDATA

Neste segmento de análise, integra-se as **festividades** de cada uma das ilhas. A ilha Terceira é conhecida por ser uma ilha festiva, com eventos ao longo de todo o ano:

- ✓ Festas do Divino Espírito Santo (comum ao Arquipélago): Festas religiosas centradas nos Impérios. Ocorrem nas oito semanas entre o domingo de Páscoa e o domingo da Trindade.
- ✓ Danças de Carnaval (teatro popular): Período do Entrudo. Durante três dias, os terceirenses saem à rua ou recolhem aos salões para não perder pitada das chamadas “danças” ou “bailinhos”.
- ✓ Sanjoaninas: Festas dedicadas a São João, ocupam as ruas de Angra do Heroísmo durante dez dias do mês de junho.
- ✓ Festas da Praia da Vitória: Incluem touradas, exposições, desfiles, feira gastronómica, concertos e eventos desportivos náuticos e ocorrem durante o mês de agosto.

- ✓ Festas da Vinha e do Vinho: Acontecem nos Biscoitos, terra de tradição vinícola, no início de setembro
- ✓ AngraRock: Festival de música Rock que ocorre em setembro
- ✓ AngraJazz: Festival de música Jazz que ocorre em outubro
- ✓ Outono Vivo: festival literário, artístico e cultural
- ✓ Touradas à corda: A época taurina decorre entre maio e outubro, com eventos em datas fixas e espontâneas.

A ilha Graciosa também tem uma dimensão festiva importante:

- ✓ Carnaval (Bailes e Desfiles de foliões): Semana do Entrudo
- ✓ Bailes populares: Estendem-se ao longo de todo o ano
- ✓ Festa do Sr. Santo Cristo dos Milagres: Decorre no mês de agosto
- ✓ Festividades do Espírito Santo: Decorrem de Maio a setembro

✚ Artesanato

O quadro seguinte sistematiza as principais manifestações artesanais do território de Intervenção. Algumas dessas manifestações artesanais podem integrar a marca coletiva de certificação "Artesanato dos Açores", que certifica a origem e a qualidade dos produtos (Portaria n.º 111/2021 de 14 de outubro de 2021), desde que preencham todos os requisitos de qualidade e execução definidos nos Anexos da Portaria. O CADA tem cerca de 400 artesãos registados, dos quais 40 com certificação, em toda a RAA.

Quadro 25. Produtos artesanais do Território de Intervenção

ilha	Produto	Certificados pelo CRAA
Terceira	Bordados / Bordado a branco/cru	✓
	Escama de Peixe	✓
	Colchas de lã coloridas produzidas em teares manuais	
	Viola da Terra (comum ao Arquipélago)	✓
	Cerâmica / Olaria	✓
	Trabalhos em vime	
	Tecelagem	
	Doçaria Regional / Bolos Dona Amélia	✓
	Fusão em vidro	
	Pintura em tecido	
Peças em estanho		
Graciosa	Bordados / Bordado a branco/cru	
	Doçaria Regional / Queijadas da Graciosa	✓

Fonte: <http://artesanato.azores.gov.pt/artesao/certificacao-de-produtos/>

Em termos de perfil dos artesãos, embora não exista uma fonte oficial, os dados recolhidos permitem traçar um perfil de artesãos com uma estrutura etária envelhecida, que necessita de exercer outra qualquer atividade profissional ou de ter outros rendimentos (por ex., pensões) e que tem grandes necessidades de formação (por ex. orientação e gestão empresarial, novas tecnologias, ...). A expressão do artesanato na ilha Graciosa é residual.

No que se refere ao mercado, grande parte dos artesãos responde a pequenas encomendas da própria ou de outras ilhas e participa em feiras e outros eventos. Dada a conjuntura económica, e o menor poder de compra, as vendas são baixas.

Este setor de atividade pode contar com o apoio do Centro de Artesanato e Design dos Açores (CADA) que visa, na sua essência, promover e divulgar os produtos artesanais certificados, ao qual incumbe a concretização da política regional nas áreas do desenvolvimento e da valorização dos produtos tradicionais, designadamente do artesanato regional e das empresas artesanais, da formação profissional e da coordenação de iniciativas multifuncionais com desenvolvimento no meio local.

Durante os últimos anos e porque havia alguma insatisfação relativamente ao papel do CADA (CRAA) no território de intervenção, a GRATER levou a cabo juntamente com outros parceiros, inclusive o CRAA, um projeto no âmbito do INTERREG direcionado para a inovação no artesanato e capacitação dos artesãos. Os seus resultados poderão ser consultados em <https://www.grater.pt/index.php?op=cooperacao&cod=5>.

Gastronomia

A gastronomia da Terceira é célebre pela alcatra, geralmente de carne de vaca, mas também de peixe, acompanhado com pão ou massa sovada. Na doçaria os bolos Dona Amélia são os mais conhecidos, no entanto, há outros também com alguma notoriedade na ilha como os coscorões, as cornucópias com recheio de doce de ovos ou o arroz-doce. No que toca a vinhos, a ilha é conhecida pelo Vinho Verde dos Biscoitos, produzido com uva de vinhas dispostas em curraletas.

A gastronomia da Graciosa assenta em pratos diferentes, com destaque para o peixe fresco assado ou cozinhado em caldeirada. Esta ilha também é conhecida pela produção de alho e de meloa. No entanto, foram as Queijadas da Graciosa o produto que assumiu maior projeção, sendo, nomeadamente, exportada para o Continente. Outros doces tradicionais podem ser enumerados, como pastéis de arroz, variados biscoitos, cavacas, escomilhas, capuchas, ou encharcadas de ovos, alguns dos quais, pelas suas propriedades, podem vir a aproveitar o canal de comercialização das Queijadas da Graciosa (ocorre no caso dos pastéis de arroz, mas ainda em pequena escala e apenas para o mercado inter-ilhas,). O vinho da Graciosa provém da casta Verdeleho.

1.3. Descrição do âmbito ambiental de atuação

As ilhas do Território de Intervenção são conhecidas pela ilha Lilás (Terceira) e a ilha Branca (Graciosa), sendo esta última classificada pela UNESCO como Reserva da Biosfera.

Floresta. A Terceira possui a maior mancha de floresta nativa do arquipélago. Ao centro, a ilha é marcada pela maior mancha de urze dos Açores. Outras matas de vegetação endémica, na Serra de Santa Bárbara, remetem para a floresta nativa do arquipélago, geralmente conhecida por floresta laurifólia.

A Graciosa tem vegetação plantada (criptomérias, acácias, pinheiros e incensos) que contrasta com a vegetação de outras áreas da ilha.

Paisagem vulcânica. Assume na Terceira um interesse para os visitantes, desde logo, o destaque para o Algar do Carvão, com uma característica única de ter as maiores estalactites de sílica do Mundo. Outros pontos de interesse são o túnel lávico Gruta do Natal, as Furnas do Enxofre à superfície, o Monte Brasil (parte de um do maior e mais bem preservado vulcão dos Açores, com origem no mar).

A Caldeira da Graciosa é o elemento paisagístico mais emblemático da ilha, estando implantada no topo do vulcão da Caldeira, o mais pequeno edifício vulcânico central existente nos Açores. No interior da Caldeira está uma imponente cavidade vulcânica, a Furna do Enxofre. A Graciosa conta também com o algar Caldeirinha de Pêro Botelho.

Paisagem humanizada. Ao mesmo tempo, a superfície das ilhas tem uma paisagem relativamente humanizada. Na Terceira, fruto da presença de milhares de explorações agrícolas. Com efeito, do cimo da Serra do Cume percebe-se a geometria dos muros de pedra e sebes de hortênsia que dividem os blocos das explorações agrícolas no vasto vale. Na Graciosa porque as aglomerações populacionais se estendem, quer ao longo do litoral, quer pelo interior da ilha.

Paisagem costeira. A ilha Terceira conta com o areal da Praia da Vitória mas também as piscinas naturais equipadas com infraestruturas de apoio aos visitantes (Porto Martins, Biscoitos, Negrito e Silveira). Para este tipo de paisagem contribuem, ainda, as pontas, promontórios e baías, como é o caso das baías das Quatro Ribeiras, da Salga, da Mina ou do Fana, as Pontas do Raminho ou do Queimado, ou a zona da Lagoa da Fajãzinha.

Na ilha Graciosa, esta paisagem é muito diversificada, desde escarpas altas à costa pouco elevada ou ao areal. De destacar que esta ilha está na rota do painho-das-tempestades-de-monteiro, a única ave marinha endémica dos Açores, e, por isso, é uma Zona de Proteção Especial.

Graciosa Reserva da Biosfera. A Reserva da Biosfera é um instrumento de conservação que favorece a descoberta de soluções para problemas vários de acordo com o território, mas, em comum, privilegia o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas assim protegidas e tem por objetivo promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as relações entre as populações e o meio ambiente.

Embora a ilha da Graciosa seja reserva da Biosfera, esta classificação não tem trazido para a ilha os respetivos benefícios, nomeadamente, em termos de investigação, de educação ambiental e gestão do ecossistema, bem como de centro de informação e desenvolvimento profissional dos técnicos responsáveis pela sua gestão.

A GRATER, através da sua estratégia de desenvolvimento local, tem como objetivo inverter este cenário, estimulando o trabalho conjunto entre as entidades públicas, procurando estabelecer um melhor relacionamento entre a população (não só da ilha, mas de toda a Região) e o meio ambiente; e projetar internacionalmente a ilha e a sua classificação para adquirir uma maior atratividade turística (em segmentos específicos).

Em termos de áreas classificadas, nomeadamente, inseridas na **Rede Natura 2000** e nas **Áreas protegidas**, as ilhas Terceira e Graciosa têm uma representatividade baixa no total da Região, mas importantes áreas que merecem todos os esforços para a sua preservação.

A Rede de Áreas Protegidas dos Açores, estruturada nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, integra a globalidade das Áreas Protegidas (AP) existentes no território da Região Autónoma dos Açores e concretiza a classificação adotada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

As áreas protegidas são indispensáveis para a concretização dos propósitos da conservação da natureza e da biodiversidade, reunindo, no seu conjunto, um vasto e valioso património natural que importa salvaguardar.

A Rede de Áreas Protegidas dos Açores integra 3 tipos de unidades de gestão: Parque Natural de ilha (PNI); Parque Marinho dos Açores (PMA) e Áreas protegidas de importância local. As áreas marinhas que se encontram situadas no mar territorial adjacente a cada uma das ilhas do arquipélago estão incluídas nos correspondentes Parques Naturais de Ilha.

Os 9 Parques Naturais de Ilha já criados (que integram as áreas classificadas da Rede Natura 2000 bem como áreas classificadas ao abrigo de convenções internacionais), assim como o Parque Marinho dos Açores, constituem a unidade de gestão de base da Rede de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores.

No âmbito da criação dos Parques Naturais de Ilha são protegidas 124 áreas (19 Reservas Naturais, 11 Monumentos Naturais, 48 Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies, 16 Áreas de Paisagem Protegida e 30 Áreas Protegida para a Gestão de Recursos), que no seu conjunto totalizam 180374 ha, sendo 56219 ha área terrestre e 124155 ha área marinha. As diferenças nas áreas, em relação ao período anterior, devem-se não só à criação de nova área protegida, mas também a pequenos ajustes de cálculo em algumas áreas.

O Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril contempla a rede fundamental de conservação da natureza que consiste num conjunto de territórios orientados para a conservação das componentes mais

representativas do património natural e da biodiversidade e visa promover uma visão integrada e abrangente do património e dos recursos e valores naturais sujeitos por lei ou compromisso internacional a um especial estatuto jurídico de proteção e gestão, sem implicar a atribuição de um regime complementar ao existente. Integra a Rede Natura 2000, as áreas protegidas de importância regional, a reserva ecológica e a reserva agrícola regional.

Os sítios da rede Natura 2000 foram designados especificamente para a proteção de áreas fundamentais para um subconjunto de espécies ou de tipos de habitats listados na Diretiva Aves (Diretiva 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril alterada pela Diretiva nº 2009/147/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009) e na Diretiva Habitats (Diretiva 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992).

Estes sítios, selecionados com base em critérios científicos, têm como objetivo assegurar a sobrevivência a longo prazo das espécies e dos habitats protegidos ao abrigo das duas Diretivas, pelo que as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação dos valores presentes, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

Na Região a Rede engloba 15 Zonas de Proteção Especial (ZPE) estabelecidas no âmbito da Diretiva Aves bem como 23 Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e 3 Sítios de Interesse Comunitário (SIC) designados no âmbito da Diretiva Habitats.

Quadro 26. Área da Rede Natura 2000

	ilha	Nome	Área (ha)
Zonas de Proteção Especial (ZPE) <i>Diretiva Aves</i>	Terceira	Ponta das Contendas	91,45
		Ilhéu das Cabras - ilha Terceira	28,14
	Graciosa	Ilhéu de Baixo	32,09
		Ilhéu da Praia	10,02
Zonas de Especial Conservação (ZEC) <i>Diretiva Habitats</i>	Terceira	Serra Santa Bárbara e Pico Alto	4.730,93
		Costa das Quatro Ribeiras	267,63
	Graciosa	Ilhéu de Baixo - restinga	243,67
		Ponta Branca	68,64

Fonte: <http://rea.azores.gov.pt/reaa/11/conservacao-da-natureza-e-biodiversidade/734/areas-classificadas>

Quadro 27. Áreas Protegidas da RAA

ilha	Designação	Área Total (ha)	Área Terrestre (ha)
Terceira	Monte Natural Regional do Algar do Carvão	40,5	40,5
	Monte Natural Regional das Furnas do Enxofre	7,42	7,42
Graciosa	Monte Natural Regional da Caldeira da Graciosa	119,87	119,87

Fonte: <http://rea.azores.gov.pt/reaa/11/conservacao-da-natureza-e-biodiversidade/734/areas-classificadas>

Quanto a outras referências ao património natural, destaca-se as **zonas húmidas**, com classificação RAMSAR, as quais, para além do valor paisagístico, hidrológico, de biodiversidade e de comunidades ecológicas, têm o

seu valor e turístico, e até mesmo socioeconómico. No território de intervenção existem 13 (12 na Terceira e 1 na Graciosa).

Encontram-se disponíveis nas ilhas, **trilhos** devidamente identificados relativamente à distância e grau de dificuldade, com uma grande beleza ao longo de todo o percurso (Terceira: Baías da Agualva; Monte Brasil; Serreta; Mistérios Negros; Relheiras de São Brás; Graciosa: estrada que circunda a Caldeira).

A ilha Terceira conta com três **rotas** definidas pela Associação Regional de Turismo – Turismo dos Açores (ART): Angra a Pé, que percorre todos os monumentos históricos da cidade de Angra do Heroísmo; Praia a Pé, que percorre todos os monumentos históricos da cidade de Praia da Vitória; e a Rota Geo-espeleológica, que percorre todos os monumentos naturais de origem vulcânica.

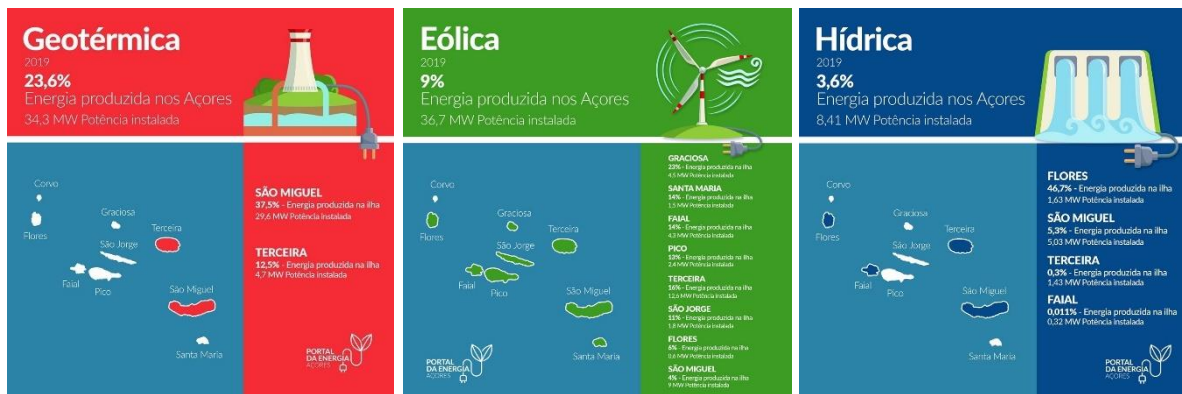
Atualmente, está em curso um processo de revisão da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA). Esta revisão tem também como objetivo criar áreas protegidas, que cubram 15% da subárea dos Açores da Zona Económica Exclusiva (ZEE) Portuguesa. Este objetivo visa, por um lado, cumprir com as metas de 10% de cobertura de AMP, bem geridas, até 2020, dando cumprimento à Meta 11 de Aichi (CDB, 2010) e à meta ODS 14.4 (Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável), mas também contribuindo para o compromisso assumido por Portugal de atingir a meta de 14% do mar português protegido por AMP, bem geridas, até 2020 (Ministra do Mar, Nova York 2017). A meta de atingir os 15% de AMP, até 2021, foi definida no quadro das políticas ambientais regionais para o mar dos Açores, e está a ser desenvolvida através do programa Blue Azores, que envolve o Governo Regional dos Açores (GRA), a Fundação Oceano Azul (FOA) e a Waitt Foundation, e tem o suporte científico da Universidade do Açores (Okeanos) e do IMAR-Açores e em que a GRATER tem participado ativamente.

1.4. Transição energética e digital

A energia é um bem essencial ao desenvolvimento económico e ao bem-estar das populações, com uma transversalidade que lhe confere relevância em muitas das preocupações atuais, como as alterações climáticas, a globalização ou a justiça social.

Para assegurar uma resposta uníssona e a longo prazo no futuro da energia, a Resolução do Conselho do Governo n.º 92/2018, de 7 de agosto, determinou a elaboração da Estratégia Açoriana para a Energia 2030, um “documento catalisador desta mudança de paradigma”, que defina uma política energética para os Açores assente nos objetivos “de garantia de segurança de abastecimento, redução de custo com energia e redução das emissões de gases de efeito de estufa”, baseando-se na aplicação dos princípios orientadores de eficiência energética, eletrificação e descarbonização.

Figura 2 – Fontes de energia renováveis e endógenas dos Açores



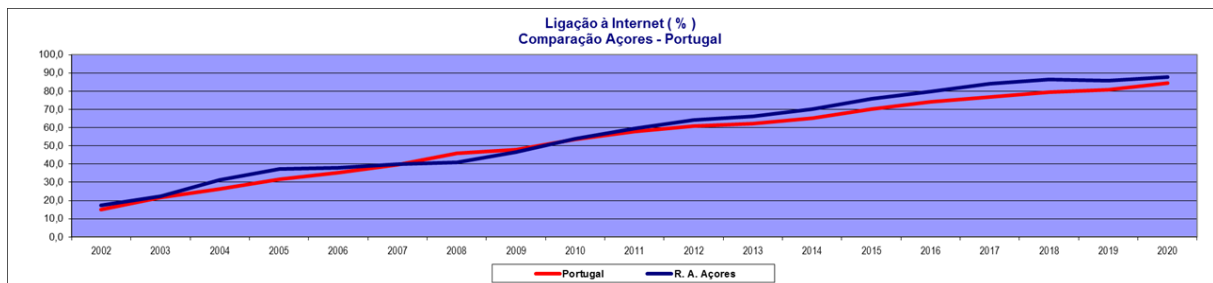
Fonte: <https://portaldenergia.azores.gov.pt/portal/POLITICA-ENERGETICA/Renov%C3%A1veis>

A EDL aqui apresentada pretende alinhar-se com as metas definidas pela Estratégia Açoriana para a Energia 2030, e com as políticas europeias e nacionais.

A nossa EDL não irá promover medidas concorrenciais às lançadas pelo governo, mas ser sim complementar, valorizando as candidaturas que tenham bem definidas as preocupações ambientais.

A R.A.A. em 2020 estava quer em termos de ligação à internet quer em termos de utilização da mesma em nível ligeiramente superior à média de Portugal.

Gráfico 8. Ligação à internet(%), comparação Açores - Portugal



Fonte: SREA, Inquérito à Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Famílias

No que se refere à posse e utilização de computador, os últimos dados disponíveis são de 2017, anteriores à pandemia pelo que não parece fidedigna a análise com base nos mesmos. Principalmente porque foi feito um esforço pela Região na altura da pandemia de colocar pelo menos um aparelho por cada casa com crianças em idade escolar.

Também nesta temática a EDL da GRATER pretende acompanhar a Estratégia do Governo dos Açores.

1..5 Caracterização dos aspetos relevantes referentes às áreas temáticas objeto de intervenção

Este território é marcado por 3 fatores de natureza eminentemente geográfica relevantes para a compreensão das dinâmicas sociais e económicas que aí se desenvolvem: a dupla insularidade, a descontinuidade territorial, a exiguidade do mercado.

O território de intervenção é caracterizado por uma dicotomia assente no posicionamento socioeconómico, pelo que, antes de mais, a estratégia terá de ter focos de atenção igualmente diferenciados.

Em termos de **demografia**, os dados analisados permitem concluir por uma dinâmica contrastada, verificando-se um ligeiro crescimento da população residente na ilha Terceira e uma diminuição na ilha Graciosa, a par de grande parte das ilhas açorianas. Com efeito, as ilhas de São Miguel e da Terceira são as únicas ilhas que têm registado capacidade para atrair população na última década.

O TI pode ser caracterizado por uma estrutura etária jovem, embora abaixo da média da região. Um aspeto positivo é ter-se verificado um acréscimo da população em idade ativa (15-64 anos), com a consequente redução da dependência das faixas mais jovens e da terceira idade.

O diagnóstico realizado leva a concluir pelos elementos seguintes:

- ↳ Tendência de envelhecimento da população, visível no aumento do índice de envelhecimento e no índice de sustentabilidade potencial (resultado da diminuição do peso da população mais jovem com menos de 15 anos e, inversamente, do aumento da proporção da população com mais de 65 anos);
- ↳ Diminuição da taxa bruta de natalidade;
- ↳ Diminuição dos Índices de dependência (total e de idosos e jovens, com a exceção da dependência de idosos na ilha Terceira).
- ↳ Aumento acentuado dos níveis de desemprego nos últimos anos.

Em termos de **ação social**, nos últimos anos houve uma evolução positiva em termos de respostas sociais quer para a população idosa e para a infância, quer de apoio à comunidade, ainda assim persistem debilidades ao nível da oferta existente, nomeadamente para tipologias de carência específicas.

Em termos de **estrutura económica**, com a ilha Terceira com contributos importantes para o PIB e VAB da Região, que a ilha Graciosa não partilha

O perfil de especialização económica deste território é diversificado, coexistindo:

- (i) Um sector primário com importância e onde se destacam as atividades ligadas à exploração animal, tendo vindo a registar-se, nos últimos anos, o crescimento das atividades hortícolas, frutícolas e florícolas. Este sector depara-se com o importante desafio de valorização e comercialização dos seus produtos.

- (ii) Uma base industrial com presença e peso no emprego, onde se destaca a construção, embora com tendência muito recessiva, e as indústrias agroalimentares. Dos produtos agroalimentares salienta-se os laticínios, bem como a doçaria tradicional, dois produtos cuja produção e projeção ultrapassa a fronteira da RAA. Outros produtos, como as flores ou o mel, também se prevê que venham a ter maior presença no panorama produtivo do território de intervenção.

O sector agroalimentar tem acrescentado valor aos produtos transformados, mas, no entanto, tem ainda uma grande margem de melhoria.

Nos restantes sectores nota-se a falta de capacitação para uma organização e gestão que integre uma visão estratégica.

- (iii) Um sector terciário com grande peso e em crescimento e com algum dinamismo, sobretudo, nos serviços de apoio social. Este sector tem um caminho a percorrer no sentido da melhoria dos serviços prestados, nomeadamente, através da capacitação dos seus trabalhadores. Uma melhoria destes indicadores pode induzir a uma maior atratividade do território de intervenção, sobretudo para o investimento nas mais diversas áreas económicas.

- (iv) Um potencial desenvolvimento das atividades turísticas que se encontra, ainda, subexplorado, sobretudo se a ilha terceira começar a beneficiar de viagens *low cost* e de possíveis *charters*, à semelhança do que aconteceu com a ilha de São Miguel.

Em termos de **ocupação do território**, observam-se alguns contrastes, com as áreas mais edificadas (sedes de concelho e freguesias envolventes) a concentrar a população, em detrimento de outras, as quais apresentam uma menor densidade demográfica e de atividades comerciais com relevância económica. Estes territórios estarão no foco da EDL.

O território de intervenção é marcado por um conjunto diversificado de **recursos endógenos**, que constituem os ativos para o seu desenvolvimento. A nível paisagístico este território apresenta uma enorme diversidade e riqueza, fruto da presença harmoniosa de um conjunto de elementos naturais, que lhe conferem especificidade e autenticidade. As características geológicas estruturam uma parte importante dessa paisagem. Estes ativos necessitam ser valorizados, melhorando a imagem e a atratividade do território de intervenção, sobretudo para sector turístico.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO: ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO E DO POTENCIAL DA ZONA CONSIDERADA, INCLUINDO UMA ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS E DAS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.

A partir da caracterização do território e da auscultação dos stakeholders foram identificados os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças (análise SWOT) que a GRATER pretende dar resposta através da sua Estratégia de Desenvolvimento Local. Como foi referido atrás, o território apresenta dinâmicas diferenciadas o que dificulta a análise SWOT em termos territoriais naqueles pontos onde essa diferença alcança o estatuto de oposição. Optou-se por considerar as duas dinâmicas em duas análises distintas.

A *itálico* estão os elementos/atributos globais e que, à partida, não são diretamente influenciados pela implementação da EDL).

Análise SWOT ilha Terceira

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Políticas Comunitárias para reforçar a coesão territorial.</i> • <i>Potencial de articulação e complementaridade dos apoios comunitários.</i> • Aproveitamento da imagem do território de intervenção de elevada qualidade ambiental. • <i>Voos low-cost e charters.</i> • Campanhas de promoção e comercialização de produtos regionais – Marca Açores, com natureza transversal a toda a produção regional. • Exploração do potencial de produção de energia a partir de fontes renováveis em vários domínios: hídrico, eólico, solar. • Potencial de valorização e de promoção das produções agrícolas e agroalimentares. • Potencial de valorização comercial dos produtos artesanais. • Alargamento de mercado decorrente do desenvolvimento de atividades de turismo e de animação. • Procura pelo turismo de natureza. • Desenvolvimento de atividades no domínio da economia social. • Promoção territorial através do estímulo ao funcionamento em rede entre atores locais e da cooperação interterritorial e transnacional. • Diversidade das atividades, competências e “know-how” da Parceria. 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Diminuição do número de voos.</i> • <i>Inexistência de transporte marítimo regular.</i> • Deficiente articulação entre a oferta educativa e formativa e as necessidades específicas da Terceira. • Aumento da concorrência para os produtos agroalimentares. • Fraca dinâmica associada à inovação. • Insuficiente valorização dos produtos agroalimentares. • Dificuldades na continuidade da atividade das PME no atual contexto de crise económica e social. • Dificuldade em definir negócios com mais-valias económicas. • Sazonalidade da atividade turística. • Desertificação das freguesias rurais menos povoadas. • Falta de capacidade de investimento dos agentes privados. • Excesso de burocracia nos processos

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • <i>População e ativos com estrutura de idades relativamente jovem.</i> • Produção Agrícola de qualidade, nomeadamente com explorações em modo de produção biológico e produção integrada; • Potencial de atração de residentes. • Dinâmica de investimento. • Diversidade e singularidade dos recursos naturais, com potencial de aproveitamento económico e valia 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Dupla periferia, exiguidade e fragmentação do mercado.</i> • <i>Acessibilidades por ar e por mar</i> • <i>Custos associados à mobilidade de pessoas e de produtos.</i> • <i>Falta de articulação entre o sector público e privado para a promoção turística.</i> • <i>Baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional</i> • <i>Reduzida ligação ao sistema regional de ensino superior e de investigação e inovação.</i>

<p>ambiental.</p> <ul style="list-style-type: none"> Boa imagem dos produtos agroalimentares (p.ex., laticínios, próteas). Existência de produtos inseridos em regimes de qualidade. Bons recursos para a produção de energia renovável. Identidade da população residente com o território e a valorização dos saberes tradicionais. Produtos artesanais. Condições favoráveis para o desenvolvimento de um conjunto diversificado de vertentes turísticas, ao longo de todo o ano. Eventos de índole cultural. Conservação e valorização do património natural, edificado e cultural. Promoção da sustentabilidade e qualidade ambiental. Ocorrência de acontecimentos com potencial de projeção nacional. Diversidade na oferta de equipamentos nas áreas sociais, da cultura, desporto e lazer. Existência de serviços de proximidade com valências diversificadas. Qualidade de vida, gastronomia, turismo. Aumento do número de eventos de índole cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Empresários e dirigentes com baixas habilitações e qualificações.</i> <i>Dificuldade de fixação de recursos humanos qualificados.</i> <i>Dificuldade de integração dos jovens na vida profissional.</i> Falta de estratégias de diversificação das atividades no seio das explorações agrícolas. Produtores agrícolas ainda com uma perspetiva pouco empresarial. <i>Baixos níveis salariais e de poder de compra.</i> Insuficiente valorização dos produtos agrícolas e agroalimentares (diferenciação, inovação, projeção). Explorações dependentes dos apoios comunitários e com problemas de viabilidade. Pequenos negócios com dificuldades na sua viabilidade (em parte decorrente da deficiente capacidade financeira, de gestão e de inovação). Insuficiente valorização dos produtos artesanais (diferenciação, inovação, projeção). Insuficiente qualidade, projeção e organização dos serviços de animação turística. Falta de infraestruturas de apoio para a utilização e rentabilização de recursos endógenos. Insuficiente dinâmica da restauração e outros serviços de apoio ao turismo. Falta de oportunidades de emprego. Lacunas em termos de suporte social a grupos com necessidades específicas. Associações culturais e recreativas em situação de insustentabilidade financeira e com dificuldade na mobilização da comunidade para iniciativas culturais e recreativas. Concentração da oferta cultural nas sedes de concelho. Fraco aproveitamento das fontes de energia renováveis. Existência de focos de pobreza e de exclusão social
---	---

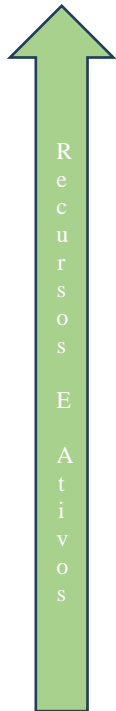
Análise SWOT ilha Graciosa

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <i>Políticas Comunitárias para reforçar a coesão territorial.</i> <i>Potencial de articulação e complementaridade dos apoios comunitários.</i> Aproveitamento da imagem do território de intervenção de elevada qualidade ambiental. Campanhas de promoção e comercialização de produtos regionais – Marca Açores, com natureza transversal a toda a produção regional. Potencial de valorização e de promoção das produções agrícolas e agroalimentares. Potencial de valorização comercial dos produtos artesanais. Alargamento de mercado decorrente do desenvolvimento de atividades de turismo e de animação. Procura pelo turismo de natureza. Desenvolvimento de atividades no domínio da economia social. Promoção territorial através do estímulo ao funcionamento em rede entre atores locais e da cooperação interterritorial e transnacional. 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Diminuição do número de voos/estagnação dos fluxos turísticos.</i> <i>Inexistência de transporte marítimo.</i> Abandono das comunidades rurais. Erosão do dinamismo social e económico. Fraca dinâmica associada à inovação. Dificuldades na continuidade da atividade das PME no atual contexto de crise económica e social. Dificuldade em definir negócios com mais-valias económicas. Sazonalidade da atividade turística. Desertificação das freguesias rurais menos povoadas. Dificuldades de retenção e atração de população jovem e qualificada. Desmotivação de potenciais novas intenções de investimento. Falta de capacidade de investimento dos agentes privados. Excesso de burocracia nos processos.

<ul style="list-style-type: none"> Diversidade das atividades, competências e “know-how” da Parceria. 	
--	--

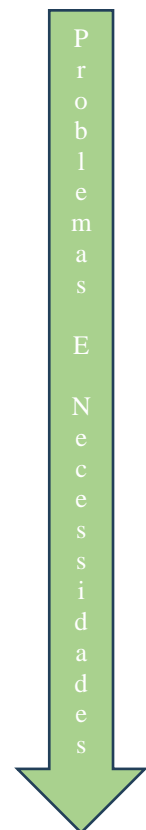
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Diversidade e singularidade dos recursos naturais, com potencial de aproveitamento económico e valia ambiental. Boa imagem dos produtos agroalimentares (p.ex., queijadas da Graciosa). Condições favoráveis para o desenvolvimento de um conjunto diversificado de vertentes turísticas, ao longo de todo o ano, nomeadamente, ligadas às termas. Eventos de índole cultural. Conservação e valorização do património natural. Promoção da sustentabilidade e qualidade ambiental. Qualidade de vida, gastronomia, turismo 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Dupla periferia, exiguidade e fragmentação do mercado.</i> <i>Acessibilidades por ar e por mar</i> <i>Custos associados à mobilidade de pessoas e de produtos.</i> <i>Falta de articulação entre o sector público e privado para a promoção turística.</i> <i>Baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional</i> <i>Reduzida ligação ao sistema regional de ensino superior e de investigação e inovação.</i> <i>Empresários e dirigentes com baixas habilitações e qualificações.</i> <i>Dificuldade de fixação de recursos humanos qualificados.</i> <i>Dificuldade de integração dos jovens na vida profissional.</i> <i>Baixa natalidade e emigração, sobretudo, de pessoas qualificadas.</i> <i>Baixos níveis salariais e de poder de compra.</i> Produtores agrícolas ainda com uma perspetiva pouco empresarial. Insuficiente valorização dos produtos agrícolas (diferenciação, inovação, projeção). Explorações dependentes dos apoios comunitários e com problemas de viabilidade. Baixa densidade empresarial, sobretudo fora dos centros populacionais. Desestruturção da economia local- fragilidade dos circuitos comerciais e dos canais de divulgação. Pequenos negócios com dificuldades na sua viabilidade (em parte decorrente da deficiente capacidade financeira, de gestão e de inovação). Fraca oferta de serviços de animação turística. Falta de infraestruturas de apoio para a utilização e rentabilização de recursos endógenos. Insuficiente dinâmica das unidades de alojamento na captação de turismo. Insuficiente dinâmica da restauração e outros serviços de apoio ao turismo. Falta de apoio ao investimento e de serviços complementares a empresas. Falta de oportunidades de emprego. Tendência para o envelhecimento populacional. Lacunas em termos de suporte social a grupos com necessidades específicas. Associações em situação de insustentabilidade financeira e com dificuldade na mobilização da comunidade para iniciativas culturais e recreativas. Existência de focos de pobreza e de exclusão social

De forma mais sucinta podemos organizar a informação sobre os principais recursos e ativos, bem como as principais dimensões-problema/necessidades do território de intervenção, as quais a GRATER tem por objetivo valorizar e dar resposta.



- ✓ Diversidade e singularidade dos recursos naturais e imagem da Região de elevada qualidade ambiental, com potencial de aproveitamento económico
- ✓ Evolução favorável da estrutura das explorações agrícolas e respetiva produtividade, com evolução para o modo de produção biológico e produção integrada
- ✓ Boa imagem dos produtos agrícolas e agroalimentares (alguns inseridos em regimes de qualidade)
- ✓ Produtos artesanais
- ✓ Condições favoráveis para o desenvolvimento de um conjunto diversificado de vertentes turísticas ao longo de todo o ano
- ✓ Existência de recursos com potencial para a produção de energias renováveis (hídrica, eólica, solar)
- ✓ Conservação e valorização do património natural, edificado e cultural
- ✓ Potencial de atração de residentes
- ✓ Clima favorável ao desenvolvimento de práticas turísticas ao longo de todo o ano
- ✓ Diversidade e oferta de equipamentos na área da cultura, desporto e lazer e aumento de eventos de índole cultural e festiva
- ✓ População e ativos com estrutura de idades relativamente jovem.
- ✓ Existência de serviços de proximidade com valências diversificadas
- ✓ Identidade da população residente com o território e a valorização dos saberes tradicionais

- ✓ Dupla periferia, exiguidade e fragmentação do mercado regional e custos associados à mobilidade de pessoas e de produtos
- ✓ Diminuição do número de voos e do número de lugares em cada voo
- ✓ Diminuição do transporte marítimo
- ✓ Baixo aproveitamento e valorização dos recursos locais (diferenciação, inovação, organização, projeção) e predomínio de produtos de baixo valor acrescentado
- ✓ Estrutura fundiária limitativa de aumentos de produtividade e de estratégias de diversificação das atividades no seio das explorações agrícolas
- ✓ Produtores agrícolas ainda com uma perspetiva pouco empresarial, dependentes dos apoios comunitários e com problemas de viabilidade
- ✓ Baixa densidade e diversidade empresarial
- ✓ Falta Integração das estruturas de apoio com as atividades comerciais e produtivas
- ✓ Insuficiente procura das unidades de alojamento, restauração, animação turística e outros serviços de apoio ao turismo
- ✓ Deficiente valorização e projeção dos produtos artesanais
- ✓ Reduzida ligação ao sistema regional de ensino superior e de investigação e inovação
- ✓ Empresários e dirigentes com baixas habilitações e qualificações
- ✓ Falta de oportunidades de emprego, baixos níveis salariais e de poder de compra
- ✓ Tendência de envelhecimento, baixa natalidade e emigração
- ✓ Concentração da oferta cultural nas sedes de concelho
- ✓ Existência de fenómenos de pobreza e exclusão social
- ✓ Grupos populacionais com necessidades específicas ainda não supridas



Da análise das dimensões-problema surge recorrentemente as acessibilidades por terra e por ar às duas ilhas do território de intervenção. Embora não seja um problema passível de ser resolvido através da implementação da EDL da GRATER é uma matéria que merece grande preocupação. A tendência para a diminuição do número de voos e do número de lugares em cada voo, bem como a irregularidade dos transportes marítimos limita de forma importante os fluxos turísticos do território de intervenção.

Do cruzamento entre os principais recursos e ativos do território e as dimensões-problema identificadas no diagnóstico é possível identificar um desafio transversal que consiste na criação de emprego, e um **conjunto de desafios estratégicos** que o território de intervenção da GRATER enfrenta tendo em vista uma maior coesão económica, social e territorial, os quais servem de base para fundamentar a Estratégia de Desenvolvimento Local definida:

- ***Diversificação e qualificação das Atividades Económicas*** através do apoio à diversificação de atividades nas explorações agrícolas, do apoio à criação e fixação de novas empresas e do apoio à consolidação da economia social, que devem ser acompanhadas com o reforço dos fatores de competitividade das empresas existentes e da valorização dos recursos humanos. A exploração das fontes de energia renováveis, de iniciativas de circularização na economia, de soluções inteligentes e de sustentabilidade alimentar também são um objetivo.

Este segmento de intervenção assenta na importância da promoção do empreendedorismo para o aumento do rendimento, nomeadamente, dos produtores agrícolas; para a criação de emprego, gerador de riqueza e de sustentabilidade do território; para a criação de valor acrescentado e para aumentar a produção e consumo de energia produzida a partir de fontes renováveis.

Assenta também na qualificação da oferta de alojamento, restauração e serviços de animação turística valorizando o potencial de exploração de diferentes vertentes turísticas (geológica, marítima, náutica, desportiva, de aventura, de negócios, de saúde e bem-estar, histórica/religiosa), contrariando o fenómeno da sazonalidade.

- ***Melhoria das condições de suporte ao desenvolvimento socioeconómico do território***, nomeadamente consolidando as respostas de base e sociais de forma a cobrir as necessidades mais prementes e reforçando as condições infraestruturais para a fixação e atração de população e de negócios.

Este segmento de intervenção assenta na combinação da melhoria da qualidade e das condições de vida das populações residentes com a criação de um ambiente favorável à iniciativa empresarial e à receção/atração de fluxos de visitantes e de novos residentes, com resultados esperados ao nível da criação de emprego. O investimento a ser privilegiado não se refere apenas a projetos de cariz marcadamente social dinamizados pelas IPSS mas também aos serviços prestados pelas autarquias locais (principalmente juntas de freguesias) aos habitantes locais.

- ***Preservação e valorização económica sustentável dos ativos naturais e patrimoniais do território,*** numa perspetiva de afirmação identitária, de economia verde e de suporte à indução de novas iniciativas empreendedoras, p.ex., em articulação com o desenvolvimento das atividades turísticas. Este segmento de intervenção visa conservar o património cultural e natural e estimular o seu aproveitamento económico, bem como sensibilizar a população para a riqueza natural do seu território.

3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

3.1. Descrição da estratégia de desenvolvimento local

A zona de intervenção da GRATER trata-se de um território que compreende duas ilhas com dinâmicas distintas, mas que, de uma forma geral, consiste num território com características marcadamente rurais e com uma baixa densidade económica e populacional onde continuam a persistir tendências recessivas, não obstante o relativo dinamismo da ilha Terceira e o contributo reconhecido das estratégias de desenvolvimento local implementadas ao longo das últimas décadas.

A formulação da Estratégia de Desenvolvimento do território de intervenção da GRATER assenta na necessidade de dar continuidade e aprofundar o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo de várias gerações da Iniciativa Comunitária LEADER e mais recentemente da implementação da Abordagem LEADER, integrada no PRORURAL e PRORURAL⁺ e, simultaneamente, estimular linhas de atuação integradas e de carácter inovador, maximizando a utilização das oportunidades e potencialidades e a superação das dificuldades e problemas diagnosticados no contexto da prossecução dos objetivos ao crescimento inteligentes, sustentável e inclusivo.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em 25 de setembro de 2015, traça um quadro global para alcançar um desenvolvimento sustentável até 2030. Apresenta um conjunto ambicioso de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas afins que os países e as partes interessadas deverão levar por diante. A EDL da GRATER pretende ser um pequeno contributo para a mesma agenda.

O Pacto Ecológico Europeu para a União Europeia (UE) e os seus cidadãos de 11 de dezembro de 2019 redefine o compromisso da Comissão de enfrentar os desafios climáticos e ambientais, tarefa determinante desta geração. A cada ano que passa, a atmosfera fica mais quente e o clima muda um pouco mais.

A Estratégia do Prado ao Prato de 20 de maio de 2020 para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente está no centro do Pacto Ecológico. Trata de forma abrangente os desafios dos sistemas alimentares sustentáveis e reconhece as ligações indissociáveis entre pessoas saudáveis, sociedades saudáveis e um planeta saudável.

A EDL proposta dará especial atenção ao apoio de projetos com capacidade para gerar emprego e rendimento e, conseqüentemente, para imprimir sustentabilidade económica e social no território de intervenção. O incentivo à modernização para a descarbonização e modelos de economia circular e opção por iniciativas inteligentes e práticas sustentáveis de transformação alimentar serão também pilares da presente estratégia, que deverá contribuir para um desenvolvimento socioeconómico, com base em princípios de valias, sinergias, complementaridades, que sempre trabalharam em conjunto,

independentemente das fronteiras administrativas, da descontinuidade de espaço territorial, e da dupla insularidade.

Objetivos da Estratégia



1. *Gerar emprego em meio rural*
2. *Aumentar o investimento e a dinâmica económica*
3. *Melhorar a viabilidade e competitividade dos negócios existentes*
4. *Contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*
5. *Melhoria da atratividade do território para turistas*
6. *Promover o empreendedorismo e a valorização dos saberes e ofícios tradicionais*
7. *Contribuir para a fixação da população*
8. *Densificar os serviços básicos para a população rural*
9. *Contribuir para a conservação e valorização do património rural*
10. *Contribuir para a preservação do património cultural*
11. *Reforço organizacional das comunidades*
12. *Contribuir para aumentar a cooperação transnacional e interterritorial*
13. *Contribuir para aumentar a produção de energia a partir de recursos renováveis*
14. *Contribuir para a diversificação de atividades nas explorações agrícolas*

Neste contexto, importa desenhar uma Estratégia de Desenvolvimento Local que dê continuidade e reforce o trabalho de proximidade e parceria que têm vindo a ser desenvolvido pela GRATER e pelos seus parceiros, a qual deverá corresponder a uma resposta concertada e qualificada aos principais desafios estratégicos que o território enfrenta, através da indução de novos e renovados fatores de competitividade e de atratividade, mobilizando para isso os recursos e potencialidades endógenas de valor reconhecido.

Um desafio transversal para dar continuidade a esta visão estratégica nos próximos anos coloca-se ao nível da comunidade/promotores, isto é, da sua capacidade para aproveitar o montante de FEADER que vai ser disponibilizado em projetos devidamente enquadrados nas áreas consideradas pela estratégia, que demonstrem sustentabilidade financeira e que contribuam efetivamente para o desenvolvimento do território. Em suma, que representem uma mais-valia para o território.

3.2. Estrutura da estratégia local

A Estratégia de Desenvolvimento Local definida assenta, desta forma, nos Eixos Estratégicos de Intervenção indicados de seguida.

EIXO I. Empregabilidade, competitividade e sustentabilidade

O LEADER ao longo dos vários períodos de programação elegeu com uma das suas prioridades a criação de emprego sustentável, em meio rural.

A criação e/ou manutenção de emprego é crucial para contrariar a tendência de estagnação da economia e a diminuição da população. A criação de emprego está condicionada pela manutenção das empresas existentes e pela dinâmica de nascimento de novas empresas no território.

Analisando a situação em termos de dinamismo económico local podemos concluir que o maior problema consiste na reduzida capacidade de gerar e reter valor acrescentado no território. Assim, é importante através do LEADER/DLBC, contribuir para colmatar esta falha nos diversos setores de atividade, nomeadamente nível da indústria (indústria agroalimentar), na diversificação das explorações para atividades não agrícolas, no comércio, no turismo, serviços, etc.

É necessário continuarmos a apostar através das estratégias de desenvolvimento local, na **modernização e criação de novas empresas incentivando a inovação, a introdução de novas tecnologias**, que contribuam para aumentar a competitividade das mesmas e a sua sustentabilidade ambiental.

Nas zonas rurais predominam as empresas agrícolas e é essencial desenvolver a **diversificação de atividades não agrícolas**, de forma a contribuir para o aumento do rendimento do agregado familiar, com atividades lucrativas complementares à atividade agrícola.

Um dos setores em que é importante continuarmos a alocar as verbas necessárias para o seu desenvolvimento, pelo dinamismo demonstrado nos últimos anos é o **turismo** e as atividades associadas ao mesmo.

Face ao exposto, no período de programação do LEADER/DLBC propomos continuar a contribuir para a dinâmica da criação de postos de trabalho, com o apoio à criação de empresas e negócios em meio rural, através das seguintes **tipologias de intervenção**:

- Intervenção E.16.1.1 - Prémio à instalação de empresas rurais
- Intervenção E.16.1.2 - Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural

Eixo II – Serviços básicos de apoio à população

Para a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais é fundamental o acesso da população a serviços básicos, nomeadamente através da criação de redes de serviços de proximidade.

Em termos de ação social, nos últimos anos houve uma evolução positiva nas respostas sociais quer para a população idosa e para a infância, quer de apoio à comunidade, ainda assim persistem debilidades ao nível da oferta existente.

Neste sentido é fundamental que o LEADER/DLBC continue a dotar o meio rural de serviços de infância, os ATIs, os serviços de apoio domiciliário ou de transporte de doentes, essenciais à população, nomeadamente os centros de dia para idosos, as creches, os jardins de infância.

Para a criação de melhores condições de vida nas zonas rurais e de forma a torná-las mais atrativas é também necessário a existência de um conjunto de equipamentos de lazer.

Face ao exposto no período de programação 2023-2027, propomos que o LEADER/DLBC continue a contribuir para a criação e melhoria de respostas sociais, através das seguintes tipologias de intervenção:

- Intervenção E.16.1.3 - Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base
- Intervenção E.16.1.4 - Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social

EIXO III Património Cultural, Ambiente e Sustentabilidade - Preservar e proteger o ambiente natural e cultural e promover a utilização sustentável dos recursos

O território dos Açores apresenta um elevado potencial em termos de recursos (flora, fauna, áreas classificadas, paisagens) e culturais (monumentos, museus, gastronomia) com características únicas, que deverão ser devidamente preservados, valorizados e aproveitados economicamente.

A RAA é ainda muito dependente do exterior, especificamente no que concerne a combustíveis. O incentivo à utilização de fontes de energia renovável e gestão eficiente de resíduos deverá fazer parte das EDL, existindo um elevado potencial para o investimento e instalação de sistemas de abastecimento de eletricidade com origem em fontes renováveis.

Na RAA existe um grande nº de zonas com classificações ambientais relevantes (SIC, ZPE, Reservas da Biosfera, classificações UNESCO, Geoparque Açores, etc). São características únicas da paisagem insular associadas a pastagens, rotas migratórias de aves e cetáceos, em que se deve promover a realização de campanhas que visem a sua preservação, assim como outras atividades de sensibilização ambiental.

É essencial continuar a apostar na recuperação, preservação e valorização do património arquitetónico tradicional inserido no meio rural edificado, na refuncionalização de edifícios tradicionais para atividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional e sensibilização ambiental, na recuperação,

preservação e transmissão do património cultural e etnográfico, incluindo saberes e tradições locais (espólios documentais; conteúdos online; estudos etnográficos, incitativos de divulgação e sensibilização; recolha e recuperação de lendas, artes e ofícios, música, folclore, trajes, instrumentos tradicionais, gastronomia, e na realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais e naturais.

- Intervenção E.16.1.5 - Preservação, valorização e/ou dinamização do património
- Intervenção E.16.1.6 - Transição para uma sociedade mais verde

EIXO IV. Promoção da cooperação e do envolvimento dos atores locais na implementação da EDL

Este Eixo estratégico visa sobretudo responder aos desafios identificados de necessidade de estimular a promoção territorial através do estímulo ao funcionamento em rede entre atores locais e à cooperação interterritorial e transnacional, aproveitando as competências e *know-how* da Estrutura Técnica da GRATER e da sua Parceria.

Este Eixo não beneficia das tipologias / linhas de intervenção / apoios a conceder pelos GAL, mas deverá ser enquadrado pela Medida que apoia o seu funcionamento (FEADER), incluindo os custos operacionais, de animação e de cooperação.

Os eixos e tipologias de intervenção tem como objetivos / necessidades:

- ✓ Aumentar os níveis de empregabilidade;
- ✓ Aumentar o investimento e dinâmica económica no território de intervenção;
- ✓ Melhorar a viabilidade e competitividade dos negócios existentes;
- ✓ Melhorar a atratividade e dinamizar o território para a oferta turística;
- ✓ Densificar os serviços de base e de proximidade para a população rural;
- ✓ Melhorar os serviços de promoção da inclusão social;
- ✓ Contribuir para a conservação e valorização do património rural;
- ✓ Contribuir para a preservação do património cultural;
- ✓ Contribuir para a diversificação de atividades nas explorações agrícolas;
- ✓ Contribuir para o aumento da produção de energia a partir de recursos renováveis.

3.3. Articulação com outros instrumentos de política

A GRATER trabalhou no sentido de ter uma EDL devidamente articulada com o PEPAC Açores, bem como com o PO Açores 2030, e outras estratégias regionais e setoriais incidentes no mesmo território, maximizando a utilização das oportunidades e potencialidades e a superação das dificuldades e problemas diagnosticados no contexto da prossecução dos objetivos ao crescimento inteligentes, sustentável e inclusivo. Em termos de análise da coerência da EDL com as estratégias regionais e setoriais, consideraram-se dois importantes instrumentos de programação da intervenção estratégica e operacional regional:

- **PEPAC Açores** - Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores, participado pelo Fundo FEADER no período de programação 2023-2027.
- **PO Açores 2030** - Programa Operacional para os Açores, participado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, para o período de programação 2021-2027.

PEPAC Açores

No caso do PEPAC Açores a coerência está assegurada, sendo garantida através da implementação da EDL por via do enquadramento dos apoios na *Medida 16 - LEADER*, que inclui as intervenções seguintes:

- Intervenção E.16.1.1 - Prémio à instalação de empresas rurais
- Intervenção E.16.1.2 - Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural
- Intervenção E.16.1.3 - Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base
- Intervenção E.16.1.4 - Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social
- Intervenção E.16.1.5 - Preservação, valorização e/ou dinamização do património
- Intervenção E.16.1.6 - Transição para uma sociedade mais verde

Neste âmbito refira-se que a EDL, no processo da sua conceção, teve por base as necessidades que alicerçam a estratégia do **PEPAC Açores**



Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais

Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes, incentivando a criação de emprego

Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural

Incentivar a bioeconomia e economia circular

Tipologias de intervenção	Objetivos específicos	Necessidades
Intervenção E.16.1.1 - Prémio à instalação de empresas rurais	OE7 Atrair e apoiar os jovens agricultores e outros novos agricultores e facilitar o desenvolvimento sustentável das empresas nas zonas rurais SO8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável	PTOE8N1 AOE2N5 AOE7N5 AOE8N1
Intervenção E.16.1.2 - Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural	OE2 Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade das explorações agrícolas, tanto a curto como a longo prazo, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização OE7 Atrair e apoiar os jovens agricultores e outros novos agricultores e facilitar o desenvolvimento sustentável das empresas nas zonas rurais OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável	PTOE8N1 PTOE8N2 PTOE9N1 AOE2N5 AOE7N5 AOE8N1
Intervenção E.16.1.3 - Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base	OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável	PTOE8N1 PTOE8N2 PTOE9N1 AOE7N5 AOE8N4 AOE8N9
Intervenção E.16.1.4 - Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social	OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável	PTOE8N1 PTOE9N1 AOE7N5
Intervenção E.16.1.5 - Preservação, valorização e/ou dinamização do património	OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável	PTOE8N1 AOE7N5 AOE8N2 AOE8N4
Intervenção E.16.1.6 - Transição para uma sociedade mais verde	OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável	PTOE8N1 PTOE8N2 PTOE9N1 AOE8N9

Sendo que:

PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado

PTOE8N2 – Incentivar a bioeconomia e economia circular

PTOE9N1 – Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar

AOE2N5 – Incrementar os apoios à produção de produtos regionais

AOE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais: instalação de empresas e serviços essenciais

AOE8N1 – Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes, incentivando a criação de emprego

AOE8N2 – Valorizar a cultura, os recursos regionais e promover abordagens de desenvolvimento local integrado

AOE8N4 – Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural

AOE8N9 – Incentivar a prática de atividades em áreas florestais de recreio

PO Açores 2030

Os programas operacionais estão com atrasos na sua preparação, decorrentes da situação pandémica e de saúde pública, bem conhecida, que obrigou a que o enfoque da União Europeia e dos Estados-membros, desde fevereiro de 2020, fosse na preparação e implementação dos programas Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII e CRII+) e do Next-Generation EU, aplicado através do REACT-EU e do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Esta situação provocou atrasos no processo preparatório do Quadro Financeiro Plurianual 21-27 (QFP).

A proposta do Programa Operacional Açores 2030, sintetiza um conjunto muito amplo de consultas e contribuições de uma grande diversidade de agentes regionais, expressando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2030, da Estratégia Portugal 2030, das linhas orientadoras do Acordo de Parceria Nacional e dos princípios de orientação estratégica regional.

A EDL encontra uma coerência média/elevada com três dos quatro grandes desígnios para o desenvolvimento da RA Açores, havendo mesmo em algumas situações, o risco de justaposição da tipologia de apoios:

- *Construção de uma base económica de exportação dinâmica e alargada:* uma Região aberta e inovadora na utilização dos recursos endógenos, materiais e imateriais, com um nível de produção económica que lhe permita ascender a um patamar superior, ultrapassando os constrangimentos do limitado mercado interno.
- *Consolidação de uma sociedade equilibrada e inclusiva com oportunidades de realização:* uma sociedade inclusiva e equilibrada, geradora de oportunidades de participação, de acesso ao emprego e de plena realização, das crianças e jovens, dos idosos e das famílias.

- *Promoção de um território, de uma paisagem e de uma vivência distintas: uma paisagem, um ambiente, e uma vivência distintos, num património natural e cultural diferenciado e reconhecido internacionalmente.*

Este enquadramento estratégico encontra-se materializado num conjunto alargado de prioridades de investimento do PO Açores 2030. Todavia, e no que toca à atividade económica, vai existir, à semelhança do período de programação anterior, uma nova geração de Sistemas de Incentivos para a Competitividade Empresarial – **Construir 2030 – Dinamização do Investimento Sustentável e Integrado.**

Nos pontos seguintes sistematizam-se as linhas de intervenção do PO Açores 2030, selecionando as áreas de interseção com a EDL:

1. Base económica

A tabela seguinte representa a leitura da coerência entre os quatro subsistemas de incentivos previstos no Construir 2030, com a informação conhecida a até à data e a EDL.

Subsistemas de incentivos	Relação de coerência e de contributividade
Subsistema de Incentivos Negócios Estruturantes	
Subsistema de Incentivos Base Económica Local	
Subsistema de Incentivos Jovem Investidor	
Subsistema de Incentivos Pequenos Negócios	

- Relação de coerência e de contributividade fraca; - Relação de coerência e de contributividade média; - Relação de coerência e de contributividade forte.

- ✓ **Negócios Estruturantes** – *consiste no apoio a projetos de investimento que assumam um carácter estruturante, que promovam o alargamento da base económica de exportação, inseridos na economia de bens e serviços transacionáveis, a reconversão estratégica de atividades e a dinamização do investimento em novas áreas de negócio, que respondam a segmentos emergentes do mercado, resultantes de alterações do perfil produtivo regional.*
- ✓ **Base Económica Local** – *consiste no apoio a projetos de investimento em setores de atividade essencialmente direcionados para a procura interna, proporcionando às empresas a possibilidade de se reestruturarem e modernizarem os seus processos produtivos, com ganhos de produtividade, gerando também efeitos induzidos no desenvolvimento rural.*
- ✓ **Jovem Investidor** – *consiste no apoio a projetos de investimento em empresas recém-criadas por jovens empreendedores, que desenvolvam atividades em setores com fortes dinâmicas de crescimento e que contribuam para a diversificação e renovação do tecido empresarial, estimulando o fortalecimento de uma cultura empresarial baseada no conhecimento e na inovação.*

- ✓ **Pequenos Negócios** – consiste no apoio a projetos de investimento de pequena dimensão, que contribuam para a coesão económica e social.

2. Sociedade equilibrada e inclusiva

Relação de coerência e de contributividade média a forte com as Intervenções de Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base e de Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social.

Em termos de PO Açores 2030 este desígnio será veiculado pelas prioridades RSO4.3. Promover a inclusão socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos agregados familiares com baixos rendimentos e dos grupos desfavorecidos, incluindo as pessoas com necessidades especiais, através de ações integradas, incluindo habitação e serviços sociais e RSO4.5. Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade.

Até à data o programa Gerações em movimento tem permitido apoiar viaturas de transporte às IPSS.

Em termos de cultura o RJAAA (Regime Jurídico de Apoios a Atividades Culturais) tem dado um apoio a bandas filarmónicas e grupos de folclore, não se tratando, no entanto, de um sistema de reembolso de despesas.

3. Território e paisagem

Relação de coerência e de contributividade média a forte com a Intervenção E.16.1.5 - Preservação, valorização e/ou dinamização do património.

Este desígnio está enquadrado no Objetivo específico RSO4.6. Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social (FEDER).

Tem de haver complementaridade com os programas apoiados pelo fundo ambiental para aquisição de viaturas elétricas e com o PROENERGIA Sistema de incentivos à produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis e com o SOLENERGE que é um incentivo financeiro para aquisição de sistemas solares fotovoltaicos.

A complementaridade e articulação operacional entre os PO Açores e o Programa de Desenvolvimento Rural dos Açores tem sido crescente, pelo que o modelo vai ter continuidade: delimitação a priori das fronteiras de elegibilidade entre o FEDER e FSE e o FEADER, de forma a eliminar os riscos de sobreposição de apoios e promover condições de equidade no acesso aos fundos.

Ao longo da implementação da EDL importa, contudo, ir monitorizando e ajustando as elegibilidades, bem como promover a interligação e articulação entre as entidades responsáveis pela implementação das intervenções, no sentido de analisar execuções e resultados.

À semelhança do ocorrido no anterior período de programação, prevê-se a criação de um protocolo entre as Autoridades de Gestão, estabelecendo, nomeadamente, os procedimentos para a troca de informações visando o reforço das complementaridades e sinergias das intervenções a financiar. Neste contexto, é expectável que, para além das questões operacionais, seja possível uma maior integração estratégica.

Os objetivos são também transversais aos princípios do pacto ecológico europeu e da estratégia do prado ao prato e dos planos para a economia circular e transição digital existentes.

Porque todas estas estratégias e estes planos assentam na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, de seguida apresenta-se uma tabela que apresenta a articulação entre estes e as tipologias de intervenção.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Tipologias de intervenção
Objetivo 5: Igualdade de género	E.16.1.2 - Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural
	E.16.1.4 - Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social
Objetivo 6: Água potável e saneamento	E.16.1.6- Transição para uma sociedade verde
Objetivo 7: Energias renováveis e acessíveis	E.16.1.6- Transição para uma sociedade verde
Objetivo 8: Trabalho digno e crescimento económico	E.16.1.1 – Prémio à instalação de empresas rurais
	E.16.1.2 - Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural
	E.16.1.4 - Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social
	E.16.1.1 – Prémio à instalação de empresas rurais

Objetivo 9: Indústria, inovação e infraestruturas	E.16.1.2 - Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural
	E.16.1.4 - Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social
Objetivo 10: Reduzir as desigualdades	E.16.1.2 - Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural
	E.16.1.4 - Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social
Objetivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis	E.16.1.3 - Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base
	E.16.1.4 - Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social
Objetivo 12: Produção e consumo sustentáveis	E.16.1.2 - Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural
	E.16.1.6- Transição para uma sociedade verde
Objetivo 13: Ação Climática	E.16.1.6- Transição para uma sociedade verde

3.4. Impacto esperado

A EDL vai incluir os indicadores de desempenho constantes do PEPAC Açores e, no que respeita a resultados esperados, a tabela seguinte indica os principais, de acordo com as tipologias de intervenção. Nas duas últimas colunas encontra-se sistematizado o conjunto dos indicadores de realização e de resultado propostos.

Eixos	Intervenções	Necessidades / Principais resultados a alcançar	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Empregabilidade, competitividade e	E.16.1.1 – Prémio à instalação de empresas rurais	Criação de novas empresas Criação de emprego e promoção da empregabilidade Diversificação e qualificação das atividades das economias rurais Diminuição do desemprego	O.27 Número de empresas rurais que recebem apoio ao lançamento => Meta: 15	R37 Novos empregos: 15 R.39 Empresas: 15
	E.16.1.2 - Apoio à criação e/ou desenvolvimento	Diversificação das fontes de rendimento dos produtores agrícolas;	O.20 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimentos produtivos na exploração => Meta: 2	R.15 Energia renovável: 2

	de empresas em meio rural	Criação de emprego e promoção da empregabilidade; Diversificação das atividades das economias rurais; Modernização e qualificação do tecido empresarial existente; Aumento da utilização de energias renováveis; Dinamização de atividades e serviços de apoio turístico.	O.24 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimentos produtivos fora da exploração => Meta: 20	R37 Novos empregos: 20 R.39 Empresas: 22
Serviços básicos de apoio à população	E.16.1.3 - Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base	Reforço das atividades e serviços de apoio turístico Melhoramento da atratividade das zonas rurais	O.22 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em infraestruturas => Meta: 10 O.23 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em não produtivo fora da exploração: 10	R.40 Transição Inteligente: 1 R.41 Conexão da Europa rural: 70%
	E.16.1.4 – Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social	Aumento da capacidade de respostas sociais; Promoção da inclusão ativa e da empregabilidade; Combate a fenómenos de pobreza e exclusão social.	O.22 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em infraestruturas => Meta: 10 O.23 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em não produtivo fora da exploração: 10	R.41 Conexão da Europa rural: 70% R.42 Promoção da inclusão social: 100
Património Cultural, Ambiente e Sustentabilidade - Preservar e proteger o	E.16.1.5 – Preservação, valorização e/ou dinamização do património	Reforço das atividades e serviços de apoio turístico Melhoramento da atratividade das zonas rurais Valorização económica dos recursos naturais e culturais do território. Preservação dos recursos naturais e do património arquitetónico tradicional. Preservação e divulgação de práticas e tradições culturais.	O.22 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em infraestruturas => Meta: 18 O.23 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio em investimento não produtivo fora da exploração => Meta: 18	R.41 Conexão da Europa rural: 70%

		<p>Melhoria da atratividade da Região.</p> <p>Aumento da sensibilização ambiental.</p>		
	<p>Intervenção E.16.1.6 – Transição para uma sociedade mais verde</p>	<p>Melhoramento da atratividade das zonas rurais;</p> <p>Contributo para uma economia (sociedade) hipocarbónica e circular.</p>	<p>O.22 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em infraestruturas => Meta: 6</p> <p>O.23 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em não produtivo fora da exploração => Meta: 6</p>	<p>R.41 Conexão da Europa rural: 70%</p>

4. Processo de envolvimento das comunidades no desenvolvimento da estratégia

Na definição dos objetivos e da estratégia a implementar foram tidos em conta vários elementos que resultaram sobretudo da análise e diagnóstico do território, das propostas de todos os elementos da parceria e da auscultação a outras entidades que não parceiras têm uma intervenção direta ou indireta no desenvolvimento rural e na experiência adquirida com a gestão dos Programas de Iniciativa Comunitária LEADER II e LEADER + e com a abordagem LEADER inserida no PRORURAL e no PRORURAL+.

4.1. Envolvimento de entidades parceiras na conceção e preparação da EDL

O envolvimento das entidades parceiras está integrado no envolvimento de toda a sociedade civil descrita no ponto seguinte com as seguintes especificidades.

Entre junho e julho decorreu uma fase de inquéritos a todos os nossos parceiros cuja análise aos 18 respondentes permitiu apurar a informação que seguidamente se apresenta.

Infelizmente, mesmo com um nível de insistência forte, a taxa de resposta foi muito baixa, quer porque as pessoas estão cansadas de receber inquérito por mail, quer porque a altura do ano poderá não ser a mais adequada devido aos períodos de férias, o que dificulta a junção dos órgãos representativos destas entidades e a disponibilidade dos colaboradores das mesmas.

Por outro lado, a presença nos grupos focais foi muito elevada como iremos descrever mais à frente.

Vamos, contudo, fazer uma apresentação dos resultados que representam uma taxa de resposta de 19%, isto é, reponderam 18 entidades das 91 inquiridas.

Caracterização da entidade parceira

1. Natureza da entidade:

	N	%
Administração Local	10	55,6
Associações e fundações privadas	3	16,7
Cooperativas	1	5,6
Empresas	2	11,1
IPPS	2	11,1
Total	18	100

2. Setor de atividade

	N	%
Alojamento e Restauração (CAE 55/ CAE 56)	1	5,6
Administração Pública (CAE 84)	10	55,6
Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços	5	28,0

Saúde e Ação Social (CAE 86/ CAE 87/ CAE 88)	2	11,1
Total	18	100

3. Pontos Fortes: O que existe de positivo no território e deve ser valorizado; O que nos diferencia? (pedimos para indicar pelo menos três, indicamos a número de vezes que foram referidos os temas repetidos)

Natureza: |||||
 Turismo: |||||
 Promoção da sustentabilidade e qualidade ambiental: |
 Cultura: ||
 Património: |||||
 Arquitetura rural: ||
 Desporto: ||
 Qualidade de vida: ||
 Gastronomia e produtos locais: |||||
 Agricultura sustentável: |||||
 Mar: |
 Biodiversidade: |
 Saber-Fazer: |
 Localização: |

4. OPORTUNIDADES – Quais as oportunidades que devem ser aproveitadas (pedimos para indicar pelo menos três, indicamos a número de vezes que foram referidos os temas repetidos)

Cultura e tradições e património histórico: |||
 Ambiente, património natural: |||||
 Qualidade de vida: |||
 Fundos Comunitários: |||||
 Apoio técnico: |||
 Coesão social: |
 Instabilidade do leste da europa para promoção do turismo (redução da sazonalidade): |
 Criação de postos de trabalho: |
 Atividades no meio rural: |
 Produtos agrícolas de qualidade: |||||
 Imagem Açores: ||
 Gastronomia: |
 Turismo: ||
 Parcerias: |

5. PONTOS FRACOS – O que deve ser melhorado? (pedimos para indicar pelo menos três, indicamos a número de vezes que foram referidos os temas repetidos)

Qualidade da restauração e cafés/bares: |
 Promoção do destino: |
 Transição digital e energética: |
 Transportes aéreos e marítimos: ||
 Acessibilidades: ||
 Sazonalidade turística: ||
 Aposta na agricultura: ||
 Caminhos agrícolas: |
 Comunicação governamental: |||||
 Apoio a jovens: |
 Apoios financeiros e logísticos: |
 Saúde: ||
 Inovação: ||
 Empresas de pequena dimensão: |
 Grupos de reflexão: |

Burocracia: ||
Falta de empresas de construção civil: |
Falta de mão de obra: |||
Sensibilização: ||
Legislação clara e atualizada: |
Insularidade: |
Mercado: |

6. AMEAÇAS – Que ameaças (leis, regulamentos, concorrências, fatores externos ao território) podem prejudicar as atividades relacionadas com a economia rural? (pedimos para indicar pelo menos três, indicamos a número de vezes que foram referidos os temas repetidos)

Redução demográfica: |
Falta de Transportes: |||
Ataque ao mundo rural: |
Inadequação de leis e excesso de burocracias: |||||
Falta de mercado concorrencial: |||
Desertificação territorial: ||
Crise económica e social: |
Falta promoção do território: ||
Alterações climáticas: |||
Falta de mão de obra: ||
Insularidade: ||

7. Que medidas considera necessárias para incentivar a criação de emprego em torno das atividades económicas no território de intervenção? (indicamos a número de vezes que foram referidos os temas repetidos)

Incubadora de empreendedores: ||
Criação de parques empresariais: |
Formação profissional ao longo da vida: |||||
Abertura de novos mercados: ||
Transição digital: |
Redução da sazonalidade: |
Melhoria da rede de transportes marítimos e aéreos: |
Apoios à contratação e criação do próprio emprego: |||
Incentivos à habitação: |
Redução de apoios sociais: |
Aumentar salários e adaptar horário laboral: |
Maiores incentivos: ||
Menor carga fiscal: ||

8. Que medidas considera necessárias para promover os produtos produzidos no território de intervenção? (indicamos a número de vezes que foram referidos os temas repetidos)

Promoção de circuitos de comercialização e transportes: |||
Redução da sazonalidade: |
Melhor exploração de redes sociais e jornais, marketing: |||
Maiores valor acrescentado: |||
Promover consumo interno dos nossos produtos pela restauração: |||
Promover a marca Açores: |
Rigor na marca Açores: |
Melhor divulgação: |||
Isenções fiscais ou atribuição de bónus: |||
Reforço e Parcerias Público - Privadas tendentes à utilização desses produtos por entidades públicas: |||

9. Indique as principais necessidades na sua área de atividade? (indicamos a número de vezes que foram referidos os temas repetidos)

Apoio à criação de projetos de desenvolvimento da comunidade: ||
 Redução da sazonalidade: |
 Mão de obra com formação ou experiência: |||||
 Disponibilidade de produtos locais para venda: |||
 Promoção dos produtos a nível nacional e internacional: |||
 Maior capacidade monetária: |
 Recuperação do património cultural, histórico e arquitetónico: ||
 Habitação: |
 Construção ou reabilitação de espaços: |
 Aumento do número de voos para a Terceira: |
 Valores de apoio mais altos e regulares: |||
 Desburocratização dos processos de apoios comunitários: ||
 Maior apoio aos IPSS, área da Farmácia, área educativa e apoio social: |
 Estabilidade dos mercados e dos preços pagos ao produtor: |
 Espaço de armazenamento e acondicionamento dos produtos: |
 Falta de economia de Escala, necessidade de associativismo: |

10. Apreciação sobre as prioridades que a EDL deve implementar (em bold assinalam-se as prioridades com maior nível de importância)

	Nada importante		Pouco importante		Importante		Muito importante		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Criação de novas fontes de rendimento nas explorações agrícolas	0	0,0	0	0,00	4	22,22	14	77,78	18	100,0
Criação de novas oportunidades de emprego nas explorações agrícolas	0	0,0	1	5,56	5	27,78	12	66,67	18	100,0
Aumento da importância das atividades não agrícolas	0	0,0	1	5,56	6	33,33	11	61,11	18	100,0
Fixação da população nos territórios rurais	0	0,0	0	0,00	1	5,56	17	94,44	18	100,0
Aumento da atratividade do território	0	0,0	1	5,56	6	33,33	11	61,11	18	100,0
Fomento da iniciativa empresarial	0	0,0	1	5,56	5	27,78	12	66,67	18	100,0
Criação de emprego	0	0,0	0	0,00	1	5,56	17	94,44	18	100,0
Desenvolvimento do turismo	0	0,0	0	0,00	9	50,00	9	50,00	18	100,0
Desenvolvimento de outras atividades de lazer	0	0,0	1	5,56	12	66,67	5	27,78	18	100,0
Valorização dos produtos locais	0	0,0	0	0,0	2	11,11	16	88,89	18	100,0
Valorização do património cultural	0	0,0	1	5,56	4	22,22	13	72,22	18	100,0
Valorização do património natural	0	0,0	0	0,0	3	16,67	15	83,33	18	100,0
Aumento da acessibilidade a serviços básicos	0	0,0	1	5,56	7	38,89	10	55,56	18	100,0
Melhoria das competências profissionais	0	0,0	0	0,0	4	22,22	14	77,78	18	100,0
Aumento da cooperação com outras entidades em território regional, nacional e internacional	1	5,56	0	0,0	6	33,33	11	61,11	18	100,0

11. Indique os objetivos da sua entidade para os próximos anos

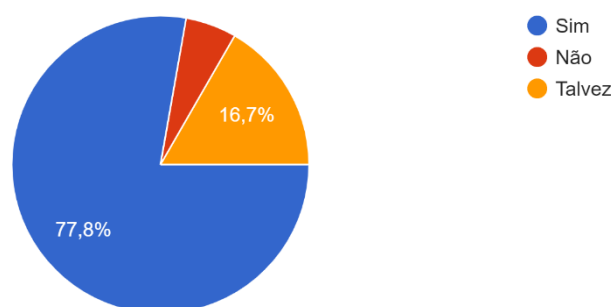
Apoiar as populações na habitação emprego cultura e desporto recuperação de património histórico e cultural
 Tornar o emprego sazonal que geramos em emprego, fixo e duradouro durante o ano. Permite criar estabilidade na equipa, apostar na formação e melhoria do nosso serviço
 Melhoria das acessibilidades tanto agrícolas como gerais
 Aumentar a diversidade de serviços próximos aos utentes, aumentar a qualidade de vida local, cativar os nossos jovens a ficarem no nosso meio rural
 Melhorar a criação cavalar com recurso a inseminação artificial com ganhões de mérito ou recomendados
 Intensificar as ações na área social, nomeadamente o trabalho com jovens e idosos
 Apoiar a melhoria das condições de habitação da população que vive em condições de carência habitacional

- Apoiar as salas de estudo acompanhado no horário pós-letivo
- Melhorar a rede viária municipal
- Aumentar/melhorar o cartaz cultural do concelho;
- Recuperar o património arquitetónico e cultural do concelho
- Aumentar o número de áreas verdes e de lazer para a população
- Participação em eventos para promoção do concelho.
- Educação (mais condições para as escolas, creche e ATL)
- Reivindicar o parque empresarial
- Dinamizar o museu e os pontos históricos da vila.
- Divulgar e promover as tradições tanto agrícolas como culturais
- Desenvolvimento Sustentável e Integrado do território - Agualva.
- Assegurar o melhor apoio possível aos sócios
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados (apoio social idosos)
- Reforçar as condições de vida e bem-estar no concelho.
- Investimento na área da Farmácia e na área da rede educativa (jardim, creche e atl)
- Continuar em atividade
- Melhorar as condições para podermos apoiar melhor os nossos associados
- Diversificar o leque de serviços prestados aos associados
- Fazer melhoramentos na freguesia
- Aumentar a área em MPB
- Diversificação Agrícola
- Aumentar o consumo de produtos biológicos
- Aumentar o número de produtores biológicos
- Aumentar os Serviços Oferecidos
- Manutenção e reabilitação de infraestruturas
- Incentivo à criação de postos de trabalho e valorização pessoal.

12. A sua entidade pretende candidatar-se a projetos ou apoios no próximo período de programação?

A sua entidade pretende candidatar-se a projetos ou apoios no próximo período de programação?

18 respostas



13. Se respondeu sim, identifique as principais ideias

- Formação ao longo da vida, requalificação ambiental e do património histórico requalificação de zonas costeiras valorização do território;
- Projetos agrícolas, projetos diferenciadores na área do turismo e valorização do património;
- Valorização turística;
- Construção de Centro de dia/noite de idosos, Piscina dos Biscoitos sempre cheia, Evidenciar os nossos pontos turísticos e culturais da freguesia;
- Investimento na recuperação de património;

- Investimento em áreas verdes e zonas de lazer;
- Investimento em infraestruturas de apoio às populações;
- Gestão de resíduos e economia circular;
- Ações de formação/informação/Workshops dirigidas à população do concelho;
- Produção de eventos e de material promocional sobre o concelho;
- Promoção de atividades dirigidas à juventude e à população sénior do concelho;
- Criação de espaço de ATL e creche na Vila;
- Recuperação de moinho de água e concessão do mesmo para aproveitamento turístico;
- Projeção do sector de bovinocultura de carne - apoio permanente aos sócios criadores e produtores - divulgação sensibilização e informação assertiva do sector - rede de eventos formativos e informativos;
- Workshops, sessões de transferência de conhecimento;
- Valorização do património local;
- Remodelação da farmácia, jardim, creche e ATL;
- Agroturismo;
- Marketing;
- Site;
- Renovação escritórios;
- Zona de lazer;
- Apoio em infraestrutura de lazer ou reabilitação património.

Outras observações:

Continuar com a mesma competência no apoio aos empreendedores

Atualmente a Europa enfrenta grandes desafios, ao nível do emprego, ambiente e agora com a guerra, que exigem o envolvimento e um olhar atento de todos nós, na identificação das necessidades existentes nos territórios, na definição de prioridades e no desenho das medidas de política a implementar, para o qual o LEDAER tem um papel fundamental para enfrentarmos esses novos desafios e continuarmos a apoiar as nossas populações e os seus territórios. Agradecemos à GRATER a oportunidade que nos dá de exprimirmos a nossa opinião e expormos as necessidades do nosso território/concelho e as ações que o Município de Angra do Heroísmo, pretende desenvolver para melhorar a vida da população do concelho e contribuir para o futuro e desenvolvimento deste território e das suas populações. A abordagem LEADER/DLBC é um instrumento financeiro fundamental de intervenção nos territórios e um grande contributo para o seu desenvolvimento, atuando em várias áreas, depois de ouvir os atores locais e definir a estratégia a implementar nesse território. Um obrigada á GRATER e ao seu corpo técnico pelo trabalho desenvolvido ao longo de mais de 25 anos e pela aplicação dos sete princípios do LEADER.

Era extremamente importante reforçar os plafonds máximos para financiamento de projetos a que as Juntas de Freguesia se podem candidatar.

Ter atenção à questão de as farmácias poderem candidatar-se aos vossos fundos

A Estratégia Local de Desenvolvimento foi sujeita a votação em Assembleia Geral da GRATER no dia 28 de agosto do corrente ano.

4.2. Descrição da metodologia e resultados de participação dos cidadãos e outros agentes socioeconómicos no território na conceção e elaboração da EDL

A auscultação às várias entidades foi feita através de reuniões ao nível das duas ilhas que decorreram nos meses de junho, julho e agosto de 2023.

As reuniões e conversas aconteceram também com entidades governamentais com competência em matérias enquadradas na abordagem LEADER, nomeadamente a Direção Regional da Segurança Social e a Direção Regional da cultura (via telefone).

Nestas tentou-se perceber quais os apoios existentes e como poderia ser eficaz a complementaridade e não concorrência entre as medidas, não só à priori na definição da estratégia, mas também posteriormente com controlos cruzados entre as entidades.

Os recursos financeiros são escassos e deve ser evitada a duplicidade de apoios para a mesma tipologia de projetos.

Foram também dinamizadas reuniões com associações recentemente criadas na área da agricultura para perceber o seu dinamismo, intervenção e necessidades, nomeadamente a APLBio (Associação de produtores de leite biológico terceirense) e a APAC (Associação Produtores de Café dos Açores), sendo que a primeira se tornou parceiro oficial da GRATER (aderiu como associado na Assembleia Geral de 26.08.2023).

No dia 17 de julho a GRATER reuniu com a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo onde de analisou uma possível partilha de recursos entre as entidades para tornar a presença na ilha Graciosa mais forte e foi também amplamente discutido o setor económico das duas ilhas e quais as atividades prioritárias para apoio.

Nos dias 18 e 19 de julho decorreram 2 *focus group*, um na ilha Terceira e Graciosa, respetivamente.

Estes eventos foram amplamente publicitados nos jornais locais, rádio Graciosa, sites e redes sociais da GRATER e dos seus associados.

As sessões foram bastantes participadas.



Seguem os quadros resumos que se retiraram dessas reuniões onde foram indicados pelos participantes quais seriam as tipologias de ação em cada medida e que critérios de avaliação deveriam ser considerados na análise das candidaturas.

Terceira	
Prémio ao arranque de empresas em zonas rurais	
Atelier (costuras, calçados, etc...)	
Empresas Multisserviços (Canalizadores, eletricitas, técnico de gás, eletrodomésticos, calceteiros)	
Restauração	
Artesanato (Tear, Vimes, Olaria)	
Cabeleireiro e esteticismo (Espaço fixo + Domicílio)	
Apoio a população idosa (Fisioterapia, animação social, apoio ao domicílio - compras)	
Produtos locais ou regionais (alimentação)	
Agricultura familiar	
Empresas da área digital	
Empresas de consultoria (apoio enquanto centro de impulso junto de outras empresas - serviços variados como contabilidade, jurídicos, etc...)	
Engarrafamento de água + "exploração de nascentes"	
Empregabilidade / competitividade / sustentabilidade	
Sistemas certificação qualidade	

Formação dos colaboradores
Modernização posto de trabalho. EX: equipamento controlo gestão
Carrinhas elétricas
Aquisição de patentes
Restauração (Potenciar espaço)
Modernização e digitalização dos pequenos negócios existentes nas freguesias
Dinamização de empresas assentes no agrupamento de matérias primas locais (ex: Laranja, castanhas, pêra de S.João...)
Medidas de apoio à formação de técnicos operacionais (Ex: eletricistas, canalizadores, pedreiros, carpinteiros)
Empresas de consultoria (apoio enquanto centro de impulso junto de outras empresas - serviços variados como contabilidade, jurídicos, etc...)
Linhas financiamento à renovação equipamentos / mobiliário
Infraestruturas e serviço de base
Turismo: Guia turístico, pontos de informação, espaços verdes, miradouros, quiosques (ex: miradouros venda produtos locais)
Parques infantis
Trilhos
Parques e espaços inclusivos (necessidades especiais)
Parques de retém (gado)
Melhorar e dinamizar as zonas balneares
Valorização de espaços públicos
Envelhecer com vida (Projetos para séniores)
Apoio à aquisição de viaturas / maquinaria destinada à limpeza de vias e de bermas das mesmas
Instalação de redes (superficiais ou subterrâneas) de saneamento básico
Obras de remodelação/reconversão de infraestruturas públicas e/ou institucionais (ex: escolas primárias)
Carrinhas de caixa aberta
Sinalização (ex: placas informativas, placas com a história da freguesia)
Equipar casas do povo para melhorar estruturas (como lenha para gás) para as sopas
Respostas sociais para a inclusão social
Capacitar ATL's / outras valências sociais para receberem utentes com necessidade especiais
Qualificação de equipas técnicas e órgãos sociais das instituições
Valorização / apoio / criação de infraestruturas p/ centros de dia
Dinamização de atividades dirigidas à população sénior (ex: universidades seniores)
Reforço do apoio do serviço ao domicílio e diversificação e até mesmo dinamização do mesmo
Melhoria das infraestruturas destinadas à capacitação digital da população sénior
Reforço da oferta destinada à criação de residências unifamiliares para acolhimento de idosos nas freguesias

Reforço da formação do apoio e até de requalificação de jovens de pessoas com baixa empregabilidade para áreas no âmbito do tratamento e cuidados sociais
Centro de formação intergeracional (séniores /jovens e vice-versa) EX: artesanato, culinária, informática, etc...
Banco de voluntariado
Lar de idosos interativo - criar oficinas ocupacionais / centros de dia
Ir ao encontro dos idosos (principal em freguesias sem centro de dia)
Recuperação e preservação do património
Recuperação: de antigas ermidas, chafarizes, pontes, azenhas e monhos de vento, edifícios históricos e arquitetónicos
Aquisição de instrumentos musicais para filarmónicas
Apoio à aquisição / conceção de partituras musicais e de salas de música
Aquisição de fardamentos / equipamentos para instituições (EX: CNE, folclore e filarmónica)
Recuperação de património como levadas, arquinhas, pias e lavadouros
Dinamização de atividades ligados ao artesanato (EX: feiras, Sta. Benhora, 12 ribeiras)
Valorização / preservação das tradições de cada local
Recuperação de locais de entretenimento de outrora (EX: campos emboca)
Promover e recuperar a pesca tradicional
Rota e trilho de patrimónios (conselho/freguesia)
Rota arqueológica
"Museu" elusivo ao espírito santo que retrate todo o ritual desta festividade
Infraestruturas de apoio às festas tradicionais (palcos, tascas, coretos, barracas)
Recuperar património - carros de bois, dinamizar os bodos)
Gastronomia - ensinar os restaurantes
Recuperar palheiros (investimento não produtivo, mas exploração)
Transição para uma sociedade mais verde
Certificação energética
Zona verde sustentável
Compostagem empresas
Aproveitamento de água
Aquisição de painéis solares / geradores eólicos
Separação de resíduos
Criação ciclovias
Transição p/viaturas elétricas
Melhorar eficiência energética das infraestruturas
Apoio complementar (15%) para aquisição de baterias
Valorização dos resíduos agrícolas

Valorização / aproveitamento dos chorumes p/fertilização de terras
Casa autossustentável - despertar mentalidades
Indústria para refundir vidro noutros artefactos - iniciativa provada ou empreendedorismo social

Graciosa
Prémio ao arranque de empresas em zonas rurais
Eletricista
Técnico de ar condicionado
Mecânica / eletrónica (Mecatrónica) / Pinturas
Canalizadores
Pedreiros
Sapateiro
Clínica de especialidades médicas
Loja dos ofícios tradicionais
Restauração
Animação turística / guias / formação património
Queijarias
Empregabilidade / competitividade / sustentabilidade
Reaproveitamento resíduos
Animação turística
Lavandaria
Loja de ofícios (Sapateiro / Peles / Chaves)
Desportos de academia / natação
Modernização restaurantes e snack bares
Camping / glamping
Gelatarias / iogurtarias
Gestão de projetos / consultoria
Empresa de limpezas domésticas
Jardinagem / limpeza de terrenos agrícolas
Marítimo - turistas (mergulho)
Empresas construção civil
Infraestruturas e serviço de base
Parques infantis / idosos / animais com variedades de materiais e circuitos com materiais reutilizáveis
ZEDE - zona especial desenvolvimento económico
Residenciais para artistas
Modernização / atualização de balneários e wc públicos
Aproveitamento de águas pluviais para utilização
Transição digital (plataforma digital prestação serviços) EX: atestados e declarações
Viaturas elétricas
Promoção do destino
Infraestruturas balneares
Incubadora de empresas
Centro de interpretação da vinha

Piscina coberta
Dinamização das infraestruturas termais
Respostas sociais para a inclusão social
Creches / Amas
Empresa de cuidados ao domicílio para idosos / reorganização para maior funcionalidade das moradias
Acessibilidade em zonas balneares e espaços públicos
Viaturas adaptadas para as IPSS (Elétricas)
Jardim sensorial p/idosos, crianças
Centro Inter-geracional
Residências para pessoas deficientes
Habitação pessoas carenciadas (restauro)
Barreiras arquitetónicas - eliminação
Casa de acolhimento e apoio social a dependentes
Quinta pedagógica / inclusão social
Melhoramento dos ATL
Recuperação e preservação do património
Recuperação forte santa catarina
Recuperação do património da água
Recuperação dos moinhos / visitas virtuais
Recuperação de muros de pedra
Recuperação do património baleeiro
Recuperação do património religioso
Recuperação de edifícios históricos e centros das freguesias - requalificação urbana
Recolha, preparação e divulgação de imagens e testemunhos para vídeos de informação cultural
Levantamento e recuperação de técnicas antigas de construção
Apoio ao património material (Música, gastronomia, corais)
Transição digital - Digitalização do património
Transição para uma sociedade mais verde
Projetos na área da redução de plásticos e apoio aos reutilizáveis
Apoio à mobilidade elétrica
Transformação de bio resíduos em composto orgânico
Arborização endémicas da serra das fontes para retenção de água e proteção das nascentes
Transformação de resíduos vidros / plásticos
Retirar o gás butano da graciosa
Transição dos pesticidas e herbicidas para produtos biológicos
Eliminar fossas rotas das novas e antigas construções
Formação à população sobre reciclagem e up cycling

Critérios de Avaliação
Contribuição, mais-valia para a população
Valência para várias instituições
Impacto real no consumo
Energético da entidade
Valorização ambiental

Valorização do património
Dinamização do património
Aumento do nº de utentes apoiados
Nº de grupos apoiados (idosos, exclusão social e crianças)
Parceiros nº de grupos apoiados
Criação de postos de trabalho
Nº de empresas da mesma área
Sinergia como outros projetos ou valências
Valorização o facto de abranger a população mais vulnerável
Inovação
Adequação do projeto à natureza sociocultural e económica do território em questão
Sustentabilidade do investimento
Avaliar a viabilidade do projeto pois temos atenção às respostas sociais
Localização quanto mais rural por freguesia (Quanto mais afastado, mais valorizado)
Projetos que entusiasmem jovens empresários e trabalhadores a ficarem nas ilhas
Valorizar a parte económica
Não repetir projetos já existentes na freguesia
Autenticidade / originalidade
Dar prioridade a freguesias / promotores que não foram apoiados recentemente
Ter em conta o carater inovador do projeto
Maior impacto junto da comunidade que se destine
Valorização do projeto fase a população
Baixa densidade de população
Partilhas de recursos / parcerias existentes
Grau de importância para a ilha
Manter emprego
Saturação de mercado
Valorização do produto
Formação

A preparação da Estratégia desenvolveu-se ainda em reuniões do Conselho de Administração que decorreram nos dias 16 e 18 de agosto onde foram analisadas as fichas de caracterização das operações, o plano financeiro e todos os itens da EDL da GRATER .

Assim sendo podemos afirmar que foram garantidas as seguintes condições:

- ✓ Foram identificadas as necessidades do território e do público-alvo
- ✓ Foram ouvidas todas as partes interessadas e levados em consideração todos os pontos de vista
- ✓ Foram consideradas as lições aprendidas no último período de programação
- ✓ Foram definidos os objetivos e os procedimentos

4.3. Métodos previstos de participação dos cidadãos e outros agentes socioeconómicos na fase de implementação da EDL

Desde a sua constituição, a GRATER tem vindo a alargar a sua parceria sendo hoje constituída por 91 associados efetivos que constituem a sua assembleia geral (AG).

A AG, órgão de supervisão geral, é constituída pelos associados da GRATER no pleno gozo dos seus direitos sendo as suas deliberações soberanas nos termos legais e estatutários, cabendo a cada associado um voto. As decisões são tomadas por maioria absoluta de votos dos titulares presentes, sempre que a lei ou os estatutos não exijam maioria qualificada.

É neste órgão que todos os associados elegem, de 2 em 2 anos, o conselho de administração como seu representante e ao qual lhe são atribuídas as funções enquanto organismo intermediário de gestão.

É a Assembleia Geral da GRATER que aprova a Estratégia de Desenvolvimento Local bem como qualquer alteração à mesma. Também é a este órgão que cabe aprovar todos os relatórios de execução anuais dos programas a serem geridos e propor qualquer alteração ou ajustamento que se considere necessário para melhorar os resultados e redirecionar a mesma caso os objetivos propostos não estejam a ser alcançados.

Os parceiros vão estar constantemente envolvidos na execução da Estratégia, uma vez que estão previstas realizar-se, para além das reuniões ordinárias da Assembleia Geral, outras reuniões para dar a conhecer o contributo do LEADER para a zona de influência e para estimular o aparecimento de ideias inovadoras, quer em termos de cooperação, quer em termos de investimentos individualizados.

As mesmas entidades serão auscultadas no âmbito da avaliação intercalar e final à EDL a realizar possivelmente por uma entidade externa, bem como serão solicitados comentários aos relatórios produzidos.

No processo de decisão, a GRATER conta sempre com a maioria dos votos de entidades privadas, quer em Conselho de Administração, quer em Assembleia Geral.

A aprovação de projetos é efetuada em reuniões do Conselho de Administração, o que não impede que os parceiros possam contribuir com a sua opinião sobre a execução do programa em Assembleia-geral ou noutra qualquer reunião.

4.4. Descrição do Plano de Divulgação estabelecido na fase de execução da EDL

A GRATER pretende apresentar anualmente o seu Plano de Atividades que é aprovado em Assembleia Geral e que listará todas as atividades e ações previstas de animação nesse ano de acordo com a execução da sua EDL e de acordo com o orçamento disponível para esse ano.

No que se refere à execução da estratégia, se vier a verificar-se um número mínimo de entrada de candidaturas então será nosso objetivo dirigir esse plano para a divulgação do programa; se pelo contrário, aparecerem muitas iniciativas então o Plano deverá ser dirigido à divulgação destas.

No que se refere ao orçamento para executar estas ações, a GRATER disporá de receitas dos seus associados, de candidaturas ao PEPAC, funcionamento e cooperação e de candidaturas a outros sistemas de incentivos. A execução das ações dependerá muito da aprovação das mesmas.

A estratégia da GRATER será no sentido de que, a informação seja mais acessível a todos os interessados, com a finalidade de garantir a transparência, informando o público-alvo sobre as modalidades e potencialidades de aplicação da abordagem LEADER, promovendo o conhecimento das experiências inovadoras realizadas no âmbito deste programa e das mais-valias para o desenvolvimento económico e social sustentado dos territórios rurais e, aumentando a visibilidade da ação comunitária

Objetivos das ações de animação e promoção do território:

- Informar a opinião pública sobre o papel desempenhado pela União Europeia, em colaboração com os Estados Membros, a favor das intervenções em causa e dos respetivos resultados;
- Informar das possibilidades proporcionadas pela intervenção conjunta da União Europeia e dos Estados Membros, os beneficiários potenciais e finais, assim como as autoridades regionais e locais e outras autoridades públicas competentes; as organizações profissionais e meios económicos; os parceiros económicos e sociais; as organizações governamentais, em especial os organismos para a promoção da igualdade entre os homens e as mulheres, e os organismos que trabalham em prol da proteção e melhoria do ambiente;
- Transmitir uma boa imagem da GRATER, do PEPAC e da Comunidade Europeia aos diversos públicos;
- Fomentar a participação da população no desenvolvimento do território de intervenção;
- Divulgar as ações em curso;
- Divulgar e promover o nosso território, os nossos projetos e as nossas especificidades;
- Assegurar as boas relações com a comunidade, informar e motivar a população;
- Dotar o GAL dos instrumentos e competências necessários à dinamização de ELD;
- Integrar novas tecnologias na implementação da ELD.

Como forma de aproximação e relacionamento com a população em geral do território de intervenção, serão planeadas diversas atividades sociais e culturais. A participação em ações de discussão sobre o desenvolvimento, como aconteceu na preparação desta estratégia, é considerada, pelos interessados, uma oportunidade de se manifestarem e contribuírem para a definição de linhas de orientação para o desenvolvimento rural. A criação ou reforço das estruturas locais de base participativa permitirão estabelecer bases de trabalho e competências mais sólidas.

Participaremos em todos os eventos que se considerarem pertinentes dentro do nosso território, quer como forma de colaboração, quer como forma de divulgação do nosso trabalho e dos projetos dos nossos beneficiários, como exemplo podemos referir: Feira agro-comercial organizada pelos nossos parceiros Associação Agrícola da Ilha Terceira e Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, Feira Açores organizada pelo Governo Regional dos Açores, Feira da Família organizada pelo nosso parceiro Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, Feira do Ambiente organizada pela empresa municipal Praia Ambiente, BioFeira organizada pelo nosso parceiro BIOAZÓRICA, entre outras que venham a decorrer.

Tal como já referido anteriormente muitas ações de animação estão dependentes de outras candidaturas e referimos nesse sentido ainda a pertinência dos projetos de cooperação interterritorial e transnacional que também irão permitir ações desta natureza.

Utilizaremos todos os meios de comunicação ao nosso dispor para fazer a divulgação das ações de animação e para promover o nosso território

Será sempre atualizada a nossa página de internet www.grater.pt e a nossa página do facebook www.facebook.com/grater com toda a informação relevante quer ao nível da estratégia, quer ao nível das nossas atividades, quer ainda para apoiar na divulgação de tudo o que no nosso território se faz.

Nas páginas serão disponibilizadas as mais diversas informações: regulamentos, manual de procedimentos, estratégia local de desenvolvimento, dados estatísticos sobre o território, informações sobre a constituição da GRATER e composição da parceria e dos corpos sociais.

Haverá ainda um espaço onde são permitidos *downloads* de vários documentos relacionados com a candidatura e documentos de apoio.

As diversas publicações da GRATER também serão disponibilizadas para consulta em formato / ficheiro pdf e estilo catálogo com virar de páginas.

Um espaço de galeria multimédia com a disponibilização de vídeos e fotografias.

Serão também divulgados projetos aprovados.

Continuaremos com a publicação bimensal da nossa revista “Olhar o Mundo Rural” em parceria com o único jornal diário do nosso território Diário Insular.

Nesta revista e á semelhança do que já é conhecido promoveremos associados / parceiros, projetos exemplares, ações de animação do território entre outras informações ligadas ao mundo rural e que despertam curiosidade pelo público-alvo.

Os meios a utilizar serão os meios eletrónicos, a nossa revista ou outras publicações que viermos a editar. Será preparado um manual de apoio ao beneficiário que será disponibilizado quer em formato eletrónico quer em formato papel.

Serão disponibilizados desdobráveis informativos das intervenções existentes ao nível da EDL da GRATER.

No que se refere à intervenção nos meios de comunicação social prevê-se a colocação de anúncios nos jornais e rádios locais e a realização de uma conferência de imprensa para anunciar a gestão do Programa – ELD – e as suas linhas de intervenção.

Estes meios serão também utilizados para divulgar com a antecedência que se impor os anúncios aos concursos (avisos de abertura de candidaturas).

Serão realizadas ações de informação não só sobre a EDL e as intervenções a implementar como também dos sistemas de informação a serem utilizados pelos potenciais beneficiários.

Será ainda de privilegiar, e tal como confirmado pela análise do inquérito efetuado como trabalho preparatório da EDL, o contacto direto com os potenciais promotores, no sentido de divulgar a iniciativa numa fase inicial e de demonstrar os resultados numa fase posterior. Neste sentido irão realizar-se encontros de divulgação da estratégia ao nível de ilha ou concelho – sessões de esclarecimentos.

No que se refere ao sistema de informação, a GRATER compromete-se a adotar o sistema de informação específico ao programa, da responsabilidade da autoridade de gestão que se deverá traduzir num dispositivo de recolha e tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos fiáveis, sobre a execução do programa, visando apoiar a gestão, o acompanhamento e a avaliação.

Em termos de divulgação dos resultados da avaliação, para além do que se encontra definido em matéria de estratégia de comunicação, a GRATER poderá eventualmente utilizar o apoio da Rede Rural nacional para apoiar a partilha de informação através da publicação de documentos e da promoção de eventos de natureza temática e territorial focados nos resultados da avaliação.

4.5. Métodos previstos de avaliação da EDL

A abordagem à monitorização e à avaliação da estratégia, terá presente o previsto na regulamentação.

No plano da recolha e tratamento de **dados financeiros relevantes** importará dispor de elementos de apoio à elaboração e apresentação de um relatório de execução anual da EDL, até 31 de março de cada ano, reportado ao ano civil anterior.

Os dados de realização física e financeira e outros elementos relativos ao grau de implementação dos projetos (por ex. através da realização das visitas ao local da operação) e da estratégia serão recolhidos e registados no sistema informático, e trabalhados continuamente pela Estrutura Técnica de GRATER de forma a garantir a boa execução da EDL.

Quanto aos dados **de desempenho relevantes**, estes servirão, essencialmente, para alimentar o processo de avaliação da EDL. Neste caso, para além dos dados de execução física e financeira, a GRATER será responsável

por organizar procedimentos de recolha de elementos de natureza qualitativa (reuniões de *brainstorming* entre técnicos da GRATER e entre os Parceiros, entrevistas e inquéritos aos beneficiários), e natureza estatística (indicadores socioeconómicos processados pelas estatísticas formais, entre outros, nomeadamente recolhidos pelas entidades parceiras).

Para efetuar as avaliações será garantida a recolha dos dados necessários incluindo os dados relativos aos indicadores comuns e, aos indicadores da EDL, através do sistema de informação existente.

A avaliação da EDL terá duas abordagens, a primeira através da realização das suas próprias autoavaliações e monitorização. A segunda será o contributo para a avaliação do PEPAC Açores através de uma avaliação externa, a qual, por sua vez, contribuirá para a avaliação global dos Fundos estruturais com aplicação a nível nacional.

Na avaliação interna será também avaliado todo o GAL enquanto equipa de análise e de decisão: atendimento, procedimentos, cumprimento de prazos, entre outros.

Na perspetiva da GRATER, estas duas abordagens vão coincidir no tempo, respeitando os timings das atividades de avaliação promovidas pelo PEPAC Açores:

- Contribuir para as avaliações intercalares se for o caso;
- Contribuir para a avaliação final.

Ainda é prematura a definição precisa dos mecanismos de acompanhamento e avaliação, tendo presente que, neste período de programação, ainda não existe referência ao contributo para a avaliação do Programa, nem os instrumentos e recursos que vão por ser utilizados.

Todavia, e não obstante o enquadramento concreto ainda por definir, a experiência da GRATER na execução de estratégias de desenvolvimento local, permite identificar os quatro segmentos de avaliação mais relevantes:

- **Avaliação da relevância:** analisa se as intervenções da EDL estão a considerar as necessidades mais importantes do território de intervenção, tendo presente a sua intervenção lógica.
- **Avaliação da Eficácia:** analisa em que medida os apoios concedidos estão a produzir os resultados esperados; avalia as principais realizações e resultados físicos e financeiros face aos objetivos definidos, tendo presente conta os indicadores disponíveis.
- **Avaliação da Eficiência:** analisa em que medida os resultados estão a ser alcançados utilizando o mínimo de recursos; avalia a execução física e financeira da estratégia, tendo presente os resultados alcançados e os montantes investidos, por relação aos objetivos específicos e estratégicos delineados.

- **Avaliação do Impacto:** análise em que medida as intervenções apoiadas contribuem para a mudança desejada na área de intervenção e qual o valor acrescentado da implementação da abordagem bottom-up, tendo em conta os objetivos regionais e nacionais e tendo em conta as dimensões estratégicas definidas pela Comissão Europeia.

Toda a avaliação será organizada em torno da resposta aos indicadores de realização e de resultado previstos, bem como às Questões de Avaliação Comuns.

Como elementos transversais e igualmente importantes estarão presentes no sistema de monitorização e avaliação:

- a avaliação da **operacionalização da EDL** e o desempenho do GRATER enquanto Organismo Intermédio, mas também enquanto entidade com responsabilidades na animação e promoção do território (afetação dos recursos humanos e financeiros; adequação dos dispositivos de informação/divulgação/sensibilização face à natureza dos destinatários-alvo; ...);
- a avaliação do **desempenho da parceria** (concertação operacional entre parceiros, capacidade de mobilização de recursos, capacidade de liderança e de dinamização da rede, nível de envolvimento dos parceiros, ...);
- a avaliação das **iniciativas de cooperação** (afereção da eficiência dos recursos afetos aos projetos, ações e iniciativas, e resultados alcançados).
- a identificação dos **fatores críticos** que condicionaram a implementação da estratégia e os **fatores de sucesso** que a potenciaram (identificação sistemática de constrangimentos impeditivos do normal desenrolar das atividades de implementação e análise explicativa dos eventuais desvios).

Estas atividades de avaliação têm uma utilidade estratégica e operacional importante porque permite introduzir ajustamentos ou correções na EDL no sentido de alcançar os resultados esperados, através de um processo de tomada de decisões coerente e fundamentado.

Com efeito, no decurso do período de execução da EDL serão admitidas alterações financeiras, alterações à estrutura da EDL e alterações pontuais, em territórios onde ocorram alterações excecionais e com influência no contexto económico ou social.

Todas as alterações serão devidamente fundamentadas e acompanhadas de relatórios de execução física e financeira.

Em termos de divulgação dos resultados da avaliação, para além do que se encontra definido em matéria de estratégia de comunicação, a GRATER poderá eventualmente utilizar o apoio da Rede Rural nacional para apoiar a partilha de informação através da publicação de documentos e da promoção de eventos de natureza temática e territorial focados nos resultados da avaliação.

5. Plano de Ação e de Investimento

5.1. Plano de ação

O plano de ação da EDL da GRATER desenvolve-se em torno de 6 intervenções específicas e 4 anos de programação (2024-2027).

Dada a baixa dotação orçamental, a mesma será aplicada na sua quase totalidade nos anos 2024 e 2025. 2026 abrirá avisos com os valores remanescentes ou não aplicados, à exceção da intervenção dos serviços de base, mais dedicada às autarquias locais, para a qual 2025, ano de eleições, será um ano de intervalo.

Este plano resulta então da articulação da estratégia da GRATER e dos seus eixos prioritários com a abordagem LEADER prevista no PEPAC Açores.

Todos os eixos e tipologias de intervenção são os referidos

Para todas as intervenções serão efetuadas ações de controlo cruzado no sentido não só de impedir duplos financiamentos como também se conseguir a complementaridade entre programas regionais ao invés da concorrência entre os sistemas de incentivos existentes que foi referida anteriormente no ponto 3.3.

As intervenções E.16.1.1. Prémio à instalação de empresas rurais e E.16.1.2. Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural, terão controlo cruzado com a Direção Regional com competência em matéria de competitividade e responsável pela gestão do Construir 2030.

A limitação do investimento elegível a 100.000,00€ permite que a estratégia seja dedicada a pequenos projetos conforme a génese da abordagem LEADER. Permite apoiar os pequenos projetos de investimento de pequenos promotores que não se revêm noutras linhas de apoio e que poderão nesta intervenção contribuir em muito para os resultados que se esperam alcançar.

A intervenção E.16.1.3 - Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base também se mostra de especial importância uma vez que permite diversificar e melhorar os serviços prestados à população rural. Sendo desenvolvidos na sua grande parte pelas entidades públicas mais próximas da população as juntas de freguesia, o controlo cruzado será efetuado com os respetivos municípios e por consulta a projetos aprovados no âmbito do PO Açores.

Este controlo cruzado também é transversal para as intervenções E.16.1.6 - Transição para uma sociedade mais verde e E.16.1.5 - Preservação, valorização e/ou dinamização do património; sendo que neste último caso também será consultada a Direção regional com competência em matéria de cultura.

Finalmente a intervenção E.16.1.4 - Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social poderá ter a intervenção específica da DRSS e DRPIS (Direções Regionais com competência em matéria de solidariedade e inclusão social) pelo que serão um parceiro estratégico quer em termos de controlo cruzado quer em termos de elaboração de pareceres.

Poderá vir a haver avisos para áreas geográficas específicas se a experiência com a execução deste programa vier a demonstrar que tal como no passado estão a existir constrangimentos para o investimento na ilha Graciosa.

As intervenções E.16.1.1 e E.16.1.6 por serem novidade e terem pouca dotação orçamental irão ser abertas num aviso único em 2024 e depois far-se-á a análise da procura do mesmo.

De seguida apresentam-se as fichas de caracterização de cada uma das intervenções a desenvolver no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER.

A. Ficha de caracterização da tipologia E.16.1.1 - Prémio à instalação de empresas rurais

Breve Descrição

A alínea c) do artigo 75.º, do REGULAMENTO (UE) 2021/2115 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, define a tipologia de intervenção “Instalação de jovens agricultores e de novos agricultores e lançamento de empresas rurais”, em que os Estados-Membros podem conceder apoio à instalação de jovens agricultores e do lançamento de empresas rurais de setores de atividades não agrícolas em zonas rurais integradas em estratégias de desenvolvimento local.

Esta intervenção pretende responder aos objetivos e necessidades do PEPAC Açores que a seguir se identificam:

Objetivos:

OE7 Atrair e apoiar os jovens agricultores e outros novos agricultores e facilitar o desenvolvimento sustentável das empresas nas zonas rurais;

OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.

Necessidades:

PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado;

AOE2N5 – Incrementar os apoios à produção de produtos regionais;

AOE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais: instalação de empresas e serviços essenciais;

AOE8N1 – Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes, incentivando a criação de emprego.

Deste modo, e com o objetivo de incentivar a criação de empresas rurais em determinados setores de atividade, que se mostram essenciais para o desenvolvimento dos territórios rurais, pretende-se atribuir um prémio a fundo perdido para o arranque das empresas, em zonas rurais de forma a contribuir para a fixação

de jovens, para a diminuição da taxa de desemprego nas zonas rurais e para contrariar a desertificação que muitas vezes se verifica no meio rural.

O apoio a conceder é na forma de subvenção destinada à criação e implementação de atividades não agrícolas em zonas rurais.

Objetivos Específicos

- ✓ Incentivar a criação de empresas rurais em determinados setores de atividade;
- ✓ Fixar os jovens em meio rural;
- ✓ Gerar emprego em meio rural;
- ✓ Promover o empreendedorismo e a valorização dos saberes e ofícios tradicionais.

Tipologia de projetos

Criação de empresas nas CAE identificadas em aviso de abertura de candidaturas, nomeadamente as seguintes atividades: costura, arranjo de calçado, ourives, eletricidade, mecânica de aparelhos domésticos e outros ofícios.

Em casos devidamente justificados e analisado o grau de saturação de mercado, poderá o Organismo Intermediário de Gestão aceitar outras CAE que não estejam identificadas.

Investimentos não elegíveis

- ✓ Investimento em atividades de natureza agrícola e piscatória.

Beneficiários

- ✓ Pessoas singulares com idade igual ou inferior a 40 anos, com a escolaridade mínima obrigatória;
- ✓ Desempregados de longa duração (período superior a 12 meses);
- ✓ Pessoas coletivas, cujo/s sócio/s cumpram os requisitos supra mencionados nos pontos anteriores.

Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores:

- ✓ Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio durante o período de programação;
- ✓ O beneficiário tem de se instalar pela primeira vez na atividade para a qual submeteu o pedido de apoio.

Critérios de elegibilidade das operações

A serem definidos em legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores.

Despesas Elegíveis

Não aplicável.

Despesas não elegíveis

Não aplicável.

Principais resultados a alcançar

- ✓ Criação de novas empresas;
- ✓ Criação de emprego e promoção da empregabilidade;
- ✓ Diversificação e qualificação das atividades das economias rurais;
- ✓ Diminuição do desemprego;
- ✓ Fixação da população.

Forma, nível e limites de apoio

Os apoios previstos, nesta intervenção, assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional.

O apoio à instalação do jovem é de 10 000 EUR, pago em duas tranches: 7 000 EUR após a assinatura do termo de aceitação e 3 000 EUR quando comprovar que a empresa está licenciada e em funcionamento.

A concessão dos apoios no âmbito desta portaria respeita o estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis.

Dotação Orçamental

A dotação orçamental prevista para a intervenção é de 150 000 EUR de Despesa Pública, a que corresponde 127 500 EUR de FEADER e 22 500 EUR de ORAA.

Indicadores de realização

O.27 Número de empresas rurais que recebem apoio ao lançamento => Meta: 15

Indicadores de resultado

R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC => Meta: 15

R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC (considerando o próprio posto de trabalho) => Meta: 15

Critérios de seleção

Género

Atribui-se maior pontuação aos pedidos de apoio cujo investimento é promovido por mulheres de modo a proporcionar uma maior igualdade de oportunidades.

Setores de atividade

Serão valorizadas operações os pedidos de apoio que visem investimento nos setores de atividade considerados prioritários nos avisos de abertura dos concursos.

Formação

Pretende-se valorizar os beneficiários de acordo com o seu grau de formação, preferencialmente na área de investimento.

Localização

Pretende-se valorizar os pedidos de apoio que se localizam em zonas mais distantes dos centros urbanos.

Grau de saturação

É avaliada a existência no território (freguesia) de empresas que disponibilizam ou prestam serviços iguais ou similares aos que resultam do investimento que consta do pedido de apoio submetido.

B. Ficha de caracterização da tipologia E.16.1.2 - Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural

Breve Descrição

O artigo 73.º do REGULAMENTO (UE) 2021/2115 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, define a tipologia de intervenção “Investimentos”, que permite conceder apoio em caso de investimentos corpóreos e/ou incorpóreos que contribuam para a realização dos objetivos específicos da Política Agrícola Comum (PAC).

Esta intervenção pretende responder aos objetivos e necessidades do PEPAC Açores que a seguir se identificam:

Objetivos:

OE2 Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade das explorações agrícolas, tanto a curto como a longo prazo, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização.

OE7 Atrair e apoiar os jovens agricultores e outros novos agricultores e facilitar o desenvolvimento sustentável das empresas nas zonas rurais.

OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.

Necessidades:

PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado;

PTOE8N2 – Incentivar a bioeconomia e economia circular;

PTOE9N1 – Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar;

AOE2N5 – Incrementar os apoios à produção de produtos regionais;

AOE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais: instalação de empresas e serviços essenciais;

AOE8N1 – Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes, incentivando a criação de emprego.

Com esta intervenção pretendemos apoiar investimentos nos diversos setores de atividade, indústria, comércio, turismo, serviços, outros consideradas relevantes na EDL, de forma a permitir melhorar a competitividade das empresas, criar emprego e através da adoção de novas tecnologias e processos de produção contribuir para a sustentabilidade ambiental e atenuação das alterações climáticas.

Objetivos Específicos

- ✓ Diversificar as atividades agrícolas e pecuárias, nomeadamente através do incentivo ao desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações, permitindo criar fontes de rendimento para os produtores assim como gerar emprego em meio rural;
- ✓ Diversificar e qualificar o tecido empresarial, através da promoção do empreendedorismo, da economia social, da valorização dos saberes e ofícios tradicionais, do artesanato e da sua modernização e reforço dos fatores de competitividade das empresas existentes;
- ✓ Promover a economia circular;
- ✓ Potenciar atividades ligadas ao turismo;
- ✓ Promover a criação de emprego estável e sustentável;
- ✓ Promover a neutralidade carbónica;
- ✓ Promover a transformação e inclusão digital do tecido empresarial;
- ✓ Fomentar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tipologia de Operações:

- ✓ Desenvolvimento de atividades complementares à agricultura nas explorações agrícolas, incluindo áreas como por ex. a animação turística; atividades pedagógicas; atividades artesanais;
- ✓ Criação de novas empresas ou desenvolvimento das empresas existentes, incluindo, entre outras atividades, pequenas indústrias agroalimentares; restauração; animação turística; serviços;
- ✓ Desenvolvimento do empreendedorismo social com a criação de novas empresas ou desenvolvimento das empresas existentes na área da economia social.

Investimentos não elegíveis

Investimentos nos CAE definidos nos avisos:

Secção A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, à exceção da produção de mel

Secção B: Indústrias extrativas

Divisão 12: Indústria do tabaco

Divisão 19: Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis

Divisão 20: Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos

Divisão 22: Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas

Grupo 451: Comércio de veículos automóveis

Divisão 46: Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos

Secção H: Transportes e armazenagem à exceção do grupo 521 Armazenagem

Divisão 55: Alojamento à exceção: 55202 Turismo no espaço rural; 55203 Colónias e campos de férias; 55300 Parques de campismo e de caravanismo

Grupo 563: Estabelecimentos de bebidas, à exceção do 56303 Pastelarias e casas de chá

Secção K: Atividades financeiras e de seguros

Secção O: Administração pública e defesa; segurança social obrigatória

Subclasse 8553: escolas de condução e pilotagem

Divisão 92: Lotarias e outros jogos de aposta

Estão excluídos todos os pedidos de apoio que se enquadrem nos sistemas de incentivos regionais e que se localizem nos centros “urbanos” do território de intervenção, definidos da seguinte forma:

Concelho de Angra do Heroísmo: sul da circular externa entre a Rotunda da Silveira e a rotunda da Praça de Touros .

Concelho da Praia da Vitória: sul da rotunda da Boavista, estrada da circunvalação até à rotunda D. Beatriz e Estrada 25 de Abril até à circular interna, seguindo nesta até à rotunda da Marina.

Estão ainda excluídas todas as operações os pedidos de apoio com atividades em mar, sempre que se confirme o enquadramento no MAR 2030.

Em casos devidamente justificados e analisado o grau de saturação de mercado, poderá o Organismo Intermediário de Gestão aceitar outras CAE.

Beneficiários

- ✓ Micro e pequenas empresas;
- ✓ Entidades coletivas sem fins lucrativos com exploração de atividades produtivas.

Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores:

- ✓ Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (concurso);
- ✓ Um beneficiário com um pedido de apoio aprovada nesta tipologia de intervenção só poderá apresentar nova candidatura quando se verificar a submissão do último pedido de pagamento dessa operação.

Critérios de elegibilidade das operações

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores:

- ✓ As operações estão limitadas a 100.000,00€ de investimento elegível;
- ✓ Estarem enquadrados numa das CAE definidas na estratégia ou no aviso.

Despesas Elegíveis

Sem prejuízo do disposto na legislação publicada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores, as despesas elegíveis são as seguintes:

- ✓ Obras de construção, reconstrução e beneficiação de edifícios e outras construções;
- ✓ Máquinas e equipamentos relacionados com a operação;
- ✓ Aquisição de viaturas, apenas em novas empresas e quando justificadas pela natureza da operação, sendo o custo máximo elegível de 35 000 EUR;
- ✓ Despesas com meios de divulgação e comunicação e com a promoção das atividades apoiadas estão limitadas a 10 000 EUR de investimento total elegível;
- ✓ Constituição da empresa e respetivos registos legais tem um limite de 5% do investimento total elegível;
- ✓ Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total elegível, sendo que cada despesa per si não pode ultrapassar 3 000 EUR;
- ✓ Aquisição de sistemas de energia para consumo próprio, no âmbito do investimento, utilizando fontes renováveis de energia.

Despesas não elegíveis

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser publicada pela Autoridade de Gestão do PEPAC, as despesas não elegíveis são as seguintes:

- ✓ Aquisição de imóveis;
- ✓ Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões;
- ✓ Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações
- ✓ Constituição de garantias;
- ✓ Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);
- ✓ Bens em estado de uso;
- ✓ Juros da dívida;
- ✓ Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro;
- ✓ Consumíveis.

Principais resultados a alcançar

- ✓ Diversificação das fontes de rendimento dos produtores agrícolas;
- ✓ Criação de emprego e promoção da empregabilidade;
- ✓ Diversificação das atividades das economias rurais;
- ✓ Modernização e qualificação do tecido empresarial existente;
- ✓ Aumento da utilização de energias renováveis;
- ✓ Dinamização de atividades e serviços de apoio turístico;
- ✓ Fixação da população.

Indicadores de realização

O.20 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimentos produtivos na exploração => Meta: 2

O.24 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimentos produtivos fora da exploração => Meta: 20

Indicadores de resultado

R.15 Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW) => Meta: 2 operações

R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC => Meta: 20

R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC => Meta: 22

Forma, nível e limites de apoio

Os apoios previstos, nesta intervenção, assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional.

As taxas de apoio variam entre 50% e 70% dependendo da criação de pelo menos um posto de trabalho a tempo inteiro devidamente comprovado.

A concessão dos apoios no âmbito desta portaria respeita o estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis.

Dotação Orçamental

A dotação orçamental prevista para a intervenção é de 1 070 826 EUR de Despesa Pública, a que corresponde 910 202 EUR de FEADER e 160 624 EUR de ORAA.

Critérios de seleção

Articulação com os objetivos da EDL

São valorizados os pedidos de apoio de acordo com o grau de articulação com os objetivos definidos na EDL.

Grau de articulação com outros setores

É valorizada a articulação do pedido de apoio com outros setores de atividade considerados relevantes/prioritários na EDL, nomeadamente agricultura e florestas, turismo, gastronomia, património.

Grau de saturação

É avaliada a existência no território (freguesia), de empresas que disponibilizem serviços iguais ou similares aos apresentados no pedido de apoio

Capacitação dos agentes económicos

Os pedidos de apoio são valorizados de acordo com o grau de formação dos promotores, pretende-se valorizar as operações que são desenvolvidas por beneficiários com formação e experiência, preferencialmente na área do investimento.

Contributo para a sustentabilidade ambiental

Pretende-se valorizar os pedidos de apoio de acordo com o seu contributo para a sustentabilidade ambiental, através do uso inteligente dos recursos e da adoção de tecnologias verdes, nomeadamente utilizando equipamentos que contribuam para aumentar a eficiência energética.

Contributo para a empregabilidade

Pretende-se valorizar operações os pedidos de apoio que contribuam para a criação sustentável de emprego.

Inovação

Os pedidos de apoio são valorizados de acordo com o seu grau de inovação, ao nível do produto ou processo produtivo, nomeadamente aqueles que utilizem no seu processo produtivo tecnologias verdes e a economia circular.

C. Ficha de caracterização da tipologia E.16.1.3 - Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base

Breve Descrição

O artigo 73.º do REGULAMENTO (UE) 2021/2115 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, define a tipologia de intervenção “Investimentos”, que permite conceder apoio em caso de investimentos corpóreos e/ou incorpóreos que contribuam para a realização dos objetivos específicos da Política Agrícola Comum (PAC).

Esta intervenção pretende responder aos objetivos e necessidades do PEPAC Açores que a seguir se identificam:

Objetivos:

OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.

Necessidades:

PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado;

PTOE8N2 – Incentivar a bioeconomia e economia circular;

PTOE9N1 – Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar;

AOE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais: instalação de empresas e serviços essenciais;

AOE8N4 – Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural;

AOE8N9 – Incentivar a prática de atividades em áreas florestais de recreio.

Nesta intervenção pretendemos, através do Plano Estratégico da PAC, apoiar investimentos que visem a gestão e oferta sustentável de infraestruturas e serviços básicos de apoio à população.

Objetivos Específicos

- ✓ Melhorar a atratividade dos territórios;
- ✓ Fixar a população no meio rural;
- ✓ Reforçar a rede de equipamentos e respostas turísticas e de lazer existentes no território;
- ✓ Promover o empreendedorismo e a valorização dos saberes e ofícios tradicionais;
- ✓ Dinamizar serviços de animação cultural e recreativa de base local;
- ✓ Fomentar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tipologia de projetos

- ✓ Criação de infraestruturas relacionadas com respostas turísticas e de lazer;
- ✓ Criação de infraestruturas que criem melhores condições estruturais e funcionais para a fixação das empresas e da população;
- ✓ Pontos de acesso à internet;
- ✓ Projetos “Smart rural”: soluções inteligentes para resolver problemas locais;
- ✓ Apoio a infraestruturas relacionadas com cadeias de abastecimento curtas e mercados locais;
- ✓ Bancos de ajudas técnicas;
- ✓ Outros serviços à população que não sejam respostas sociais previstas na Carta Social da RAA;
- ✓ Transição energética (energias renováveis, eficiência energética);
- ✓ Mobilidade sustentável de pessoas e bens;
- ✓ Criação de infraestruturas de economia social e de valorização de saberes e ofícios tradicionais.

Investimentos não elegíveis

- ✓ Investimentos em cemitérios e casas funerárias;
- ✓ Investimento em atividades abrangidas pelo MAR 2030;
- ✓ Investimentos que não contribuam para a inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Beneficiários

- ✓ Autarquias locais: câmaras municipais e juntas de freguesia;
- ✓ Empresas municipais;
- ✓ Pessoas coletivas sem fins lucrativos.

Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores:

- ✓ Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (concurso);
- ✓ Um beneficiário com um pedido de apoio aprovada nesta tipologia de intervenção só poderá apresentar nova candidatura quando se verificar a submissão do último pedido de pagamento dessa operação.

Critérios de elegibilidade das operações

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores:

- ✓ As operações estão limitadas a 50 000 EUR de investimento elegível.

Despesas Elegíveis

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores, as despesas elegíveis são as seguintes:

- ✓ Obras de construção e beneficiação de edifícios e outras construções;
- ✓ Produção de sinalética;
- ✓ Máquinas e Equipamentos relacionados com a operação;
- ✓ Aquisição de viaturas desde que comprovada a sua adequação e necessidade à operação;
- ✓ Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total elegível, sendo que cada despesa *per si* não pode ultrapassar 3 000 EUR e 2 000 EUR para o caso de apoio à preparação e acompanhamento da candidatura;
- ✓ Despesas associadas a outros investimentos imateriais com a produção e divulgação de meios de divulgação e comunicação dos serviços disponibilizados até 3 000 EUR;
- ✓ Aquisição de sistemas de energia para consumo próprio, no âmbito do investimento, utilizando fontes renováveis de energia.

Despesas não elegíveis

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores, as despesas não elegíveis são as seguintes:

- ✓ Aquisição de imóveis;
- ✓ Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões;
- ✓ Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações;
- ✓ Constituição de garantias;
- ✓ Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);
- ✓ Bens em estado de uso;
- ✓ Juros da dívida.
- ✓ Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro;
- ✓ Consumíveis.

Principais resultados a alcançar

- ✓ Reforço das atividades e serviços de apoio ao turismo e à população;
- ✓ Melhoramento da atratividade das zonas rurais;
- ✓ Fixação da população.

Forma, nível e limites de apoio

Os apoios previstos, nesta intervenção, assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional.

As taxas de apoio são de 80% para pessoas coletivas sem fins lucrativos e câmaras municipais e 100% para as juntas de freguesia.

A concessão dos apoios no âmbito desta portaria respeita o estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis.

Salvuarda-se a possibilidade de concessão da exploração das infraestruturas apenas no caso das Autarquias Locais e Empresas Municipais e conforme legislação em vigor. Nestes casos é aplicada uma redução de 20% na taxa de comparticipação.

Dotação Orçamental

A dotação orçamental prevista para a intervenção é de 400 000 EUR de Despesa Pública, a que corresponde 340 000 EUR de FEADER e 60 000 EUR de ORAA.

Indicadores de realização

O.22 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em infraestruturas =>

Meta: 10

O.23 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento não produtivo fora da exploração => Meta: 10

Indicadores de resultado

R.40 Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas =>

Meta: 1

R.41PR Interligar a Europa rural: Percentagem da população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC => Meta: 70%

Critérios de seleção

Articulação com os objetivos da EDL

São valorizados os pedidos de apoio de acordo com o grau de articulação com os objetivos definidos na EDL.

Articulação com os ODS

São valorizados os pedidos de apoio que contribuem, na sua dimensão, para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Grau de articulação com outros setores

É valorizada a articulação do pedido de apoio com outros setores de atividade considerados relevantes/prioritários na EDL, nomeadamente agricultura e florestas, turismo, gastronomia, património.

Grau de saturação

É avaliada a existência no território (freguesia), de empresas que disponibilizem serviços iguais ou similares aos que resultam do investimento que consta do pedido de apoio submetido.

Contributo para a sustentabilidade ambiental

Pretende-se valorizar os pedidos de apoio de acordo com o seu contributo para a sustentabilidade ambiental, através do uso inteligente dos recursos e da adoção de tecnologias verdes, nomeadamente utilizando equipamentos que contribuam para aumentar a eficiência energética.

Inovação

Os pedidos de apoio são valorizados de acordo com o seu grau de inovação, ao nível do produto ou processo produtivo, nomeadamente aqueles que utilizem no seu processo produtivo tecnologias verdes e a economia circular.

D. Ficha de caracterização da tipologia E.16.1.4 - Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social

Breve Descrição

O artigo 73.º do REGULAMENTO (UE) 2021/2115 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, define a tipologia de intervenção “Investimentos”, que permite conceder apoio em caso de investimentos corpóreos e/ou incorpóreos que contribuam para a realização dos objetivos específicos da Política Agrícola Comum (PAC).

Esta intervenção pretende responder aos objetivos e necessidades do PEPAC Açores que a seguir se identificam:

Objetivos:

OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.

Necessidades:

PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado,

AOE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais: instalação de empresas e serviços essenciais

Para a concretização dos objetivos e necessidades propõe-se a criação de uma medida que vise apoiar investimento que promovam a inclusão social - apoio a respostas sociais existentes ou a criar conforme previsto na Carta Social da RAA.

Os pedidos deverão ser sujeitos a uma rigorosa avaliação à sua sustentabilidade económica (capacidade para assegurar o seu funcionamento).

Objetivos Específicos

- ✓ Criar respostas sociais para públicos-alvo específicos, que corrijam lacunas sociais e visem a inclusão social e a redução da pobreza ;
- ✓ Reforçar a rede de equipamentos e respostas sociais existentes no território;
- ✓ Criar serviços de proximidade;
- ✓ Melhorar condições de acessibilidade e mobilidade das populações;
- ✓ Fomentar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tipologia de projetos

- ✓ Dinamização de serviços de apoio social de proximidade e/ou itinerante;
- ✓ Criação de serviços de apoio a idosos, deficientes e grupos desfavorecidos;
- ✓ Criação de serviços de apoio à infância e a jovens.

Investimentos não elegíveis

Projetos que não sejam considerados respostas sociais existentes ou a criar conforme previsto na Carta Social da RAA.

Beneficiários

- ✓ Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- ✓ Autarquias locais: câmaras municipais e juntas de freguesia.

Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores:

- ✓ Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (concurso);
- ✓ Um beneficiário com operação aprovada nesta tipologia de intervenção só poderá apresentar nova candidatura quando evidencie a submissão do último pedido de pagamento dessa operação.

Critérios de elegibilidade das operações

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores:

- ✓ As operações estão limitadas a 50 000 EUR de investimento elegível.

Despesas Elegíveis

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores, as despesas elegíveis são as seguintes:

- ✓ Construção e melhoramento de edifícios e outras construções;
- ✓ Aquisição de viaturas, quando justificadas pela natureza da operação, sendo o custo máximo elegível de 35 000 EUR;
- ✓ Equipamentos diretamente relacionados com a operação;
- ✓ Investimentos em intangíveis como a aquisição e o desenvolvimento de programas informáticos, assim como a criação de páginas web, e outros necessários para a digitalização da entidade;
- ✓ Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total elegível, sendo que cada despesa per si não pode ultrapassar 3 000 EUR e 2 000 EUR para o caso de apoio à preparação e acompanhamento da candidatura;
- ✓ Aquisição de sistemas de energia para consumo próprio, no âmbito do investimento, utilizando fontes renováveis de energia.

Despesas não elegíveis

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores, as despesas elegíveis são as seguintes:

- ✓ Aquisição de imóveis;
- ✓ Despesas de manutenção das próprias instalações;
- ✓ Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões;
- ✓ Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações;
- ✓ Constituição de garantias;
- ✓ Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);
- ✓ Bens em estado de uso;
- ✓ Juros da dívida;
- ✓ Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro;
- ✓ Consumíveis.

Principais resultados a alcançar

- ✓ Aumento da capacidade de respostas sociais;
- ✓ Promoção da inclusão ativa e da empregabilidade;
- ✓ Combate a fenómenos de pobreza e exclusão social.

Forma, nível e limites de apoio

Os apoios previstos, nesta intervenção, assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional.

As taxas de apoio são de 100% para as Autarquias Locais e IPSS.

A concessão dos apoios no âmbito desta portaria respeita o estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis.

Salvaguarda-se a possibilidade de concessão da exploração das infra estruturas apenas no caso das Autarquias Locais e Empresas Municipais e conforme legislação em vigor. Nestes casos é aplicada uma redução de 20% na taxa de comparticipação.

Dotação Orçamental

A dotação orçamental prevista para a intervenção é de 400 000 EUR de Despesa Pública, a que corresponde 340 000 EUR de FEADER e 60 000 EUR de ORAA.

Indicadores de realização

O.22 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em infraestruturas =>

Meta: 10

O.23 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em não produtivo fora da exploração => Meta: 10

Indicadores de resultado

R.41 Interligar a Europa rural: Percentagem da população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC => Meta: 70%

R.42 Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados => Meta: 100

Critérios de seleção

Articulação com os objetivos da EDL

São valorizadas as operações de acordo com o grau de articulação com os objetivos definidos na EDL para a intervenção.

Articulação com os ODS

São valorizadas as candidaturas que contribuem, na sua dimensão, para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Taxa de cobertura da resposta social

São valorizados os projetos que aumentam a taxa de cobertura da resposta social.

Intervenção em Áreas prioritárias

São valorizados os projetos enquadrados em áreas prioritárias sinalizadas pelas direções regionais com competência em matérias de solidariedade social e inclusão social, tais como: violência doméstica, sem abrigo, deficiências em adultos.

Grau de saturação

É avaliada a existência no território (freguesia) de empresas que disponibilizam ou prestam serviços iguais ou similares aos resultantes do pedido de submetido.

Contributo para a sustentabilidade ambiental

Pretende-se valorizar os pedidos de apoio de acordo com o seu contributo para a sustentabilidade ambiental, através do uso inteligente dos recursos e da adoção de tecnologias verdes, nomeadamente utilizando equipamentos que contribuam para aumentar a eficiência energética.

Acessibilidade e mobilidade

Serão valorizados os projetos com investimento para acessibilidade e mobilidade.

E. Ficha de caracterização da tipologia E.16.1.5 - Preservação, valorização e/ou dinamização do património

Breve Descrição

O artigo 73.º do REGULAMENTO (UE) 2021/2115 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, define a tipologia de intervenção “Investimentos”, que permite conceder apoio em caso de investimentos corpóreos e/ou incorpóreos que contribuam para a realização dos objetivos específicos da Política Agrícola Comum (PAC).

Propõe-se integrar nesta tipologia os apoios a projetos de recuperação e valorização do Património Cultural de forma abrangente (edificado, registos, trajes/fardamentos/instrumentos, gastronomia, artesanato, tradições).

Objetivos:

OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.

Necessidades:

PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado,

AOE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais: instalação de empresas e serviços essenciais

AOE8N2 – Valorizar a cultura, os recursos regionais e promover abordagens de desenvolvimento local integrado

AOE8N4 – Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural

Esta intervenção integra os apoios a projetos de recuperação e valorização do património físico, desde a criação de museus e centros interpretativos à recuperação e melhoramento de instalações que permitem a valorização do património cultural (casas do povo, sociedades filarmónicas, grupos de folclore, impérios e mesmo as suas dispensas), assim como o melhoramento e valorização das instalações das instituições e/ou organismos que se dedicam à preservação do património.

Estão também incluídos os apoios às estruturas que nas suas atividades promovem o património cultural da RAA, nomeadamente filarmónicas, escolas de música, grupo de folclore, pretendendo-se apoiar instrumentos musicais, fardamento, trajes, como também projetos de envolvimento e proximidade à população local.

Objetivos Específicos

- ✓ Melhorar a atratividade dos territórios;
- ✓ Reforçar a rede de equipamentos culturais;
- ✓ Promover a preservação, conservação e recuperação da identidade cultural específica do território;

- ✓ Reconverter e refuncionalizar o património edificado da zona de intervenção de forma a reutilizá-lo com novas finalidades;
- ✓ Dinamizar a cultura local;
- ✓ Promover a valorização dos saberes e ofícios tradicionais;
- ✓ Fomentar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tipologia de projetos

- ✓ Criação de museus e centros interpretativos;
- ✓ Recuperação, melhoramento e apetrechamento de zonas sociais para a realização de atividades culturais (cozinha, palco, salas de espetáculo) nas instalações das instituições com papel relevante na manutenção de práticas e tradições locais (Casas do Povo, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Impérios/Irmandades religiosas);
- ✓ Refuncionalização de edifícios tradicionais para atividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional;
- ✓ Recuperação, preservação e valorização do património arquitetónico tradicional inserido no meio rural edificado;
- ✓ Eventos de valorização e promoção do património;
- ✓ Registos videográficos, fonográficos e literários (formato papel e /ou digital) associados ao património cultural ;
- ✓ Aquisição de fardamento/trajes/instrumentos destinados a grupos musicais e/ou etnográficos.

Investimentos não elegíveis

- ✓ Investimentos na manutenção de sedes sociais.

Beneficiários

- ✓ Autarquias locais: câmaras municipais e juntas de freguesia;
- ✓ Entidade coletivas sem fins lucrativos

Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores:

- ✓ Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (concurso);
- ✓ Um beneficiário com um pedido de apoio aprovada nesta tipologia de intervenção só poderá apresentar nova candidatura quando se verificar a submissão do último pedido de pagamento dessa operação.

Critérios de elegibilidade das operações

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores:

- ✓ Os pedidos de apoio estão limitados a 20 000 EUR de investimento elegível;
- ✓ Nos pedidos de apoio que integrem ações de carácter imaterial, o valor máximo elegível para essas ações é de 5 000 EUR.

Despesas Elegíveis

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser publicada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores, as despesas elegíveis são as seguintes:

- ✓ Obras de recuperação e beneficiação do património arquitetónico tradicional rural e seu apetrechamento com equipamentos dedicados e exclusivos para este fim;
- ✓ Obras de construção de infraestruturas de pequena escala, de suporte às atividades relacionadas com a conservação, recuperação e valorização do património cultural;
- ✓ Restauro de equipamento antigo diretamente relacionado com a operação;
- ✓ Aquisição de vestuário por filarmónicas, grupos folclóricos e/ou de cantares tradicionais.
- ✓ Aquisição de instrumentos musicais e partituras por filarmónicas, grupos folclóricos e/ou de cantares tradicionais;
- ✓ Conceção e produção de material documental de suporte à divulgação do património alvo de intervenção, até ao limite de 3 000 EUR;
- ✓ Trabalhos de pesquisa, inventariação, recuperação, organização e/ou exposição de práticas e tradições culturais até ao limite de 5 000 EUR;
- ✓ Aquisição de serviços e alugueres de carácter geral;
- ✓ Máquinas e equipamentos imprescindíveis à implementação da operação proposta;
- ✓ Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total elegível, sendo que cada despesa *per si* não pode ultrapassar 3 000 EUR e 2 000 EUR para o caso de apoio à preparação e acompanhamento da candidatura;
- ✓ Aquisição de sistemas de energia para consumo próprio, no âmbito do investimento, utilizando fontes renováveis de energia.

Despesas não elegíveis

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores, as despesas não elegíveis são as seguintes:

- ✓ Aquisição de imóveis;
- ✓ Aquisição de viaturas;
- ✓ Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões;

- ✓ Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações;
- ✓ Constituição de garantias;
- ✓ Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);
- ✓ Bens em estado de uso;
- ✓ Juros da dívida;
- ✓ Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro;
- ✓ Consumíveis.

Principais resultados a alcançar

- ✓ Reforço das atividades e serviços de apoio turístico;
- ✓ Melhoramento da atratividade das zonas rurais;
- ✓ Valorização económica dos recursos naturais e culturais do território;
- ✓ Preservação dos recursos naturais e do património arquitetónico tradicional;
- ✓ Preservação e divulgação de práticas e tradições culturais;
- ✓ Melhoria da atratividade da Região.

Forma, nível e limites de apoio

Os apoios previstos, nesta intervenção, assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional.

As taxas de apoio são de 80% para pessoas coletivas sem fins lucrativos e câmaras municipais e 100% para as juntas de freguesia.

A concessão dos apoios no âmbito desta portaria respeita o estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis.

Salvaguarda-se a possibilidade de concessão da exploração das infra estruturas apenas no caso das Autarquias Locais e Empresas Municipais e conforme legislação em vigor. Nestes casos é aplicada uma redução de 20% na taxa de comparticipação.

Dotação Orçamental

A dotação orçamental prevista para a intervenção é de 300 000 EUR de Despesa Pública, a que corresponde 255 000 EUR de FEADER e 45 000 EUR de ORAA.

Indicadores de realização

O.22 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em infraestruturas =>

Meta: 18

O.23 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio em investimento não produtivo fora da exploração => Meta: 18

Indicadores de resultado

R.41PR Interligar a Europa rural: Percentagem da população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC => Meta: 70%

Critérios de seleção

Articulação com os objetivos da EDL

São valorizados os pedidos de apoio de acordo com o grau de articulação com os objetivos definidos na EDL.

Grau de articulação com outros setores

É valorizada a articulação do pedido de apoio com outros setores de atividade considerados relevantes/prioritários na EDL, nomeadamente agricultura e florestas, turismo, gastronomia, património.

Grau de saturação

É avaliada a existência no território (freguesia), de empresas que disponibilizem serviços iguais ou similares aos apresentados no pedido de apoio

Contributo para a promoção e divulgação da cultura local

O pedido de apoio é valorizado de acordo com os seguintes critérios:

- É património edificado com relevância histórica
- Tem Interligação de tradições, folclore, gastronomia, artesanato
- Contribui para o Turismo Cultural

Contributo para a sustentabilidade ambiental

Pretende-se valorizar os pedidos de apoio de acordo com o seu contributo para a sustentabilidade ambiental, através do uso inteligente dos recursos e da adoção de tecnologias verdes, nomeadamente utilizando equipamentos que contribuam para aumentar a eficiência energética.

F. Ficha de caracterização da tipologia E.16.1.6 - Transição para uma sociedade mais verde

Breve Descrição

O artigo 73.º do REGULAMENTO (UE) 2021/2115 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, define a tipologia de intervenção “Investimentos”, que permite conceder apoio em caso de investimentos corpóreos e/ou incorpóreos que contribuam para a realização dos objetivos específico da Política Agrícola Comum (PAC).

Esta intervenção pretende responder aos objetivos e necessidades do PEPAC Açores que a seguir se identificam:

Objetivos:

OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.

Necessidades:

PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado,

PTOE8N2 – Incentivar a bioeconomia e economia circular

PTOE9N1 – Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar

AOE8N9 – Incentivar a prática de atividades em áreas florestais de recreio

A RAA tem um vasto património natural, caracterizado por ecossistemas de elevado valor ambiental e biodiversidade assinalável que urge preservar.

Com esta intervenção pretende-se apoiar projetos que tenham como objetivo a sensibilização ambiental, e que incluam ações/atividades que promovam a proteção e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

Dada a utilização excessiva dos combustíveis fósseis e as alterações climáticas que se fazem sentir é cada vez mais urgente a implementação de medidas de mitigação das mesmas, pelo que se pretende apoiar nesta intervenção projetos que contribuam para a sustentabilidade e transição ambiental per si ou associada ao lazer.

Assim, pretende-se apoiar investimentos focados na transição para práticas sustentáveis, que optem por equipamentos (incluindo amovíveis) amigos do ambiente – infraestruturas verdes – em detrimento de construções com recursos não renováveis (areia, brita, etc.);

Pretende-se ainda apoiar investimentos que contribuam para a transição energética - energias renováveis e eficiência energética - que, para além de reduzirem o impacto ambiental, permitem contribuir para a eficiência económica.

Objetivos Específicos

- ✓ Melhorar a atratividade dos territórios;
- ✓ Promover a transição energética e um espaço rural mais amigo do ambiente;
- ✓ Reforçar a rede de equipamentos e respostas verdes;
- ✓ Promover a preservação e conservação da biodiversidade dos recursos naturais existentes
- ✓ Promover a sustentabilidade ambiental;
- ✓ Fomentar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tipologia de projetos

- ✓ Aquisição de máquinas e equipamentos de promoção da transição verde e/ou energética;
- ✓ Construção de infraestruturas verdes;
- ✓ Eventos de sensibilização e capacitação.

Investimentos não elegíveis

Não aplicável.

Beneficiários

- ✓ Autarquias locais: câmaras municipais e juntas de freguesia;
- ✓ Empresas municipais;
- ✓ Entidades coletivas sem fins lucrativos;
- ✓ Entidades singulares ou coletivas com fins lucrativos.

Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores:

- ✓ Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (curso);
- ✓ Um beneficiário com um pedido de apoio aprovada nesta tipologia de intervenção só poderá apresentar nova candidatura quando se verificar a submissão do último pedido de pagamento dessa operação.

Critérios de elegibilidade das operações

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores:

- ✓ Os pedidos de apoio estão limitados a 20 000 EUR de investimento elegível.

Despesas Elegíveis

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser publicada pela Autoridade de Gestão do PEPAC Açores, as despesas elegíveis são as seguintes:

- ✓ Obras para o desenvolvimento de infraestruturas verdes;
- ✓ Máquinas e equipamentos para o apetrechamento de infraestruturas verdes;
- ✓ Aquisição de serviços e alugueres de carácter geral;
- ✓ Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total elegível, sendo que cada despesa *per si* não pode ultrapassar 3 000 EUR e 2 000 EUR para o caso de apoio à preparação e acompanhamento da candidatura;

- ✓ Aquisição de sistemas de energia para consumo próprio, no âmbito do investimento, utilizando fontes renováveis de energia.

Despesas não elegíveis

Sem prejuízo do disposto na legislação a ser elaborada pela Autoridade de Gestão do PEPAC, as despesas não elegíveis são as seguintes:

- ✓ Aquisição de imóveis;
- ✓ Aquisição de viaturas;
- ✓ Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões;
- ✓ Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações;
- ✓ Constituição de garantias;
- ✓ Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);
- ✓ Bens em estado de uso;
- ✓ Juros da dívida;
- ✓ Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro;
- ✓ Consumíveis.

Principais resultados a alcançar

- ✓ Melhoramento da atratividade das zonas rurais;
- ✓ Contributo para uma economia (sociedade) hipocarbónica e circular.

Forma, nível e limites de apoio

Os apoios previstos, assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional.

As taxas de apoio são:

- ✓ 50 % para pessoas singulares ou coletivas com fins lucrativos
- ✓ 80% para pessoas coletivas sem fins lucrativos e câmaras e empresas municipais
- ✓ 100% para as juntas de freguesia

A concessão dos apoios no âmbito desta portaria respeita o estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis.

Salvuarda-se a possibilidade de concessão da exploração das infra estruturas apenas no caso das Autarquias Locais e Empresas Municipais e conforme legislação em vigor. Nestes casos é aplicada uma redução de 20% na taxa de comparticipação.

Dotação Orçamental

A dotação orçamental prevista para a intervenção é de 200 000 EUR de Despesa Pública, a que corresponde 170 000 EUR de FEADER e 30 000 EURORAA.

Indicadores de realização

O.22 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em infraestruturas =>

Meta:

O.23 Número de operações ou de unidades que beneficiam de apoio a investimento em não produtivo fora da exploração

Indicadores de resultado

R.41PR Interligar a Europa rural: Percentagem da população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC

Critérios de seleção

Articulação com os objetivos da EDL

São valorizados os pedidos de apoio de acordo com o grau de articulação com os objetivos definidos na EDL.

Grau de articulação com outros setores

É valorizada a articulação do pedido de apoio com outros setores de atividade considerados relevantes/prioritários na EDL, nomeadamente agricultura e florestas, turismo, gastronomia, património.

Grau de saturação

É avaliada a existência no território (freguesia), de empresas que disponibilizem serviços iguais ou similares aos apresentados no pedido de apoio.

Inovação

Os pedidos de apoio são valorizados de acordo com o seu grau de inovação, ao nível do produto ou processo produtivo, nomeadamente aqueles que utilizem no seu processo produtivo tecnologias verdes e a economia circular.

5.2. Plano de financiamento

Quadro 28. Plano Financeiro por Intervenções, Anos e Fontes de Financiamento para o período de 2024 -2027

INTERVENÇÕES	DESPESA PÚBLICA		FEADER	ORAA	DESPESA PRIVADA	IT
	EUROS	%				
I	1 220 826,23	48,43	1 037 702,30	183 123,93	485 000,00	1 705 826,23
E.16.1.1	150 000,00	5,95	127 500,00	22 500,00	0,00	150 000,00
2024	150 000,00		127 500,00	22 500,00	0,00	150 000,00
2025	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
E.16.1.2	1 070 826,23	42,48	910 202,30	160 623,93	485 000,00	1 555 826,23
2024	600 000,00		510 000,00	90 000,00	300 000,00	900 000,00
2025	300 000,00		255 000,00	45 000,00	100 000,00	400 000,00
2026	170 826,23		145 202,30	25 623,93	85 000,00	255 826,23
2027	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
II	800 000,00	31,74	680 000,00	120 000,00	80 000,00	880 000,00
E.16.1.3	400 000,00	15,87	340 000,00	60 000,00	40 000,00	440 000,00
2024	250 000,00		212 500,00	37 500,00	25 000,00	275 000,00
2025	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
2026	150 000,00		127 500,00	22 500,00	15 000,00	165 000,00
2027	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
E.16.1.4	400 000,00	15,87	340 000,00	60 000,00	40 000,00	440 000,00
2024	300 000,00		255 000,00	45 000,00	30 000,00	330 000,00
2025	100 000,00		85 000,00	15 000,00	10 000,00	110 000,00
2026	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
III	500 000,00	19,83	425 000,00	75 000,00	50 000,00	550 000,00
E.16.1.5	300 000,00	11,90	255 000,00	45 000,00	30 000,00	330 000,00
2024	200 000,00		170 000,00	30 000,00	20 000,00	220 000,00
2025	100 000,00		85 000,00	15 000,00	10 000,00	110 000,00
2026	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
E.16.1.6	200 000,00	7,93	170 000,00	30 000,00	20 000,00	220 000,00
2024	200 000,00		170 000,00	30 000,00	20 000,00	220 000,00
2025	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 520 826,23	100,00	2 142 702,30	378 123,93	615 000,00	3 135 826,23

Quadro 29 - ANEXO I da Orientação - PLANO DE FINANCIAMENTO - Previsão de despesa pública necessária por sub-intervenções e anos

Ano	Sub-Intervenções		Despesa pública (euros)			Despesa privada (euros)	Despesa total (euros)
	Código	Denominação	ORAA	FEADER	Total		
2023	E.16.1	Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	E.16.2	Atividades de cooperação entre grupos de ação local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	E.16.3	Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	E.16.1	Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local	255 000,00	1 445 000,00	1 700 000,00	395 000,00	2 095 000,00
	E.16.2	Atividades de cooperação entre grupos de ação local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	E.16.3	Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local	11 816,37	66 959,45	78 775,82	0,00	78 775,82
	Total		266 816,37	1 511 959,45	1 778 775,82	395 000,00	2 173 775,82
2025	E.16.1	Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local	75 000,00	425 000,00	500 000,00	20 000,00	520 000,00
	E.16.2	Atividades de cooperação entre grupos de ação local	9 476,21	53 698,53	63 174,74	0,00	63 174,74
	E.16.3	Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local	23 632,74	133 918,86	157 551,60	0,00	157 551,60
	Total		108 108,95	612 617,39	720 726,34	20 000,00	740 726,34
2026	E.16.1	Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local	48 123,93	272 702,30	320 826,23	100 000,00	420 826,23

	E.16.2	Atividades de cooperação entre grupos de ação local	9 476,21	53 698,53	63 174,74	0,00	63 174,74
	E.16.3	Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local	23 632,74	133 918,86	157 551,60	0,00	157 551,60
	Total		81 232,89	460 319,68	541 552,57	100 000,00	641 552,57
2027	E.16.1	Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	E.16.2	Atividades de cooperação entre grupos de ação local	9 476,21	53 698,52	63 174,73	0,00	63 174,73
	E.16.3	Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local	23 632,74	133 918,86	157 551,60	0,00	157 551,60
	Total		33 108,95	187 617,38	220 726,33	0,00	220 726,33
2028	E.16.1	Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	E.16.2	Atividades de cooperação entre grupos de ação local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	E.16.3	Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local	11 816,37	66 959,45	78 775,82	0,00	78 775,82
	Total		11 816,37	66 959,45	78 775,82	0,00	78 775,82
2029	E.16.1	Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	E.16.2	Atividades de cooperação entre grupos de ação local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	E.16.3	Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 30 - ANEXO II da orientação - PLANO DE AÇÃO DA EDL – Objetivos

Código	Descrição	OE do PEPAC relacionados	Necessidades PEPAC	Necessidades locais (resultado da própria EDL)	Tipo investimento	Tipo de beneficiário	% Ajuda	Ajuda máxima (euros)	Previsão Despesa Pública (euros)
E.16.1.1	Prémio à instalação de empresas rurais Prémio a fundo perdido para o arranque das empresas, em zonas rurais de forma a contribuir para a fixação de jovens e para a diminuição da taxa de desemprego nas zonas rurais e a desertificação do meio rural	OE7 Atrair e apoiar os jovens agricultores e outros novos agricultores e facilitar o desenvolvimento sustentável das empresas nas zonas rurais OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável	PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado AOE2N5 – Incrementar os apoios à produção de produtos regionais AOE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais: instalação de empresas e serviços essenciais AOE8N1 – Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes, incentivando a criação de emprego	Aumentar os níveis de empregabilidade; Aumentar o investimento e dinâmica económica; Contribuir para a diversificação de atividades nas explorações agrícolas;	Criação de empresas rurais em determinados setores de atividade, que se mostram essenciais para o desenvolvimento dos territórios rurais	Pessoas singulares com idade igual ou inferior a 40 anos, com a escolaridade mínima obrigatória; Desempregados de longa duração (período superior a 12 meses); Pessoas coletivas, cujo/s sócio/s cumpram os requisitos supra mencionados nos pontos anteriores	Prémio	10.000	150.000
E.16.1.2	Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural Apoiar investimentos nos diversos setores de atividade, indústria, comércio, turismo, serviços, outras consideradas relevantes nas EDL, de forma a permitir melhorar a competitividade das	OE2 Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade das explorações agrícolas, tanto a curto como a longo prazo, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização OE7 Atrair e apoiar os jovens agricultores e outros novos agricultores e facilitar o desenvolvimento sustentável das empresas nas zonas rurais	PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado PTOE8N2 – Incentivar a bioeconomia e economia circular PTOE9N1 – Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar	Aumentar os níveis de empregabilidade; Aumentar o investimento e dinâmica económica; Melhorar a viabilidade e competitividade dos negócios existentes; Dinamizar o território para a oferta turística;	Desenvolvimento de atividades complementares à agricultura nas explorações agrícolas, incluindo áreas como por ex. a animação turística; atividades pedagógicas; atividades artesanais. Criação de novas empresas ou desenvolvimento das empresas existentes, incluindo, entre outras atividades, pequenas indústrias agroalimentares; restauração; animação turística; serviços.	Micro e pequenas empresas Entidades coletivas sem fins lucrativos com exploração de atividades produtivas	50% ou 70%	70.000	1.070.823

Código	Descrição	OE do PEPAC relacionados	Necessidades PEPAC	Necessidades locais (resultado da própria EDL)	Tipo investimento	Tipo de beneficiário	% Ajuda	Ajuda máxima (euros)	Previsão Despesa Pública (euros)
	empresas, criar emprego e com a introdução de novas tecnologias e processo de produção contribuir para a sustentabilidade ambiental e atenuação das alterações climáticas	OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.	AOE2N5 – Incrementar os apoios à produção de produtos regionais AOE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais: instalação de empresas e serviços essenciais AOE8N1 – Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes, incentivando a criação de emprego	Contribuir para a diversificação de atividades nas explorações agrícolas; Contribuir para o aumento da produção de energia a partir de recursos renováveis.	Desenvolvimento do empreendedorismo social com a criação de novas empresas ou desenvolvimento das empresas existentes na área da economia social.				
E.16.1.3	Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base Apoiar investimentos na gestão e oferta sustentável de infraestruturas e serviços básicos de apoio à população	OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.	PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado, PTOE8N2 – Incentivar a bioeconomia e economia circular PTOE9N1 – Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar AOE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais: instalação de empresas e serviços essenciais AOE8N4 – Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural AOE8N9 – Incentivar a prática de atividades em áreas florestais de recreio	Melhorar a atratividade e dinamizar o território para a oferta turística; Densificar os serviços de base e de proximidade para a população rural; Contribuir para o aumento da produção de energia a partir de recursos renováveis.	Criação de infraestruturas relacionadas com respostas turísticas e de lazer; Criação de infraestruturas que criem melhores condições estruturais e funcionais para a fixação das empresas e da população; Pontos de acesso à internet; Projetos “Smart rural”: soluções inteligentes para resolver problemas locais; Apoio a infraestruturas relacionadas com cadeias de abastecimento curtas e mercados locais; Bancos de ajudas técnicas; Outros serviços à população que não sejam respostas sociais previstas na Carta Social da RAA; Transição energética (energias renováveis, eficiência energética); Mobilidade sustentável de pessoas e bens;	Autarquias locais: câmaras municipais e juntas de freguesia Empresas municipais Pessoas coletivas sem fins lucrativos	80% ou 100%	50.000	400.000

Código	Descrição	OE do PEPAC relacionados	Necessidades PEPAC	Necessidades locais (resultado da própria EDL)	Tipo investimento	Tipo de beneficiário	% Ajuda	Ajuda máxima (euros)	Previsão Despesa Pública (euros)
					Criação de infraestruturas de economia social e de valorização de saberes e ofícios tradicionais.				
E.16.1.4	<p>Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social</p> <p>Apoiar investimento que contribua para promover a inclusão social - apoio a respostas sociais existentes ou a criar conforme previsto na Carta Social da RAA</p>	OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.	<p>PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado,</p> <p>AOE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais: instalação de empresas e serviços essenciais</p> <p>PTOE9N1 – Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar</p>	Densificar os serviços de base e de proximidade para a população rural; Melhorar os serviços de promoção da inclusão social; Contribuir para o aumento da produção de energia a partir de recursos renováveis	Dinamização de serviços de apoio social de proximidade e/ou itinerante; Criação de serviços de apoio a idosos, deficientes e grupos desfavorecidos; Criação de serviços de apoio à infância e a jovens.	Instituições Particulares de Solidariedade Social Autarquias locais: câmaras municipais e juntas de freguesia	100%	50.000	400.000
E.16.1.5	<p>Preservação, valorização e/ou dinamização do património</p> <p>Projetos de recuperação e valorização do património físico nos mais diversos aspetos, desde a criação de museus e centros interpretativos à recuperação e melhoramento de instalações que permitem a valorização do património cultural (casas do povo, sociedades filarmónicas, grupos de folclore, impérios e mesmo as suas dispensas), assim como o</p>	OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.	<p>PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado,</p> <p>AOE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais: instalação de empresas e serviços essenciais</p> <p>AOE8N2 – Valorizar a cultura, os recursos regionais e promover abordagens de desenvolvimento local integrado</p> <p>AOE8N4 – Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural</p>	Contribuir para a conservação e valorização do património rural; Contribuir para a preservação do património cultural;	Criação de museus e centros interpretativos; Recuperação, melhoramento e apetrechamento de zonas sociais para a realização de atividades culturais (cozinha, palco, salas de espetáculo) nas instalações das instituições com papel relevante na manutenção de práticas e tradições locais (Casas do Povo, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Impérios/Irmandades religiosas); Refuncionalização de edifícios tradicionais para atividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional; Recuperação, preservação e valorização do património arquitetónico tradicional inserido no meio rural edificado;	Autarquias locais: câmaras municipais e juntas de freguesia Entidade coletivas sem fins lucrativos	80% Ou 100%	20.000	300.000

Código	Descrição	OE do PEPAC relacionados	Necessidades PEPAC	Necessidades locais (resultado da própria EDL)	Tipo investimento	Tipo de beneficiário	% Ajuda	Ajuda máxima (euros)	Previsão Despesa Pública (euros)
	melhoramento e valorização das instalações da instituições e/ou organismos que se dedicam à preservação do património.				Eventos de valorização e promoção do património; Registos videográficos, fonográficos e literários (formato papel e /ou digital) associados ao património cultural ; Aquisição de fardamento/trajes/instrumentos destinados a grupos musicais e/ou etnográficos.				
E.16.1.6	Transição para uma sociedade mais verde Apoiar projetos de sensibilização ambiental, projetos que contribuam para a sustentabilidade e transição ambiental per si ou associada ao lazer; investimentos focados na transição para práticas sustentáveis, que optem por equipamentos amigos do ambiente – infraestruturas verdes; investimentos que contribuam para a transição energética - energias renováveis e eficiência energética - que, para além de reduzirem o impacto ambiental, permitem contribuir para a eficiência económica.	OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.	PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado, PTOE8N2 – Incentivar a bioeconomia e economia circular PTOE9N1 – Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar AOE8N9 – Incentivar a prática de atividades em áreas florestais de recreio	Melhorar a atratividade e dinamizar o território para a oferta turística; Contribuir para o aumento da produção de energia a partir de recursos renováveis	Aquisição de equipamentos de promoção da transição verde e/ou energética; Construção e renovação de infraestruturas lúdicas/lazer (parques de campismo, zonas de lazer, parques desportivos, zonas balneares, trilhos pedestres, passadiços, parques de arborismo, entre outros; Soluções de mobilidade elétrica; Aquisição de equipamentos de apoio à sustentabilidade ambiental.	Autarquias locais: câmaras municipais e juntas de freguesia Empresas municipais Entidades coletivas sem fins lucrativos Entidades singulares ou coletivas com fins lucrativos	50% 80% Ou 100%	20.000	200.000

Quadro 31 - ANEXO III da orientação - PLANO DE AÇÃO – Indicadores obrigatórios

Código	Descrição	INDICADORES RESULTADO GERAIS (obrigatórios)								
		Nº projetos			Despesa pública total (euros)			Despesa total (euros)		
		Total	Promotor público	Promotor privado	Total	Promotor público	Promotor privado	Total	Promotor público	Promotor privado
R.15	Energia renovável	2	0	2	35 000	0	35 000	50 000	0	50 000
R.37	Novos empregos	20	0	20	1 070 826		1 070 826	1 555 826	0	1 555 826
R.38	Percentagem da população rural abrangida por estratégias de desenvolvimento local	85	45	40	2 520 826	1100 026	1420 826	3 135 826	1 30 101	2 105 725
R.39	Empresas	37	0	37	1 220 826	0	1 220 826	1 705 826	0	1 705 826
R.40	Transição inteligente	1	1	0	50 000	50 000	0	50 000	0	50 000
R.41	Conexão da Europa rural	48	28	20	1 300 000	758 333	541 667	1 430 000	834 166	595 834
R.42	Promoção da Inclusão social	10	1	9	400 000	40 000	360 000	440 000	60 000	380 000

Quadro 32 - Tabela previsão PEPAC RAA LEADER

Intervenções	Indicador	Valor	
Geral	Superfície coberta pelo GAL	461,00 Km ²	
	População coberta pelo GAL	57 324 habitantes	
Implementação de operações conforme a estratégia de desenvolvimento local. (Projetos de promotores públicos/privados)	Nº de projetos apoiados	Produtivos:	40
		Não produtivos:	45
	Nº de promotores de projetos	Públicos:	45
		Privados:	40
	Despesa Pública (euros)	Produtivos:	1.220.826
		Não produtivos:	1.300.000
		Públicos:	700.000
		Privados:	1.820.826
	Nº de empregos criados:	20	
	Nº de empregos mantidos ou consolidados:	NS*	
Atividades de cooperação dos grupos de ação local	Nº de projetos de cooperação:	4	
	Despesa Pública (euros):	189.524	
	Nº de grupos envolvidos em projetos de cooperação	12	
Custos de funcionamento e animação dos grupos de ação local	Nº de ações de animação	8	
	Nº de ações de formação interna	4	
	Despesa Pública (euros):	630.207	

* É impossível nesta fase apurar quais os postos de trabalho existentes nas empresas que se vão candidatar e cujos projetos podem ajudar a manter e consolidar. Também não existe histórico com este indicador.

5.3. Disposições para gestão, acompanhamento e avaliação da EDL

Em matéria de gestão de fundos estruturais o GAL GRATER, constituído em 1995, tem a experiência da gestão dos programas de Iniciativa Comunitária LEADER II e LEADER + e gestão intermediária do eixo 3 do PRORURAL e da submedida 19.2 do PRORURAL+, para a sua Zona de Intervenção, ilhas Terceira e Graciosa.

No LEADER II a GRATER teve uma taxa de execução bastante satisfatória de 98%, onde foram apoiados 237 projetos com um montante de investimento aprovado de 4.494.612,98€. Criaram-se 25 novas empresas e 105 postos de trabalho, 61 masculinos e 44 femininos.

No que se refere ao LEADER +, foram aprovados 160 projetos para um valor de investimento de 6.293.921,38€. Criaram-se 27 novas empresas e 70 postos de trabalho, 29 masculinos e 41 femininos.

Relativamente ao Eixo 3 do PRORURAL pode-se apurar com dados do relatório de execução final, 98 projetos aprovados para um valor de investimento de 7.312.397,85€. Criaram-se 21 novas empresas e 76 postos de trabalho, 27 masculinos e 49 femininos.

Taxa de compromisso 93% e de execução de 95%.

Finalmente e com a submedida 19.2 do PRORURAL+ ainda a ser executada, estima-se aprovar 127 projetos com um investimento de aproximadamente 7 milhões de euros. Prevê-se a criação de 15 novas empresas e 48 postos de trabalho.

No último período de programação a GRATER foi também entidade gestora de uma parceria GAL Pescas. Numa primeira experiência quer para o Governo dos Açores quer para o GAL, e sendo que apenas iniciámos a aprovação de projetos em 2019, os resultados são relevantes. Foram apoiados 28 projetos com um investimento de 737.645 euros.

A estrutura de gestão do programa é constituída pela Assembleia-geral, pelo Conselho de Administração e pela Equipa Técnica Local.

A Assembleia-geral da GRATER composta pelos membros que formam o GAL é o órgão de supervisão geral a quem compete:

- Eleger ou destituir os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre a admissão, suspensão e exclusão de associados;
- Fixar os valores da joia, quotas e demais encargos e respetiva periodicidade, a pagar pelos associados;
- Deliberar sobre a criação de delegações ou outras formas de representação;

- Aprovar e alterar os estatutos e os regulamentos internos;
- Definir e aprovar uma Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) que reflita as necessidades e as potencialidades do território;
- Assegurar a participação efetiva dos parceiros na execução dessa estratégia;
- Identificar e desenvolver as iniciativas que valorizem os recursos endógenos e criem emprego;
- Acompanhar a execução da EDL e, se necessário, proceder a ajustamentos nesta de forma a alcançar os objetivos propostos;
- Aprovar planos de atividade, orçamentos e relatórios de gestão e contas anuais;
- Exercer os demais poderes conferidos por lei e pelos estatutos ou outros que não sejam da competência exclusiva dos outros órgãos.

Ao presidente da mesa da Assembleia Geral compete convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia Geral e promover bianualmente a eleição dos titulares dos corpos sociais sendo substituído pelo vice-presidente nas suas faltas e impedimentos.

Ao secretário da mesa da Assembleia Geral compete elaborar as atas das sessões e substituir o vice-presidente nas suas faltas e impedimentos.

O Conselho de Administração é o órgão executivo responsável pela coordenação geral e concretização do programa e tem as seguintes competências e atribuições como Órgão Intermediário de Gestão do Programa:

- Elaborar com a ETL a Estratégia de Desenvolvimento Local a submeter à aprovação da AG, além de outros organismos externos;
- Coordenar juntamente com a Equipa Técnica Local a realização das ações que constituem o programa e a sua promoção e divulgação;
- Garantir de forma eficiente e eficaz a dinamização e gestão da estratégia apresentada;
- Pronunciar-se e deliberar sobre as candidaturas apresentadas, com base nas normas aprovadas em AG e na demais legislação em vigor;
- Acompanhar a execução da EDL, analisar os resultados da aplicação dos apoios concedidos e tomar as medidas adequadas à realização dos seus objetivos;
- Garantir a responsabilidade administrativa e financeira no âmbito do funcionamento do GAL e da gestão dos fundos públicos envolvidos;
- Acompanhar a execução do programa e analisar os resultados da aplicação da sua estratégia e aprovar os relatórios anuais de execução;
- Garantir a representação do GAL junto das autoridades regionais, nacionais e comunitárias;
- Elaborar em conjunto com a equipa técnica o plano de atividades e orçamento e o relatório de gestão e contas;

A Equipa Técnica Local é o órgão de acompanhamento, coordenação e concretização do Plano de Atividades, na dependência do Órgão de Gestão (CA), definido e aprovado em Assembleia Geral, nomeadamente a implementação da estratégia local de desenvolvimento.

A ETL é constituída por 2 departamentos: o técnico e o administrativo, sendo que este último é acumulável às funções do primeiro.

Departamento Técnico:

As competências do departamento técnico são indissociáveis das definidas para a própria GRATER. Trata-se de programar, orientar, apoiar e acompanhar iniciativas e projetos no âmbito do LEADER. Assim, os técnicos, que estarão envolvidos a tempo inteiro, terão como atribuições específicas as seguintes:

- Elaborar, acompanhar, analisar e avaliar a EDL;
- Promover, divulgar e gerir financeiramente o programa;
- Analisar e dar parecer aos projetos candidatos;
- Analisar e verificar pedidos de pagamento dos projetos aprovados;
- Fazer o acompanhamento técnico e físico dos projetos aprovados;
- Identificar situações, problemas ou potencialidade suscetíveis de justificar a aplicação de uma ação;
- Elaborar relatórios de execução;
- Avaliar o impacto do programa;
- Dinamizar o lançamento de iniciativas relativas à EDL, Plano de Cooperação e Plano de Comunicação e Animação do Território.
- Propor ao Conselho de Administração sugestões de alteração do regulamento interno ou normas de procedimento específicas
- Outras tarefas que se venham a mostrar necessárias no âmbito do LEADER.

É constituído por um coordenador que exerce também as funções de técnico superior de desenvolvimento, um técnico superior de desenvolvimento e 2 técnicos de desenvolvimento sendo que um deles acumula também as funções administrativas.

Departamento administrativo:

Tem como objetivo organizar toda a secção administrativa, contabilística e toda a informação inerente ao desenvolvimento das atividades da Associação. O departamento administrativo tem por funções e competências:

- Gestão de correspondência;
- Organizar reuniões e outros encontros;
- Secretariar e elaborar as atas das reuniões;
- Organizar o arquivo da associação;

- Organizar a contabilidade;
- Preparar processos de reembolsos;
- Informatizar cartas e outros documentos;
- Assegurar e organizar os serviços prestados pela associação aos associados e à população em geral.

Estas funções são desempenhadas por uma técnica de desenvolvimento que assegura diariamente o serviço de expediente, participa no acompanhamento das candidaturas, analisa e verifica pedidos de pagamento e organiza todo o tipo de ações de animação / divulgação.

Funções e competências contabilísticas:

Estas funções são atribuídas a uma empresa contratada, que presta serviços à Associação, sob a orientação do departamento técnico:

- Manter a contabilidade organizada;
- Responder aos compromissos fiscais;
- Participar nas Assembleias-gerais para efeitos de apresentação de contas e esclarecimentos contabilísticos.

As entidades que se candidatam aos apoios devem observar certos requisitos e os projetos candidatos devem satisfazer certas condições impostas por legislação comunitária, nacional e regional.

A apresentação dos projetos de apoio é efetuada na sequência da abertura de concurso, de acordo com o plano estabelecido, o qual é divulgado no sítio de internet da GRATER <http://www.grater.pt>; no portal do Governo específico para o programa, e no portal do Portugal 2030, em <https://balcaofundosue.pt>.

A abertura de concurso é divulgada pela GRATER, com 5 (cinco) dias de antecedência relativamente à data da publicação do aviso, nos sítios indicados em cima e ainda num órgão de comunicação social.

Os avisos de abertura indicam, obrigatoriamente, o seguinte:

- a) A dotação orçamental a atribuir;
- b) O prazo para apresentação dos pedidos de apoio;
- c) Os critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas e ponderação, bem como a pontuação mínima para seleção;
- d) Os contatos, onde podem ser obtidas informações adicionais

Podem ainda indicar adicionalmente:

- a) Os objetivos e as prioridades visadas;
- b) A área geográfica elegível;

c) As operações a apoiar;

d) As regras e os limites à elegibilidade dos investimentos ou da despesa, designadamente através da identificação dos investimentos ou das despesas não elegíveis e o montante máximo de investimento.

A apresentação é efetuada por via eletrónica, no sistema de informação.

Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (concurso).

Considera-se a data de submissão eletrónica do formulário como a data de apresentação do pedido de apoio.

Com a submissão eletrónica do formulário o beneficiário não necessita de efetuar qualquer entrega em suporte de papel, tanto o formulário como os documentos que acompanham, só são entregues por via eletrónica.

O pedido de apoio depois de submetido eletronicamente é rececionado pelo OIG que o distribui com vista à sua análise.

Quando a distribuição é efetuada, é criado, automaticamente, no Sistema de Gestão Documental da GRATER, uma distribuição.

Quando o projeto é distribuído aos técnicos, estes devem proceder à realização de todos os controlos administrativos, incluindo os decorrentes da contratação pública, controlo documental, verificação da elegibilidade do beneficiário, da operação, das despesas e da razoabilidade dos custos propostos, de acordo com a respetiva legislação e normas aplicáveis à intervenção em análise, nomeadamente:

- Verificação das condições de acesso e de que o processo de candidatura se encontra completo;
- Verificação da atualidade e da validade dos documentos que constituem o processo;
- Verificação do cumprimento das disposições legais em vigor;
- Definição das despesas elegíveis e respetivas taxas de participação;
- Procurar suprir as deficiências dos processos de candidatura, sempre que os elementos apresentados pelo promotor o permitam;
- Enviar, quando a dimensão e complexidade do projeto o justifique, o processo devidamente informado aos organismos competentes, tendo em vista a emissão por estes do respetivo parecer;
- Verificação da capacidade orçamental e disponibilidade financeira do programa;
- Verificação da viabilidade económica ou social do projeto, nos casos aplicáveis;
- Verificação dos processos de contratação pública, quando aplicável;
- Verificação do controlo cruzado, quando aplicável;
- Verificação da capacidade logística, humana e financeira para a implementação do projeto, pelo promotor.

Caso seja necessário, pode ser solicitado esclarecimentos ou documentos adicionais ao beneficiário, constituindo a falta de entrega dos mesmos ou a ausência de resposta, fundamento para a não aprovação da candidatura.

As solicitações aos beneficiários serão efetuadas preferencialmente por correio eletrónico.

Até à receção da resposta do beneficiário ou término do prazo concedido, é interrompido o prazo previsto para aprovação das candidaturas.

Qualquer solicitação ao beneficiário deverá ser efetuada de acordo com o código do procedimento administrativo, devendo preferencialmente ser efetuada apenas uma.

A falta de documentos e/ou deficiente preenchimento do formulário do PI, bem como o não cumprimento dos critérios de elegibilidade, constitui fundamento para a não aprovação da candidatura.

Os projetos que reunirem as condições de acesso são posteriormente sujeitos a um processo de apreciação e seleção de acordo com os critérios específicos.

Após a análise e aplicação dos critérios de seleção, os pedidos de apoio com proposta de parecer favorável, apresentados num determinado concurso, serão hierarquizados de acordo com a pontuação obtida por ordem decrescente.

É emitido um parecer técnico e uma proposta de decisão devidamente fundamentada, sendo esta enviada ao OIG.

São selecionados para decisão os pedidos que cumpram as condições de elegibilidade e atinjam a pontuação mínima prevista nos critérios de seleção.

Antes de ser adotada a decisão final, os beneficiários são ouvidos, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, designadamente quanto aos critérios de seleção e quando há eventual intenção de indeferimento, total ou parcial, e respetivos fundamentos.

Os beneficiários serão notificados preferencialmente por correio eletrónico.

Concluídos os prazos previstos para a audiência prévia, as respostas serão analisadas e caso se justifique as propostas de parecer podem ser modificadas.

Após esta análise as candidaturas, com proposta de parecer favorável, serão hierarquizadas de acordo com a pontuação obtida na aplicação dos critérios de seleção.

Caso se verifiquem restrições orçamentais, os projetos não aprovados no concurso poderão transitar para o aviso seguinte, após anuência do beneficiário. Isto é, o beneficiário pode optar por deixar ficar a sua candidatura que será analisada com o bloco de candidaturas que entrarem no aviso seguinte ou pode retirar e colocar nova candidatura com as melhorias e alterações que achar convenientes.

Após a receção do parecer técnico e da proposta de decisão mencionados no número anterior, o Órgão de Gestão do GAL, decide sobre os pedidos de apoio, no prazo regulamentar.

Este órgão reúne ordinariamente, pelo menos, com uma periodicidade mensal. Estas reuniões são objeto de uma convocatória contendo, nomeadamente, a ordem de trabalhos e a lista das candidaturas a apreciar.

Para a aprovação dos projetos, o OIG deverá ter em consideração: o enquadramento dos projetos na ELD, a capacidade orçamental e a disponibilidade financeira do programa, o parecer da ETL, a pontuação obtida pelos critérios de apreciação e seleção, bem como todos os critérios que promovam a adequada execução do Programa, nomeadamente o desenvolvimento integrado do território de intervenção.

A aprovação em OIG depende da maioria simples dos votos expressos, dos elementos presentes no mínimo de 3, sendo a constituição desse quórum maioritariamente composta por representantes de entidades privadas.

As deliberações do OIG quanto aos projetos candidatos serão devidamente fundamentadas e registadas em ata de reunião, contendo as declarações de voto eventualmente apresentadas; sendo os respetivos promotores notificados por escrito do teor e das bases de decisão.

Os pedidos de apoio em que o beneficiário seja um parceiro do GAL e membro do Órgão de Gestão, são aprovados sem a participação do parceiro em causa.

Qualquer candidatura que tenha sido reprovada pode vir a ser reformulada e apresentada em novo aviso, devendo, para tal, o seu beneficiário, instruir novo processo.

Todo o processo será descrito pormenorizadamente em norma de procedimentos interna. Será também elaborado pela GRATER um Manual de Apoio ao Beneficiário que pretende ser um documento explicativo de todo o processo, desde a instrução da candidatura, à execução e conclusão da mesma e que será sempre acompanhado pelas Fichas de caracterização das Intervenções da Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER.

A ação da GRATER em termos de acompanhamento e controlo partirá do princípio de que as entidades que venham a beneficiar dos auxílios previstos ficam sujeitas à verificação da sua utilização.

Será disponibilizada informação aos potenciais promotores para que seja cumprida toda a legislação e normas em vigor através de um manual de apoio ao beneficiário.

Compete à GRATER, através do seu corpo técnico, acompanhar e fiscalizar a realização de todos os projetos de investimento e o cumprimento das obrigações dos promotores até à sua concretização. Ou seja, compete à GRATER exercer um controlo direto sobre a validade e a adequação das condições exigíveis, das despesas e dos documentos de despesa apresentados pelos promotores.

O sistema de acompanhamento permitirá apoiar os promotores desde o momento que surge a ideia de um possível projeto a ser implementado, passando pela ajuda (prestação de esclarecimentos) na instrução da candidatura até ao momento final de execução do projeto.

O acompanhamento da execução da estratégia integra visitas regulares aos projetos aprovados e que estejam em desenvolvimento, para apreciação da sua execução física de acordo com o processo de candidatura apresentado.

A GRATER manterá dossiers digitais atualizados de cada projeto com todos as componentes relevantes para o controlo.

Relativamente à execução financeira do projeto, os pedidos de pagamento, feitos em formulário próprio, serão acompanhados dos originais de todas as despesas e comprovativos de pagamento e outros documentos contabilísticos solicitados, de acordo com o descrito nas normas da entidade pagadora.

Serão efetuadas verificações a todos os pedidos de pagamento exceto a casos específicos em que tal não é aplicável. Destas resultarão relatórios enriquecidos com fotografias tiradas ao investimento sujeito a verificação.

O sistema de controlo permite verificar se as ações financiadas foram empreendidas de forma correta, prevenir e combater as irregularidades e recuperar os fundos perdidos na sequência de abuso ou negligência.

Ao nível, não dos projetos em particular, mas da execução do programa em geral, compete ainda à GRATER manter atualizado o sistema informático e elaborar relatórios de execução regulares para a um mais eficaz acompanhamento do Programa.

A avaliação da EDL já se encontra descrita no ponto 4.5.

6. Procedimentos de gestão de avisos

A apresentação dos projetos de apoio é efetuada na sequência da abertura de concurso, de acordo com o plano estabelecido, o qual é divulgado no sítio de internet da GRATER <http://www.grater.pt>, página de Facebook e no Portal do Governo Regional e no Balcão dos Fundo <https://bfue-ids.balcaofundosue.pt/>

A abertura de concurso é divulgada pela GRATER, com 5 (cinco) dias de antecedência relativamente à data da publicação do aviso, nos sítios indicados em cima e ainda num ou mais órgãos de comunicação social.

Os avisos de abertura indicam, obrigatoriamente, o seguinte:

- a) A dotação orçamental a atribuir;
- b) O prazo para apresentação dos pedidos de apoio;
- c) Os critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas e ponderação, bem como a pontuação mínima para seleção;
- d) Os contatos, onde podem ser obtidas informações adicionais.

Podem ainda indicar adicionalmente:

- a) Os objetivos e as prioridades visadas;
- b) A área geográfica elegível;
- c) As operações a apoiar;
- d) As regras e os limites à elegibilidade dos investimentos ou da despesa, designadamente através da identificação dos investimentos ou das despesas não elegíveis e o montante máximo de investimento.

Os avisos podem prever dotações específicas para determinadas tipologias de operações a apoiar.

A apresentação é efetuada por via eletrónica, no sistema de informação que será aplicado (doravante designado SI).

6.1. Sistema de priorização de projetos

Os critérios de apreciação e seleção dos projetos serão definidos para cada tipologia de intervenção:

Género

Atribui-se maior pontuação aos pedidos de apoio cujo investimento é promovido por mulheres de modo a proporcionar uma maior igualdade de oportunidades.

Setores de atividade

Serão valorizadas operações os pedidos de apoio que visem investimento nos setores de atividade considerados prioritários nos avisos de abertura dos concursos.

Formação

Pretende-se valorizar os beneficiários de acordo com o seu grau de formação, preferencialmente na área de investimento.

Localização

Pretende-se valorizar os pedidos de apoio que se localizam em zonas mais distantes dos centros urbanos.

Grau de saturação

É avaliada a existência no território (freguesia), de empresas que disponibilizem serviços iguais ou similares aos que resultam do investimento que consta do pedido de apoio submetido.

Articulação com os objetivos da EDL

São valorizados os pedidos de apoio de acordo com o grau de articulação com os objetivos definidos na EDL.

Grau de articulação com outros setores

É valorizada a articulação do pedido de apoio com outros setores de atividade considerados relevantes/prioritários na EDL, nomeadamente agricultura e florestas, turismo, gastronomia, património.

Contributo para a sustentabilidade ambiental

Pretende-se valorizar os pedidos de apoio de acordo com o seu contributo para a sustentabilidade ambiental, através do uso inteligente dos recursos e da adoção de tecnologias verdes, nomeadamente utilizando equipamentos que contribuam para aumentar a eficiência energética.

Capacitação dos agentes económicos

Os pedidos de apoio são valorizados de acordo com o grau de formação dos promotores, pretende-se valorizar as operações que são desenvolvidas por beneficiários com formação e experiência, preferencialmente na área do investimento.

Contributo para a empregabilidade

Pretende-se valorizar operações os pedidos de apoio que contribuam para a criação sustentável de emprego.

Inovação

Os pedidos de apoio são valorizados de acordo com o seu grau de inovação, ao nível do produto ou processo produtivo, nomeadamente aqueles que utilizem no seu processo produtivo tecnologias verdes e a economia circular.

Articulação com os ODS

São valorizados os pedidos de apoio que contribuem, na sua dimensão, para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Intervenção em Áreas prioritárias

São valorizados os projetos enquadrados em áreas prioritárias sinalizadas pelas direções regionais com competência em matérias de solidariedade social e inclusão social, tais como: violência doméstica, sem abrigo, deficiências em adultos.

Taxa de cobertura da resposta social

São valorizados os projetos que aumentam a taxa de cobertura da resposta social.

Acessibilidade e mobilidade

Serão valorizados os projetos com investimento para acessibilidade e mobilidade.

Contributo para a promoção e divulgação da cultura local

O pedido de apoio é valorizado de acordo com os seguintes critérios:

- É património edificado com relevância histórica
- Tem Interligação de tradições, folclore, gastronomia, artesanato

Contribui para o Turismo Cultural

6.2. Procedimentos para resolução de potenciais conflitos de interesse e combates a fraudes na seleção de projetos

Para resolução de potenciais conflitos de interesse e combates a fraudes na seleção de projetos a GRATER adotou um código de ética e conduta o qual segue em documento separado a esta estratégia.

No essencial define para todos os trabalhadores e administradores os princípios que devem ser seguidos, as regras para situações específicas e as minutas necessárias .

Para além destes, a GRATER também pretende assegurar que os colaboradores com responsabilidade na análise dos pedidos de apoio não estarão envolvidos na análise dos pedidos de pagamento, assegurando desta forma uma adequada segregação de funções.

Todos os avisos de abertura de candidaturas serão adequadamente publicitados, em prol dos princípios da transparência e igualdade.

Todas os pedidos de apoio são submetidos e sujeitos a um processo de análise e seleção em conformidade com os procedimentos definidos e aprovados e todas as decisões de aprovação / não aprovação dos pedidos de apoio são registadas em ata e comunicadas aos respetivos beneficiários.

A GRATER também se compromete a cumprir com qualquer código de ética e conduta e estratégia antifraude que venham a ser emitidas pela AG do PEPAC Açore

7. Estratégia de Cooperação

Um pilar orientador das intervenções LEADER relativamente aos territórios rurais portugueses é a valorização destes mesmos territórios e a consolidação do seu tecido económico e social, através do reconhecimento das vantagens da cooperação enquanto instrumento potenciador das suas complementaridades, diversidades e heterogeneidades.

A cooperação é um dos instrumentos disponíveis para facilitar a realização do projeto de desenvolvimento de uma região rural e é enquanto tal que a GRATER pretende utilizá-lo.

Na procura de parceiros será analisada uma ou várias características específicas das regiões envolvidas:

- Pertença a um conjunto geográfico ou cultural;
- Presença na região de uma rede de produção específica;
- Necessidade de aceder a uma competência específica disponível noutros locais.

A cooperação deve permitir alcançar objetivos claramente definidos.

Os projetos que se pretendem vir a desenvolver no âmbito desta Estratégia de Cooperação irão convergir não só com os objetivos da Estratégia de Desenvolvimento Local, mas também com os objetivos apresentados no PEPAC Açores, nomeadamente na convergência com a Estratégia do Prado ao Prato e com o Pacto Ecológico Europeu.

Objetivos:

OE2 Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade das explorações agrícolas, tanto a curto como a longo prazo, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização

OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável

OE9 Melhorar a reposta dada pela agricultura da União Europeia às exigências da sociedade no domínio alimentar e da saúde nomeadamente no que respeita à produção sustentável de alimentos seguros, de levada qualidade e nutritivos, à redução dos resíduos alimentares, à melhoria do bem estar dos animais e ao combate à resistência antimicrobiana.

Tendo por base as seguintes necessidades principais

PTOE8N1 – Promover abordagens de desenvolvimento local integrado

PTOE8N2 – Incentivar a bioeconomia e economia circular

PTOE9N1 – Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar

AOE2N5 – Incrementar os apoios à produção de produtos regionais

AOE8N2 – Valorizar a cultura, os recursos regionais e promover abordagens de desenvolvimento local integrado

AOE8N4 – Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural

Assim e tendo em conta os objetivos definidos na EDL, os principais pilares desta Estratégia de Cooperação estão sistematizados no quadro seguinte:

Áreas temáticas	Objetivos a Alcançar	Mais-valia para o território
Turismo e Animação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a ligação em rede dos recursos turísticos do território de intervenção. ▪ Organizar o intercâmbio de experiências entre territórios rurais com vista a testar novas modalidades de gestão, divulgação e comercialização de produtos turísticos, característicos da ruralidade e da natureza. ▪ Promover o TI em mercados de implantação que valorizem a valia ambiental e do património cultural. ▪ Qualificar e certificar os produtos turísticos criados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção do TI como destino turístico conhecido pela valorização dos seus recursos e serviços locais. ▪ Melhoria dos níveis de emprego e rendimento da população residente. ▪ Dotação de competências dos empresários na área do turismo e animação, o que contribui para uma maior sustentabilidade e qualidade das atividades oferecidas pelo território ▪ Criação de instrumentos e metodologias de promoção importantes para implementar uma estratégia de marketing territorial
Ambiente e Recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a valorização dos recursos endógenos do TI 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preservação e salvaguarda de recursos de excelência ambiental ▪ Qualificação das estruturas da paisagem ▪ Sensibilização ambiental
Património Cultural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a partilha e intercâmbio de saberes tradicionais ▪ Organizar a programação conjunta de eventos culturais e outros mistos, para promoção dos valores, saberes, produtos e serviços do território 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço da matriz identitária de valores culturais, saberes tradicionais e serviços
Mercado dos produtos e serviços do território	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os atores do desenvolvimento local. ▪ Fomentar o funcionamento em rede das entidades açorianas. ▪ Promover a organização de circuitos de comercialização de produtos locais a nível regional, nacional e transnacional. ▪ Estimular a ligação entre produtores e consumidores. ▪ Capacitar e qualificar os atores dos territórios rurais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação e promoção económica de produtos e serviços das economias rurais. ▪ Estabelecimento de parcerias estratégicas em torno de produtos e serviços específicos. ▪ Criação de redes de cooperação empresarial. ▪ Estabelecimento de contactos com realidades de outros TI e outros países.

Anexos

Anexo 1. Detalhes sobre a população residente no Território de Intervenção

População residente por Concelho e Freguesia (nº) e variação (%) (C.01)

Concelho/ Freguesia	2011	2021	VAR
RAA	246 772	236 413	-4,2
GRATER	60 828	57 324	-5,8
Ilha Terceira	56 437	53 234	-5,7
<i>Angra do Heroísmo</i>	35 402	33 771	-4,6
Altares	901	849	-5,8
Angra (Nossa Senhora da Conceição)	3 717	3 377	-9,1
Angra (Santa Luzia)	2 755	2 471	-10,3
Angra (São Pedro)	3 460	3 268	-5,5
Angra (Sé)	955	928	-2,8
Cinco Ribeiras	704	683	-3,0
Doze Ribeiras	513	431	-16,0
Feteira	1 239	1 343	8,4
Porto Judeu	2 501	2 293	-8,3
Posto Santo	1 048	1 031	-1,6
Raminho	565	464	-17,9
Ribeirinha	2 684	2 480	-7,6
Santa Bárbara	1 274	1 279	0,4
São Bartolomeu de Regatos	1 983	1 936	-2,4
São Bento	2 000	1 909	-4,6
São Mateus da Calheta	3 757	3 777	0,5
Serreta	335	316	-5,7
Terra Chã	2 915	2 888	-0,9
Vila de São Sebastião	2 096	2 048	-2,3
<i>Vila da Praia da Vitória</i>	<i>21 035</i>	<i>19 463</i>	<i>-7,5</i>
Agualva	1 432	1 235	-13,8
Biscoitos	1 424	1 449	1,8
Cabo da Praia	712	670	-5,9
Fonte do Bastardo	1 278	1 171	-8,4
Fontinhas	1 594	1 529	-4,1
Lajes	3 744	3 410	-8,9
Porto Martins	1 001	1 173	17,2
Praia da Vitória (Santa Cruz)	6 690	5 956	-11,0
Quatro Ribeiras	394	322	-18,3
São Brás	1 088	1 035	-4,9
Vila Nova	1 678	1 513	-9,8
Ilha Graciosa	4 391	4 090	-6,9
Guadalupe	1 096	987	-9,9
Luz	683	631	-7,6
Praia (São Mateus)	836	733	-12,3
Santa Cruz da Graciosa	1 776	1 739	-2,1

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2011- 2021.

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER (2023-2027)

População residente (nº), por escalão etário (IC.03)

Concelho/ Freguesia	0 - 14 anos			15 - 24 anos			25 - 64 anos			65 e mais anos		
	2011	2021	Var.	2011	2021	Var.	2011	2021	Var.	2011	2021	Var.
RAA	44.197	34553	-0,22	34.731	28239	-0,19	135.466	134512	-0,01	32.378	39109	0,21
GRATER	4.024			3.449			14.194			3.759		
Ilha Terceira	9167	7126	-0,22	7603	5895	-0,22	31575	30130	-0,05	8092	10083	0,25
Angra do Heroísmo	5.793	4494	-0,22	4.693	3762	0,20	19.705	19004	-0,04	5.211	6511	0,25
Altares	153	116	-0,24	130	92	-0,29	496	471	-0,05	122	170	0,39
Angra (N. Sra da Conceição)	450	389	-0,14	484	323	-0,33	2.047	1834	-0,10	736	831	0,13
Angra (Santa Luzia)	310	231	-0,25	334	206	-0,38	1.525	1343	-0,12	586	691	0,18
Angra (São Pedro)	498	414	-0,17	442	322	-0,27	1.911	1714	-0,10	609	818	0,34
Angra (Sé)	91	76	-0,16	109	72	-0,34	503	498	-0,01	252	282	0,12
Cinco Ribeiras	119	85	-0,29	110	80	-0,27	377	363	-0,04	98	155	0,58
Doze Ribeiras	74	51	-0,31	49	34	-0,31	289	254	-0,12	101	92	-0,09
Feteira	224	218	-0,03	152	148	-0,03	727	781	0,07	136	196	0,44
Porto Judeu	441	312	-0,29	353	273	-0,23	1.405	1284	-0,09	302	424	0,40
Posto Santo	195	157	-0,19	162	128	-0,21	578	615	0,06	113	131	0,16
Raminho	92	58	-0,37	60	44	-0,27	291	251	-0,14	122	111	-0,09
Ribeirinha	464	337	-0,27	327	294	-0,10	1.543	1402	-0,09	350	447	0,28
Santa Bárbara	205	177	-0,14	157	150	-0,04	679	730	0,08	233	222	-0,05
São Bartolomeu de Regatos	386	309	-0,20	269	217	-0,19	1.118	1134	0,01	210	276	0,31
São Bento	277	243	-0,12	294	225	-0,23	1.162	1104	-0,05	267	337	0,26
São Mateus da Calheta	785	599	-0,24	538	503	-0,07	2.085	2202	0,06	349	473	0,36
Serreta	54	50	-0,07	34	28	-0,18	182	159	-0,13	65	79	0,22
Terra Chã	595	395	0,34	453	371	-0,18	1.625	1748	0,08	242	374	0,55
Vila de São Sebastião	380	277	-0,27	236	252	0,07	1.162	1117	-0,04	318	402	0,26
<i>Vila da Praia da Vitória</i>	<i>3.374</i>	<i>2632</i>	<i>-0,22</i>	<i>2.910</i>	<i>2133</i>	<i>-0,27</i>	<i>11.870</i>	<i>11126</i>	<i>-0,06</i>	<i>2.881</i>	<i>3572</i>	<i>0,24</i>
Agualva	188	125	-0,34	212	136	-0,36	795	698	-0,12	237	276	0,16
Biscoitos	194	211	0,09	167	110	-0,34	819	828	0,01	244	300	0,23
Cabo da Praia	106	82	-0,23	106	62	-0,42	411	408	-0,01	89	118	0,33
Fonte do Bastardo	240	160	-0,33	169	148	-0,12	692	666	-0,04	177	197	0,11
Fontinhas	262	192	-0,27	190	176	-0,07	936	891	-0,05	206	270	0,31
Lajes	647	513	-0,21	557	403	-0,28	2.130	1937	-0,09	410	557	0,36
Praia da Vitória (Santa Cruz)	1.104	815	-0,26	963	685	-0,29	3.709	3355	-0,10	914	1101	0,20
Quatro Ribeiras	55	45	-0,18	59	25	-0,58	215	191	-0,11	65	61	-0,06
São Brás	173	135	-0,22	152	104	-0,32	634	619	-0,02	129	177	0,37
Vila Nova	251	179	-0,29	195	167	-0,14	960	834	-0,13	272	333	0,22
Porto Martins	154	175	0,14	140	117	-0,16	569	699	0,23	138	182	0,32
Ilha Graciosa	650	591	-0,09	539	424	-0,21	2.324	2155	-0,07	878	890	0,01
Guadalupe	140	141	0,01	127	81	-0,36	570	533	-0,06	259	232	-0,10
Luz	106	92	-0,13	86	67	-0,22	359	316	-0,12	132	126	-0,05
Praia (São Mateus)	135	100	-0,26	97	68	-0,30	420	375	-0,11	184	190	0,03
Santa Cruz da Graciosa	269	258	-0,04	229	208	-0,09	975	931	-0,05	303	342	0,13

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2011- 2021.

Anexo 2. Detalhes sobre o emprego

População desempregada por condição face ao desemprego, género, escalão etário e nível de escolaridade (2021) (IC.07)

	RAA	GRATER	Terceira	Angra do Heroísmo	Vila da Praia da Vitória	Santa Cruz da Graciosa
<i>População Desempregada</i>	7770	1656	1545	996	549	111
Desempregados à procura de 1.º emprego	1310	201	191	121	70	10
Desempregados à procura de novo emprego	6460	1455	1354	875	479	101
Masculino	4138	341	284	536	284	57
Feminino	3632	779	725	460	265	54
15 - 19 anos	333	61	54	38	16	7
20 - 24 anos	1 353	271	258	161	97	13
25 - 29 anos	1 232	245	226	139	87	19
30 - 34 anos	996	202	188	118	70	14
35 - 39 anos	875	172	165	103	62	7
40 - 44 anos	852	177	161	111	50	16
45 - 49 anos	775	163	149	103	46	14
50 - 54 anos	612	157	150	96	54	7
55 - 59 anos	510	139	131	92	39	8
60 - 64 anos	211	63	57	29	28	6
65 - 69 anos	21	6	6	6	0	0
Nenhum nível de escolaridade	346	63	57	30	27	6
Ensino básico	4 851	1063	984	641	343	79
Ensino secundário	1 989	399	380	236	144	19
Ensino pós-secundário	1	0	0	0	0	0
Ensino superior	583	131	124	89	35	7

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2021.

Indicadores de Emprego e Desemprego em 2011-2021 (IC.06 e IC.07)

	2011		2021	
	Taxa de Atividade (%)	Taxa de Desemprego (%)	Taxa de Atividade (%)	Taxa de Desemprego (%)
GRACIOSA	43,8	9,6	47,78	5,68
<i>Santa Cruz</i>	43,8	9,6	47,78	5,68
Guadalupe	39,8	8,7	47,11	4,73
Luz	42,6	15,5	47,86	13,91
Praia (São Mateus)	40,2	8	41,34	4,29
Santa Cruz Graciosa	48,4	8,6	50,83	3,85
TERCEIRA	47,7	9,3	47,7	6,06
Angra do Heroísmo	47,7	9,3	48,64	6,06
Altares	48,9	5,7	49,94	2,12
N. Sra. da Conceição	43,8	12,8	45,28	8,96
Santa Luzia	47,3	10,1	43,22	6,74
São Pedro	43,1	7,6	47,25	5,38
Sé	46	6,8	51,19	8,21
Cinco Ribeiras	49,9	6,8	45,83	3,83
Doze Ribeiras	54,1	11,7	48,72	5,71
Feteira	48,9	8,1	53,31	3,91
Porto Judeu	51,9	12,9	49,8	5,95
Posto Santo	41,9	8,1	55	2,82
Raminho	48,3	8,9	44,61	7,73
Ribeirinha	45,7	7,6	46,57	5,54
Santa Bárbara	45,7	7,4	48,63	7,07
São Bartolomeu	50,4	5,9	53,05	3,99
São Bento	49,9	9,1	51,49	7,02
São Mateus da Calheta	48,4	8,8	52,26	5,88
Serreta	43,6	8,2	43,35	2,92
Terra-Chã	48,4	12,3	47,02	9,57
São Sebastião	47	8,7	47,61	3,69
Praia da Vitória	47,6	10,2	46,76	6,03
Aigualva	43,4	10,3	44,37	5,66
Biscoitos	45,9	6,1	46,31	5,81
Cabo da Praia	51,1	10,7	51,04	7,31
Fonte do Bastardo	48,9	10,2	46,2	3,7
Fontinhas	47,9	8	49,64	4,22
Lajes	51,2	9,8	47,1	6,48
Porto Martins	47,15	-	49,36	5,01
Santa Cruz	46,7	12,6	44,93	7,47
Quatro Ribeiras	47,5	11,8	47,83	3,25
São Brás	50,3	9,7	50,53	4,21
Vila Nova	44,4	8,6	46,33	5,99

Fonte: SREA. Censos 2001-2011

População Empregada (n.º) por atividade económica (IC.08)

	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória	Santa Cruz da Graciosa
Total	105396	15430	8551	1843
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7419	1069	515	224
Indústrias extrativas	248	20	27	15
Indústrias transformadoras	6498	924	532	120
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	998	109	91	31
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	769	98	93	12
Construção	8386	1033	737	159
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	14900	2113	1270	200
Transportes e armazenagem	3894	340	334	62
Alojamento, restauração e similares	6913	894	484	81
Atividades de informação e de comunicação	1594	243	132	11
Atividades financeiras e de seguros	1232	212	89	22
Atividades imobiliárias	394	42	20	3
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3012	419	215	34
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4983	665	425	68
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	16138	2607	1412	311
Educação	9544	1327	731	177
Atividades de saúde humana e apoio social	12364	2245	884	245
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1336	239	84	20
Outras atividades de serviços	2269	397	216	24
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	2389	401	189	24
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	116	33	71	0

Fonte: INE - População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Atividade económica (CAE Rev. 3)